



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

RESISTÊNCIA, ROTA DE FUGA E REFÚGIO

O CARIRI CEARENSE NA DITADURA MILITAR

CÍCERO AURELISNOR MATIAS SIMIÃO
(Professor Aurélio)

Cícero Aurelisnor Matias Simião
Autor

RESISTÊNCIA, ROTA DE FUGA E REFÚGIO

O CARIRI CEARENSE NA DITADURA MILITAR

INESP

Fortaleza - Ceará
2019

Copyright © 2019 by INESP

Coordenação Editorial

João Milton Cunha de Miranda

Assistentes Editoriais

Rachel Garcia e Valquiria Moreira

Diagramação

Mario Giffoni

Revisão

Lucia Jacó

Coordenação de impressão

Ernandes do Carmo

Impressão e Acabamento

Inesp

Projeto Gráfico e Capa

Maherle

Revisão

Sibéria de Menezes Carvalho

Ilustrações

Stênio Diniz

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento

S588r Simião, Cícero Aurelisnor Matias.

Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na ditadura militar / Cícero Aurelisnor Matias Simião. -- Fortaleza: INESP, 2019. 196p. 21cm.

ISBN: 978-85-7973-135-8

1. Ditadura Brasil. 2. Cariri (CE), História. I. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 981.063

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

Inesp

Av. Desembargador Moreira, 2807

Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar

Dionísio Torres

CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil

Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707

al.ce.gov.br/inesp

inesp@al.ce.gov.br

**A meu pai,
Arnou Simião de Lima (in memoriam)**

Motorista, deixou-me como herança seu exemplo de valorização do trabalho. Alfabetizado apenas aos 50 anos, trabalhou para educar os filhos e uma de suas últimas ações foi adquirir o computador em que fiz esse trabalho.

**Aos filhos:
Carlos Marx Matias e João Urias Matias**

*“Aqueles que não conseguem lembrar o passado
estão condenados a repeti-lo”*

George Santayana

Apresentação

A história das duas décadas em que o Brasil foi governado por militares ainda é obscura, velada e complexa. No Cariri, especialmente, nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, existem celeiros repletos de memórias virgens, intactas de investigação e que apelam por uma reconstrução que se mostre fiel, porém, ao mesmo tempo, sutil.

Esta Casa Legislativa preocupa-se com o esclarecimento do contexto social da ditadura militar, por meio da análise de arquivos - documentos, jornais da época, e depoimentos - que auxiliam a interpretação dos episódios dessa fase política, tendo em vista que quaisquer trabalhos políticos necessitam de uma firme base de informações. O estudo científico realizado pelo professor Aurélio reconstitui parte da verdade sobre a rota de fuga e de refúgio de militantes que lutavam contra a ditadura.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp, oferta à sociedade cearense a obra *Resistência, Rota de Fuga e Refúgio: o Cariri cearense na ditadura militar*, acreditando que todos têm o direito de conhecer e entender o contexto social, político e econômico que permeia seu passado a fim de estabelecer uma correta compreensão da sua história.

Deputado José Sarto

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Prefácio



relato sobre as formas de resistência à Ditadura Militar Brasileira na Região do Cariri ganha um capítulo imprescindível com a obra do professor e historiador de Juazeiro do Norte, Cícero Aurelinor Matias Simão, que trata de assuntos como: O golpe contra a democracia, O Cariri cearense à época do Golpe Militar, Resistência, refúgio e rota de fuga no Cariri cearense; e, ainda, traz importantes e inéditos depoimentos.

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, ao estudar temas necessários ao desempenho parlamentar e garantir apoio cultural à esta Casa Legislativa, vem publicar esta obra, como forma de apresentar uma linha de pensamento histórico do autor.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que inclusive aprovou o Projeto de Lei nº 136, de 2016, proibindo a administração pública do estado de homenagear indivíduos ligados à ditadura militar, agora, por meio do Inesp, oferta à sociedade cearense esta publicação, que é mais caminho para o entendimento deste período, ainda escuso, da história da Ditadura Militar no Brasil.

João Milton Cunha de Miranda

Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará

SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
INTRODUÇÃO.....	17
• CAPÍTULO 1	
1964: O GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA	33
O golpe	33
O golpe e as esquerdas	51
Movimentos contestatórios à ditadura	61
• CAPÍTULO 2	
O CARIRI CEARENSE À ÉPOCA DO GOLPE MILITAR	71
Aspectos históricos, geográficos, sociais e políticos do Cariri	71
A transformação econômica: a “modernização conservadora”	87
As forças políticas e o mandonismo local no Cariri	104
• CAPÍTULO 3	
RESISTÊNCIA, REFÚGIO E ROTA DE FUGA	
NO CARIRI CEARENSE	121
As forças de esquerda no Cariri antes do golpe	121
Estudantes e intelectuais na resistência ao golpe no Cariri	129
Poesia, teatro e música: a arte contra a Ditadura Militar no Cariri	139
A poesia	140
O teatro	142
A canção	145
Os grupos com ação clandestina no Cariri	151
• CAPÍTULO 4	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
• CAPÍTULO 5	
DEPOIMENTOS	179
REFERÊNCIAS	183
AGRADECIMENTOS	192

Prólogo

Os estudos em torno do tema da ditadura militar-empresarial no Cariri são recentes desde a mais tenra idade. Quando escrevi a minha tese de doutorado, concluída, defendida e aprovada em 2010, os depósitos do passado estavam longe de terem sido revirados. Quase dez anos depois de haver concluído o meu trabalho, tenho observado pesquisadores debruçarem-se sobre esse objeto com esmero e diligência, desenhando um novo arco de possibilidades quanto às investigações do tema. Neste livro, o historiador Aurelisnor Matias alonga uma trilha que iniciei em minhas pesquisas e, com efeito, oferece ao leitor aspectos pouco desenvolvidos da história recente do sul cearense.

Escrever sobre o presente ou sobre um passado tão próximo é sempre um desafio intenso e complexo, e esse aspecto da questão só valoriza esta obra do historiador norte-juazeirense, na qual a região do Cariri aparece emoldurada pelo material mais renhido de um período em que certo poder político autocrático sobrepujou ferozmente a sociedade. Poder esse que, aliás, soletrava o alfabeto típico de um sistema militar. É do militarismo e de suas resultantes que nasce este texto que, sem dúvida, enriquece a historiografia regional. Talvez, tão importantes quanto o militarismo, as suas resultantes ganham vulto ao longo do livro, notadamente, no que diz respeito às formas de resistência ao poder ditatorial que, no sul do Ceará, em última análise, traduziram-se em modalidades subterrâneas de consumação pouco conhecidas e, menos ainda, analisadas.

A partir de ângulo absolutamente criterioso, Matias faz um trabalho de reconstrução histórica difícil e delicado, em que ao esforço político se soma o empenho científico, ambos com o fito

de descrever e analisar uma página da história regional ainda carente de novos exames, em que o princípio-motor e o nexos de todo processo de reconstituição se referem, principalmente, à delimitação do Cariri como rota de fuga e de refúgio de militantes de esquerda que lutavam contra a ditadura. Nesse horizonte histórico, a noção de resistência, expressa em uma experiência concreta temporal e espacialmente determinada, adquire um grau de especificidade gritante.

É na região caririense que a tática de construção política, defendida por um setor da esquerda e vertida na ideia de integração na produção, passa a ter um grau de materialidade suficientemente proeminente e o caminho dos romeiros torna-se trilha para lideranças da Ação Popular (AP), percurso para refúgio, esquema de sobrevivência e meio de desenvolver a atividade política, ainda que furtivamente.

Assim, pelas vias sinuosas e complexas da clandestinidade mais absoluta, e desenvolvendo atividades profissionais em empresas caririenses como Luna S.A, CECASA e Norgaçu, ativistas de esquerda, perseguidos pela ditadura, vulgarmente “com cabeça a prêmio”, tornam a região parte ativa da cartografia da resistência ao poder ditatorial. No decorrer do tempo, particularmente, no triângulo Barbalha-Crato-Juazeiro do Norte, constata-se todo um conjunto de ações militantes em nada desprezível. Na linha divisória entre “o fazer” e as regras de clandestinidade, a criação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, o trabalho de alfabetização e o uso da casa de um comunista como rancho de romeiro são partes inseparáveis de uma estratégia geral de luta contra o domínio autocrático. Somente o respeito a regras de segurança rígidas explica porque os militantes que giram em direção ao Cariri conseguem permanecer vivos. Mas, quando a AP e o PCdoB cruzam suas trajetórias de maneira mais acentuada, esse cenário se torna

mais delicado e parte da movimentação da militância equilibra-se precariamente no triângulo Sudeste-Cariri-Maranhão, com o intuito de nutrir a Guerrilha do Araguaia.

Já se vão mais de quatro décadas desde que José Luís Guedes, Haroldo de Lima, Vladimir Pomar, Gabriel Azevedo, Rui Soares Frazão, Dilermando Nogueira, entre outros, misturaram seus projetos e práticas com os destinos do Cariri, transformado em rota de fuga e ponto de impulsão de outras rotas, tendo à frente do empreendimento político a figura de Eudoro Santana. Nesse contexto, a região sul-cearense torna-se abrigo de ex-líderes da União Nacional dos Estudantes (UNE). No período, em questão, com a UNE na ilegalidade, o Brasil acompanha a tensa transição do governo de Emílio Garrastazu Médici para o de Ernesto Geisel que, posteriormente, esmagaria a Guerrilha do Araguaia e aniquilaria uma parte do Comitê Central do PC-doB (Massacre da Lapa).

Em 1974, a rota do Cariri é cortada, alguns militantes são presos (Oswald Barroso, Luciano Siqueira, Sílmia Sobreira e Eudoro Santana) e conduzidos ao IV Exército, situado na cidade de Recife, onde são rudemente torturados, e depois de um tempo, liberados. Estendeu-se uma sombra escura sobre toda região. As estruturas que existiam subjacentes e que davam suporte à luta de resistência, decerto, tornaram-se nulas. Um tremor de intensa profundidade atingiu a consciência dos poucos lutadores que ainda resistiam. Tal imagem encaixou-se ao vazio que abateu o país em meados dos anos 1970. Pouco tempo depois, porém, o tempo e a vida social se aceleraram. A classe operária entrou em cena. Outros personagens despontaram no horizonte. A ditadura foi posta em xeque.

Eis a narrativa que serve de pano de fundo para os relatos de ativistas que, parafraseando Sérgio Buarque de Holanda, eram estrangeiros em sua terra, e exploraram-na em seus

pormenores, como modo necessário de sobreviver em meio às tormentas dos “anos de chumbo”. Esses relatos, tomados e reconstruídos pelo historiador, restituem-se como memória do tempo e, mais amplamente, como saber histórico sobre uma época que, ainda hoje, mostra-se arredia e entremeada de hiatos e lapsos.

Sabe-se que o trabalho de reconfiguração histórica é sempre muito difícil e delicado. As histórias mais recônditas se escondem à espera de serem cuidadosamente restauradas. Os depósitos do passado estão inundados de papel, de impressões e de abalos, de memória e de materiais pouco dados a um diálogo fácil. Às vezes, os lances e episódios oferecem-se; outras vezes, se deixam dominar pela inibição e exigem do pesquisador o talento e a paciência tão necessários ao estudo reconstitutivo. No caso da rica experiência que o Cariri oferece há as duas situações: ora, tudo parece nítido e disponibilizado, ora, tudo se esfumaça. Não há o que lamentar, no entanto. Essa é uma tarefa para gerações de estudiosos que não se deixem entediar pelas dificuldades e, muito menos, deixam-se levar pela simplicidade dos dados que se apresentam em razoável fartura. O professor Aurelisnor Matias está deixando o seu aporte a uma pesquisa que, possivelmente, segue permeada de lacunas e imprecisões. Cabe aos que virão depois, “aperfeiçoar o imperfeito”.

Fábio José de Queiroz,
Fortaleza, 03 de janeiro de 2019.

INTRODUÇÃO



Stênio Diniz: A feira do interior



INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é estudar como grupos da esquerda brasileira se defrontaram com o poder ditatorial em uma região específica do Brasil, o Cariri cearense, e porque a região foi escolhida como rota de fuga e refúgio desses agrupamentos. Em 1964, houve a deposição do presidente constitucionalmente eleito, João Goulart. Em uma conspiração envolvendo militares e empresários, com o apoio do capital estrangeiro, a frágil democracia brasileira foi golpeada e durante 21 anos o país foi dominado por militares. Este trabalho recupera um episódio desse longo e doloroso proêmio no qual a dor foi a rotina.

Tomando como referência social e geográfica a região do Cariri, encravada no sul do Ceará, entre a Chapada do Araripe e as fronteiras áridas do sertão Central, recobramos uma faceta do regime militar e uma expressão particular da resistência política antes e, particularmente, após a adoção do Ato Institucional nº 5. No Cariri, não somente se conformou uma área de refúgio político, mas, do mesmo modo, instalou-se uma rota pela qual, aflitivamente, militantes políticos de esquerda buscaram meios de defrontar o autoritarismo vigente, especialmente, grupos da esquerda brasileira que, jogados na clandestinidade, optaram por várias formas de resistência. Seja a preparação para a luta armada, o trabalho de conscientização com os trabalhadores ou a crítica e a denúncia presentes na produção cultural. Estamos perante fatos políticos que permanecem quase obscurecidos aos olhos das ciências sociais.

Sugerindo a necessidade de retirar tal tema da zona de sombra, este trabalho traz em si a premência do estudo dessas cir-

cunståncias e de seu significado hist3rico-sociol3gico. Como algo ainda a ser explorado, procuramos criar mediações alternativas aos estudos do per3odo de dominação militar, que geralmente se concentram nos principais centros econ3micos do pa3s. A ação dos militantes de esquerda desenvolveu-se dentro de um contexto social global e indica a conveniência de estudos que se assentem em regi3es mais longínquas, as quais só aparecem em investigações escassas e isoladas. Inquirir e esmiuçar epis3dios que marcaram essa etapa política, nos limites de um espaço regional fincado no rec3ndito Ceará, certamente, pode ter o condão de ampliar o repert3rio de diligências sócio-hist3ricas a respeito da ditadura e das modalidades de resistência específicas que irrompem nos chamados “anos de chumbo”.

A ampliação do repert3rio é, por si, um importante indicador da imprescindibilidade do conteúdo deste trabalho, em função da qual interessa destacar que, entre os diversos atores políticos que confrontaram as dificuldades e se deslocaram para uma faixa de terra do Cariri, estão nada menos do que um ex-presidentes da ent3o proscrita União Nacional dos Estudantes (UNE): o estudante mineiro José Luiz Guedes, além de Haroldo Lima, um dos principais fundadores da Ação Popular - AP. Trata-se, portanto, de um importante grupo de resistência à ditadura. Um outro grupo com ação na região foi o do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, que teve como responsável pelo acompanhamento o membro do Comitê Central, Wladimir Pomar.

No âmbito analítico, esse recorte da história e os personagens que a integram conservam-se em uma região escura, uma vez que a maioria dos pesquisadores que se aproxima do tema o faz na perspectiva de tomá-lo como aspecto secundário e não como um elemento capaz de enriquecer as investigações sobre a ditadura, as suas formas de dominação e as relações de poder e de conflito que se movem em sua volta. Faz-se oportuno registrar que as personagens mais diretamente vinculadas aos acontecimentos sobreviveram, em sua ampla maioria, aos “anos de

chumbo” e seus depoimentos, em muito, contribuem para o êxito da reconfiguração desses acontecimentos. Nota-se, no entanto, que, na medida em que o tempo galga novos e significativos degraus, esse fator amplamente positivo tende a ser subtraído, sendo que não foram demasiados os materiais de arquivos capazes de auxiliar na descrição e interpretação dos aspectos mais específicos da pesquisa.

Mediante às múltiplas comissões da verdade, no momento em que o país, de certo modo, tira das sombras os anos de repressão, nos quais o tema é tomado como objeto de especialistas, parece-nos bem-vinda a simples possibilidade de que o assunto ganhe novos detalhes, novos lugares, novos olhares e novas interpretações. Daí a importância de analisar sociologicamente como e por que grupos da esquerda brasileira se alojaram na região do Cariri cearense, especialmente, nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, no período de 1968 a 1974, e elegeram a região como rota de fuga, local de passagem e de refúgio e base de apoio para os grupos que estavam preparando a resistência ao avanço ditatorial, bem como a preparação do movimento da Guerrilha do Araguaia, ocorrido no sul do Pará.

Para uma correta compreensão, procuramos recobrar o quadro sócio-histórico do Brasil, examinando o contexto histórico, social, político e econômico da região do Cariri à época do regime militar, dialogando com a literatura existente, com os documentos e jornais da época, e com a contribuição de importantes depoimentos inéditos. A partir daí, é que analisamos como se defrontaram ao poder do estado ditatorial os grupos na região do Cariri, procurando identificar quais organizações de esquerda articularam-se na região sul do Ceará, quem eram os personagens locais e os que vinham de outras localidades, as discussões que se faziam em torno da resistência à ditadura e as ações realizadas.

Naquele espaço, os militantes de esquerda, particularmente, os da Ação Popular, AP, e do Partido Comunista do Brasil - PCdoB - viveram momentos importantes de definição da estratégia de luta

contra a ditadura. A AP havia sido formada no início dos anos de 1960, oriunda do movimento estudantil ligado à Igreja católica, seus membros eram oriundos especialmente das classes médias urbanas, defendiam a construção de um “Socialismo Cristão” e, como estratégia, o trabalho de educação e conscientização das massas populares. Já o PCdoB, surgido da divisão dos comunistas em 1962, desde a sua fundação, defendeu a via revolucionária e a luta armada como meio de se chegar ao socialismo no Brasil. Em O 18 Brumário, de Luís Bonaparte, Marx escreve que quando se toca música nas altas esferas do Estado, que se podem esperar dos que estão embaixo, senão que dançam? (MARX, 2008) O que esperar, então, dos que estão embaixo dos que estão embaixo? No Cariri cearense, não estaríamos perante um quadro dessa natureza?

Bourdieu (2014) afirma que “os mecanismos de reprodução são poderosos” (p. 224). O que dizer desses mecanismos no âmbito de um poder ditatorial? Como localizar e entender os seus reflexos em uma região distante dos principais centros da luta de classes? Perguntas como essas sugerem as dificuldades de uma pesquisa como a que propomos. Estudar a ditadura brasileira na esfera do regional não prescinde de uma boa teoria; opostamente, exige um suporte teórico mais consistente.

No Brasil, em 1964, as profundas contradições das classes dominantes, em meio à radicalização dos conflitos sociais, conduziram a uma solução de quebra da institucionalidade. Há uma vasta literatura sobre o tema, o golpe de 1964 e a Ditadura Militar, e como em todos os temas importantes nas Ciências Sociais ocorrem muitas controvérsias. Paradoxalmente, em nome da democracia perpetrou-se um golpe de Estado, seguido da instalação de um regime ditatorial. Para Oliveira (1976), a partir da ação política e da difusão ideológica, levadas a efeito pela Escola Superior de Guerra, as Forças Armadas intervieram decisivamente no processo político, em 1964, quando os acirramentos da luta de classe em nível externo à debilitação das relações com

os E.U.A. configuraram uma crise de hegemonia do Estado brasileiro (1976, p. 15).

Há hoje uma discussão sobre a participação civil no golpe e na consolidação do regime militar; alguns passam a utilizar a expressão, muito em moda, de “Ditadura Civil Militar” ou “Militar Civil”. Ainda segundo Oliveira (1976), “A intervenção militar deu-se à inviabilidade na maneira que as elites civis não conseguiram acertar suas diferenças” (p. 13). Os grupos que se articularam para impedir a ascensão do movimento popular em 1964 tiveram na Escola Superior de Guerra (ESG) uma das instituições responsáveis pela preparação política e ideológica do golpe, somada a uma rede de organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Diante do receio de que as massas se organizassem em função de um projeto alternativo ao capitalismo, os militares assumiram os objetivos burgueses de defesa da sociedade capitalista. Nesse aspecto, em que pese à participação e ao apoio de setores civis ao golpe e ao regime, a hegemonia era militar. Com a centralização do poder nas Forças Armadas, responsável pela repressão, “o golpe teve um caráter principalmente militar” (Ibid., p. 46).

Para Dreifuss (2006), o movimento que provocou a queda do governo constitucional de Goulart, em última hipótese, teve o sentido de uma “ação de classe da elite orgânica” (p. 381), entendendo essa elite orgânica como resultante da unidade das entidades empresariais com a cúpula militar. Derrotado o antigo bloco de poder, ergueu-se outro bloco que reforçou a localização dos estratos empresariais de inspiração transnacional nos projetos estratégicos e nas instâncias de decisão políticas. Desde o primeiro, momento esse bloco estabeleceu um sistema de poder ditatorial que, mediante a crise social e política do golpe militar, em 1968, optou pela ampliação da repressão aos opositores, com o AI-5, como forma de tornar mais forte o compromisso inicial

de sacrificar a política em nome do fortalecimento das forças de mercado.

Nesse quadro, segundo a aparência inicial, impôs-se no Brasil um processo de ampla articulação que, anos depois, ao estudar o caso chileno, Moniz Bandeira (2008) define como “fórmula para o caos”. Doutro lado, a derrubada de João Goulart pelo golpe militar fez cessar o movimento de organização operária, popular e estudantil então em curso. Em um primeiro momento, logo após o golpe, as prisões e a repressão tiveram um caráter seletivo, o alvo eram as lideranças populares, especialmente, as ligadas aos comunistas. Malgrado esse cenário dantesco, artistas, intelectuais e estudantes confrontaram a ditadura nos anos que se seguiram aos funestos acontecimentos de março/abril de 1964. Somente a introdução do Ato Institucional nº 5 foi capaz de dilacerar e proceder à destruição dessa rica experiência de resistência pública, cujas manifestações mais eloquentes, à primeira vista, foi a passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro, em meados de 1968, e, ao longo de alguns poucos anos, os festivais da canção que defrontaram o empenho ditatorial de silenciar as vozes dissonantes do status quo militarista.

Ao caracterizar os regimes militares na América Latina, Comblin (1978, p. 15) coloca que os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e a favor do desenvolvimento econômico, declaram guerra antissubversiva a todos os que não concordam com a visão autoritária da nova sociedade; instalou-se um verdadeiro clima de violência e medo, em que a liberdade de imprensa e de pensamentos é sacrificada. A tônica foi o abuso do poder do Estado, com prisões arbitrárias, torturas e violação dos direitos humanos.

Com a ampliação das regras ditatoriais, a resistência à ditadura primou por aquilo que Gorender (1999) assinala como “combate nas trevas”. Alguns grupos que faziam oposição ao regime decidem pela luta armada, levada a termo por agrupamentos de esquerda, em sua maioria, com diminuto número de

membros. Os governos militares usaram a resistência armada como pretexto para recrudescer “o direito” de repressão e universalizar a tortura como prática cotidiana de obtenção de informações e de controle político, ainda. O ano de 1969 não foi chave unicamente para a ditadura, mas também incidiu com força na prática cotidiana das vertentes de esquerda que combatiam o sistema de poder de cunho militar. Em seu livro *Combate nas trevas*, Gorender esclarece essa questão:

Ao iniciar-se o ano de 1969, a ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou acertado diante do fechamento completo da ditadura militar. O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade, não havia resposta possível que não a do combate pelas armas (1999, p. 169).

De modo geral, para uma parcela dos marxistas, a luta armada, nas condições em que ela ocorre, é produto direto de uma imposição decorrente do reforço do moto-contínuo repressivo, ainda que parte deles divirjam do uso da tática. O PCB, por exemplo, maior partido da esquerda antes de 1964, era contra a utilização de estratégias radicais, ao passo que, particularmente, uma literatura revisionista¹ sobre o período atribui à esquerda a responsabilidade direta e precoce pelo uso de um expediente político, munido de armas, tomando casos isolados como regra irrefutável.

Não é segredo para o observador mais atento que, nos anos 1960, a força da Revolução Cubana reverberou no imaginário da juventude brasileira e teve um papel não desprezível na opção pela luta armada. No entanto, é um equívoco tomar essa consideração, isoladamente, da quadra política na qual o País se

1 A respeito desse debate, Demian Bezerra de Melo organizou o livro *A miséria da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo* (MELO, 2014), no qual essas celeumas e os seus protagonistas aparecem em oito capítulos, os quais dão conta da temática com amplo e cotejado corpo de pesquisa e análise.

encontrava naquele momento. A restrição das cartas na mesa influenciou na decisão de um grande número de correntes políticas que migrou para a resistência armada. Começou ali mesmo uma história de inusitada tragédia. Nesse contexto, guerrilha, repressão militar e censura política caminharam paralelamente e resultaram no remate trágico.

Quando dirigentes da proscrita União Nacional dos Estudantes (UNE), e dos distintos grupos da Ação Popular (AP) e do PCdoB decidiram transferir-se para o território caririense, esse remate trágico achou-se em seus momentos mais decisivos. Proliferaram os trabalhos sobre a migração para fora do país, mas, segundo a aparência, são menos interessantes e provocativos os casos das migrações internas e, coladas a esses, as situações de certas rotas de fugas que permaneceram reféns do silêncio, ou, quando não, como simples ação acessória e, como tal, objeto de investigações e leituras escassas, conforme se nota no exemplo do Cariri.

Engana-se, contudo, quem imagina que até o AI-5 impunha-se uma ditadura envergonhada e, depois desse, finalmente, uma ditadura escancarada, como sugere Elio Gaspari (2002). Inversamente, desde o começo, tratava-se de uma ditadura escancarada que, efetivamente, reforçava-se e complexificava-se sem alterar o seu caráter central: um regime político discricionário e repressivo. Assim, consoante se observa no livro *Brasil: nunca mais*,

O labirinto do sistema repressivo montado pelo Regime Militar brasileiro tinha como ponta-do-novelo-de-lã o modo pelo qual eram presos os suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo. Num completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição que os generais alegavam respeitar, ocorreu uma prática sistemática de detenções na forma de sequestro, sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei (1985, p. 77).

Apesar disso, já se afirmou na mídia um discurso que tenta desconstruir esse labirinto ditatorial e o seu sistema repressivo, caracterizado pela inobservância de qualquer lei. Desse modo, ao se verificar os comportamentos dos jornais da época, é notório que a grande imprensa brasileira teve papel importante na consolidação do golpe de 1964 e, posteriormente, buscou construir uma memória que apaga a ditadura. Na historiografia, essa retórica contrária à razão mais elementar dialoga, em última instância, com as tendências revisionistas que, de ordinário, buscam responsabilizar a esquerda pelo golpe perpetrado pela direita², além de tentar atenuar o real significado da ditadura. Não por acaso, há encontro entre o jornal *Folha de S. Paulo*, defensor da tese da “ditabranda”, e o historiador revisionista Marco Antônio Villa, que declara nas páginas do diário paulista: “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968”.

Quanto à metodologia, embasamo-nos em Florestan Fernandes (2004), o qual nos orienta que o ponto de partida de qualquer investigação consiste em coligir uma documentação mais ou menos homogênea, em que estejam representados todos os fatos particulares, acessíveis ao conhecimento do investigador (p. 131) e que as técnicas de investigação variam de acordo com a natureza da pesquisa empreendida. “Nas pesquisas de reconstrução histórica, as técnicas empregadas para o levantamento de dados brutos são as mesmas que utilizadas pelos historiadores” (FERNANDES, 2004, p. 132).

Por outro lado, o recurso à interdisciplinaridade, a conjugação dos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais, também deve ser uma preocupação de uma elaboração teórica aberta à crítica e à polêmica. Com o diálogo sem perder de vista o lugar específico no qual o produz. O procedimento alicerçado

2 Respondendo à cantilena revisionista de que tanto a esquerda como a direita, de fato, estavam preparando um golpe, o historiador da URCA - Universidade Regional do Cariri, Fábio José de Queiroz, escreve: “De fato, havia um golpe e, não dois, em marcha, e ele estava sendo preparado pelos ilustres membros das ‘classes produtoras’, e pelo menos desde 1961” (2015, p. 99).

na interdisciplinaridade possibilita uma variedade de tipos de fontes, partindo de uma metodologia na qual a Sociologia pode aprender com as outras ciências sociais, em especial a História, a Ciência Política e a Antropologia.

Quanto ao nosso objeto, faz-se necessário realizar um apanhado dos parcos trabalhos existentes, particularmente, no Cariri, trazendo a lume alguns estudos sobre a atuação da esquerda no Ceará nos quais a região aparece como refúgio de perseguidos da ditadura e rota de fuga que propicia não só movimentos para outras partes do país, mas, igualmente, para lugares fora do Brasil.

Como recurso metodológico complementar à reconstrução e interpretação do período histórico e de suas personagens, optamos pela metodologia da História oral, dada a importante contribuição de inéditos depoimentos. Não só sociólogos, mas, de semelhante modo, antropólogos, cientistas políticos, historiadores, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros, em larga medida, passam a ver na fonte oral uma maneira de dar voz a grupos que nem sempre são lembrados no curso das narrativas e discursos tradicionais (AMADO; FERREIRA, 1988).

O mérito da aplicação de técnicas vinculadas à fonte oral consiste na inovação metodológica de abordar temas e problemas, de vir à tona novos sujeitos da história, de ter a compreensão de que o significado dos depoimentos, com a subjetividade inerente, é um importante elemento a ser trabalhado pelo investigador na reconstrução do passado. Pollak (1989) entende que “as memórias subterrâneas” aguardam o momento de vir a lume e evocar esses sentidos subjetivos e políticos contra os enquadramentos de uma história oficializada.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas

também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (...) Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc., veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p. 8).

Dessa maneira, as fontes orais, como outras fontes, não devem ser vistas como a “verdade”, a única versão do passado; são a representação que as pessoas têm do passado; não podem ser idealizadas como uma coisa “autêntica”, “verdadeira”, longe das relações de poder, política e cultura, estabelecidas no contexto social. Elas representam pistas do passado, as quais, somadas a outras pistas materiais no curso do trabalho, devem ser submetidas a uma investigação e avaliação, até se chegar a uma interpretação aproximada do que tenha ocorrido no passado.

Para tanto, além da interpretação e análise dos depoimentos, em particular, de ativistas políticos que migraram para o Cariri à época, trata-se de situar e entender que diferentes depoimentos ensejaram múltiplos caminhos de reconstrução do mundo social. Nessa linha, cabe ao investigador analisar outras fontes, contextualizar o objeto de estudo, não descartando imagens, textos e dados variados. Nesse sentido, a fonte oral – expressa no recolhimento de depoimentos de militantes políticos – assume, segundo a aparência inicial, uma posição alternativa aos materiais comumente empregados na pesquisa, mas, vista a questão em profundidade, isso não implica em não recorrer às várias fontes aptas a reconstruir a memória e reatualizar os processos entranhados na longa história da sociedade, quais sejam: perió-

dicos, revistas, filmes, fotografias etc. (estejam eles em acervos públicos ou particulares).

O trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro, é feita uma revisão da literatura sobre o tema; o diálogo com os clássicos é permeado com os depoimentos dos atores da época, que se interlaçam com a produção historiográfica local. No segundo capítulo, a realidade histórica, social, econômica e política da região, à época, é reconstituída e interpretada; procurou-se evidenciar a transição econômica regional, o processo de “modernização conservadora”, os grupos políticos dominantes no exercício do mando local, com suas práticas e concepções. No terceiro capítulo, o trabalho é enriquecido pela história viva, os relatos dos principais protagonistas desse drama. Assim como no primeiro capítulo, as falas são intercruzadas com outras fontes históricas, documentos e visões de vários autores. A memória dos anos de chumbo e as formas de resistência dos que lutaram contra o regime militar é o objeto de análise desse capítulo.

CAPÍTULO 1



Stênio Diniz: Concentração



CAPÍTULO I

1964: O GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA

O golpe

No início de abril de 1964, por volta das 18h, na minha casa chega um jipe da polícia em que dois soldados diziam que o delegado queria falar comigo e eles tinham vindo me buscar. Pedi que a mulher avisasse aos advogados. Levaram-me para Juazeiro e depois para Fortaleza, onde passei três meses preso no Forte de Nossa Senhora de Assunção, dividindo a cela com Barros Pinho.

Nesse depoimento, Elói Teles³, um dos primeiros presos políticos da região do Cariri cearense, demonstra que, ao contrário da pregação dos setores da elite economicamente dominante de que a ditadura no Ceará foi branda e sem conflitos⁴, houve sim, como no resto do país, a instalação de um regime de exceção e

3 Elói Teles de Moraes, folclorista, radialista, fez movimento estudantil na cidade do Crato-CE, de 1956 a 1964, foi presidente da Frente Estudantil Nacionalista e vice-presidente da UEC, União dos Estudantes do Crato. Membro do Partido Comunista Brasileiro- PCB em Crato, como liderança estudantil organizou a campanha de doação de garrafas vazias “a campanha do litro” para construção da Casa do Estudante do Crato, inaugurada em 1956 (recentemente destruída e o terreno apossado ilegalmente) e as passeatas que resultaram na construção da primeira escola pública de nível secundário na cidade, o colégio Wilson Gonçalves (Entrevista cedida ao autor em 1998).

4 Sobre essa visão propagada, ver FARIAS, Ailton de. Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Fortaleza: Livro Técnico, 2007.

a perseguição às vozes dissonantes, num primeiro momento às lideranças populares, especialmente àquelas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, maior e mais influente partido de esquerda antes de 1964. Assim como Elói Teles, já no primeiro dia após a derrubada do governo legítimo de João Goulart, dezenas de lideranças populares da região foram presas e essas prisões se seguiram com a consolidação do estado policial⁵.

Para entender, em sua complexidade, o contexto histórico desse 1º de abril de 1964, em que um golpe militar depôs o presidente constitucionalmente eleito, João Goulart, e instaurou uma ditadura por longos 21 anos, e ainda considerando não haver visões homogêneas, é importante uma análise, não com as lentes de hoje, nas quais predomina o pensamento neoliberal, assentado no individualismo, no culto ao mercado e na destruição do Estado de bem-estar social; deve se ver esse fato no contexto da Guerra Fria, cenário de forte disputa ideológica de dois blocos distintos: um socialista, liderado pela então União Soviética; e outro bloco capitalista, em que os Estados Unidos da América estimulavam golpes de Estado pelo mundo afora contra governos democráticos, nacionalistas e de tendências de esquerda⁶.

5 Sobre os primeiros presos políticos na região do Cariri, vide TEMÓTEO, Jurandy. Anos de Chumbo: O movimento estudantil e a ditadura militar no Crato. Crato: A Província Editora, 2013; QUEIROZ, Fábio. Padres, coronéis e ativistas sociais: O Cariri à época da usurpação Militarista - 1964-1985. Tese de doutorado. Pós-graduação Sociologia UFC. Fortaleza, 2010.

6 A separação entre esquerda, centro e direita nasceu exatamente da topografia revolucionária da Assembleia Nacional francesa, em 1789. Os representantes das classes convocadas à Assembleia não apenas estavam posicionados em lados diferentes, mas em alturas distintas. Os jacobinos, com propostas de mudanças profundas, ficavam à esquerda e também na parte mais alta do plenário, sendo por isso chamados de “montanheses”; a turma do centro, moderada e constitucionalista, era “a planície”; à direita, os aristocratas, com propostas conservadoras. Em sua obra intitulada *Direita e esquerda* (2001), Norberto Bobbio destaca que a esquerda visa, essencialmente, promover a igualdade entre os seres humanos – havendo, a depender da ideologia, critérios diversos sobre igualdade “entre quem, em relação a quê e com base em quais critérios” – e a mudança da ordem social. Já a direita prega que a desigualdade seria algo intrínseco aos seres humanos e dá ao apego às tradições uma valoração positiva.

Na história da República no Brasil, as saídas autoritárias das elites oligárquicas aparecem com frequência como estratégia de sua permanência no poder. No intervalo democrático, de 1946 a 1964, esses setores oligárquicos ligados ao capital internacional, especialmente ao imperialismo norte-americano, promoveram momentos de instabilidade política que visavam interromper a experiência democrática e o crescente fortalecimento dos setores populares, como ocorreu na campanha difamatória que levou Getúlio Vargas ao suicídio (1954); nos levantes militares de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959), contra o presidente Juscelino Kubitschek; e na tentativa de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros (1961).

Passados mais de 50 anos desse desfecho trágico, dentre as interpretações trazidas pela vasta literatura produzida sobre o tema por cientistas sociais, sociólogos, historiadores, militares e jornalistas, evidencia-se que o golpe de 1964 foi uma reação concreta de classe, do grande capital, nacional e internacional, aos avanços sociais, ao protagonismo dos trabalhadores e das forças democráticas que estavam em ebulição em um período histórico de grande participação popular e no qual o movimento sindical vinha em uma crescente participação com mobilizações e greves. Em 1962, foi fundado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); no campo, a luta pela reforma agrária fortaleceu as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais; em 1963, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Nesse quadro, os estudantes desempenhavam importante papel de mobilização e formação político-cultural da juventude por meio de suas entidades (UNE, UBES, UEEs, DCEs e Grêmios). A atmosfera vivida pela sociedade brasileira, no fim década de 50 e início da década de 60, era de forte mobilização por transformações estruturais. A palavra revolução estava em evidência, a revolução cubana, ocorrida em 1959, o avanço da revolução chinesa que, se de um lado empolgava as esquerdas, por outro lado gerava um pavor nos setores conservadores. A palavra revolução

foi fruto de uma disputa simbólica, foi usada, erroneamente, durante muito tempo também pelos militares, para caracterizar o golpe de 64.

A tese de PhD sobre o golpe de 1964, do cientista político uruguaio René Dreifuss na da Universidade de Glasgow, resultou no livro publicado, em 1981, com o título de *1964: A Conquista do Estado* e transformou-se em uma das mais influentes interpretações sobre o período. Dreifuss (1981) defendia que a coalizão vitoriosa, em 1964, articulada em torno do complexo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organizou os interesses sociopolíticos do capital multinacional e associado – implantado, fortemente, já durante os anos Juscelino Kubitschek (1956-1960), sendo o golpe o resultado da união dessas classes sociais: empresários e militares. De forma original, o uruguaio utilizou os conceitos gramscianos de “elite orgânica”⁷, “bloco histórico”, “crise orgânica”, “transformismo” e “sociedade civil”⁸. Pela primeira vez, utilizou para caracterizar o golpe de 1964 as expressões como ditadura “civil-militar” ou “empresarial-militar”, indicando que existiu não apenas a participação de militares, mas também de “civis” no golpe; fundamentalmente, que existia um projeto de classe inscrito no golpe e na ditadura, sendo o golpe o resultado não, apenas, de uma ação isolada dos militares, como defendiam alguns, mas da ação coordenada de um bloco de classe. Sobre essa questão, Queiroz (2014) interpreta:

7 A expressão “elite orgânica” utilizada pelo autor remete a articulação do empresariado multinacional associado com os meios de comunicação, no qual se agrupam, funcionando como uma central de informações, ao passo que desenvolvem ações econômicas, desenvolvem uma ação política em defesa dos interesses dos grandes conglomerados empresariais.

8 Desse modo, o conceito de sociedade civil deve ser entendido, não como um espaço da liberdade, mas como um campo de lutas pela hegemonia onde se articulam interesses privados de natureza classista.

Nenhuma classe social consegue impor o seu domínio de forma pura. Em situações excepcionais, a constituição de blocos entre classes e frações de classe se revela em toda a sua complexidade e nitidez. No caso de 1964, no Brasil, nota-se que a burguesia – autóctone e estrangeira- não se furtou em se aliar aos grandes fazendeiros e estratos das classes médias urbanas, constituindo um bloco sobre a hegemonia dos potentados das transnacionais. Os blocos não são estruturas fixas. Inversamente, se movem ao sabor das convergências sociais, econômicas e políticas. Não são determinados por desejos piedosos e princípios axiomáticos. Ao contrário, respondem exigências que, em última hipótese, estão associadas ao dever da luta de classes. Em uma comparação grosseira, lembram os blocos conhecidos como placas tectônicas que se movem ao sabor de uma substância interna a terra de composição pastosa e conhecida como magma (p. 48).

Nessa nova abordagem, o golpe de 1964 foi um “golpe de classe.” “O complexo IPES/IBAD é apresentado como o verdadeiro partido da burguesia – no sentido gramsciano – seu Estado Maior para a ação ideológica, política e militar.” Esse núcleo ativo organizou a ação da elite orgânica – composta por empresários e tecnoempresários, intelectuais, classes médias urbanas, militares, representantes de interesses financeiros multinacionais e associados – exercendo seu poder de classe, cujos objetivos seriam, entre outros, “restringir a organização das classes trabalhadoras; consolidar o crescimento econômico num modelo de capitalismo tardio, dependente,.. E a formação de um regime “tecnoempresarial”, protegido e apoiado pelas Forças Armadas”. (BENEVIDES,2003)

O IPES foi fundado em novembro de 1961, desfrutava de inegável respeitabilidade. “Suas propostas espelhavam o prestígio dos projetos da “Aliança para o Progresso”, a qual só seria desmascarada por Che Guevara em 1962, na *Conferência de Punta del Este*.” Ao “IBAD, estigmatizado desde o início, competia o

“jogo sujo” da manipulação de recursos de fontes para financiar campanhas dos candidatos conservadores e “corrupções” de vários calibres.” (BENEVIDES, 2003). É extensa a lista de políticos que tiveram suas campanhas patrocinadas por essa organização. No Ceará, com a instalação da CPI do IBAD, aparecem os nomes dos parlamentares cearenses beneficiados: Paulo Sarasate, Leão Sampaio e Wilson Roriz. (CASTRO e SILVA, 1970).

A política desenvolvimentista do governo JK teria favorecido a conformação dos interesses deste “novo bloco histórico”, que até a crise de agosto de 1961 age conforme as “regras do jogo”. Para atuar junto ao regime, são formados os “anéis burocráticos-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica” (DREIFUSS, 2006, p. 106). As forças econômicas hegemônicas expressaram os seus interesses por intermédio de várias organizações, entidades e movimentos diversos que recebiam treinamento e suporte financeiro, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Cruzada Nacional de Liderança Democrática (CNLD), e o Conselho de Entidades Democráticas (CED). Essas e outras entidades e movimentos se uniram em torno de uma bandeira comum: a “ação anticomunista”.

O complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais e empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacionais - reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a “massa de manobra” da própria elite orgânica. Ainda, as manobras táticas faziam-se necessárias por uma outra razão fundamental: conduzir a estrutura social a um ponto de crise onde as Forças Armadas, cujo apoio

fora simultaneamente e intensivamente aliciados, seriam levadas a intervir sob uma liderança coordenada. (DREIFUSS, 2000, p. 298)

No final da década de cinquenta, enquanto estudantes, intelectuais, políticos, militantes de partidos, clérigos e militares, com o envolvimento de entidades como Ação Popular-AP, Movimento de Educação de Base-MEB e a União Nacional dos Estudantes-UNE desenvolveram um movimento geral para infundir entre a maioria da população algumas noções de interesses de grupo ou de classe, com ideias sobre o papel do Estado e o caráter positivo e necessário de certos objetivos nacionais, num processo de conscientização popular, visando o despertar do senso de consciência de seu verdadeiro e potencial valor como participantes ativos na mudança social; a elite orgânica, através do complexo IPES/IBAD, patrocinou e fundou entidades estudantis de direita, como o Movimento Estudantil Democrático - MED, a Frente da Juventude Democrática - FJD, o Movimento Anticomunista - MAC, que atuava como intimidador contra os simpatizantes da UNE e da UBES e propagadores das posições nacionais reformistas. Além do apoio financeiro, o complexo IPES/IBAD treinava os ativistas estudantis, publicava “material profissional”, jornais e livros, e intervinha nas eleições das entidades estudantis combativas e dos sindicatos classistas, com o objetivo de tirá-los da órbita das esquerdas. Bem como realizava cursos e seminários de fortes conotações políticas, com o objetivo de doutrinar e disseminar os valores da elite orgânica, do capitalismo e do mercado, manipular a opinião pública e infundir o temor à “ameaça vermelha” (DREIFUSS, 2006).

Para o autor de *1964: A Conquista do Estado*, a utilização das classes médias como uma massa de manobra conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e à mídia coordenada pelo IPES. Para atrair o apoio dessa classe, utilizavam-se duas bandeiras: o combate à inflação e à esquerdização do país, com

a propalada insígnia de “República Sindicalista”. Tratava-se de uma campanha ofensiva para acentuar o clima de inquietação e insegurança e dar a aparência de um apelo popular às Forças Armadas para uma intervenção militar (DREIFUS, 2006, p. 308).

Outra ponta de lança importante para o ataque ao governo de João Goulart foi a mobilização de vários segmentos, das mulheres, donas de casa das classes médias, grupos católicos, estudantes, trabalhadores, lideranças políticas, militares e até clubes de futebol. O IPES custeava e orientava as organizações femininas, entre elas a União Cívica Feminina - UCF, um movimento de arregimentação feminina, cujo principal lema era “combater o comunismo e a corrupção”. Essas organizações realizaram uma campanha com comícios públicos, propaganda porta a porta, panfletagem, cursos e conferências agressivamente anticomunistas. O auge da ação desses grupos se deu com a coordenação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, com aproximadamente 500.000 pessoas, em resposta ao comício de João Goulart, do dia 13 de março⁹ (DREIFUSS, 2006, p. 315).

Na região do Cariri cearense, objeto do nosso estudo, Farias (2007) aponta vários indícios, evidenciando a atuação comunista na defesa das *reformas de base*, proposta pelo governo João Goulart e seu engajamento mesmo no interior do Estado, onde historicamente o anticomunismo foi mais forte, em virtude das pregações da Igreja católica¹⁰, aliada das oligarquias locais (FARIAS, 2007, p. 48).

9 Nesse comício do dia 13 de março de 1964, realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, o presidente João Goulart anunciou o início das reformas de base, que dentre outros pontos incluía a reforma agrária; o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras; as reformas da educação, administrativa, bancária, da previdência, a nacionalização das concessionárias de serviços públicos etc. Contou com a participação de 100.000 pessoas e o apoio de sindicatos coordenados pelo CGT e do Movimento Estudantil e suas entidades.

10 Sobre o conservadorismo e a ação anticomunista da Igreja Católica no Ceará, ver PARENTE, Francisco José Camelo. A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: Edições UFC: 2000.

Queiroz (2010) apresenta uma das facetas de como a Igreja e a elite orgânica da região do Cariri participaram do golpe e estavam em uma articulação nacional de classe, afirma que:

No dia 19 de março de 1964, ocorreu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na cidade de São Paulo. Nesse evento, os clérigos católicos cumpriram um papel de inigualável magnitude. Utilizaram a sua capacidade de mover céu e terra e colocaram centenas de milhares de pessoas nas ruas. O apoio político do governo paulista e o dinheiro do empresariado completaram a obra que serviu de pretexto legitimador para ação golpista, quinze dias mais à frente. Nos dias que precederam as operações militares, e mesmo depois, o mesmo ato será repetido pelos quatro cantos do país, e novamente serão os pastores de Cristo que estarão na dianteira das multidões arrastadas. Em Juazeiro do Norte, quatro grandes manifestações foram organizadas e o padre Murilo de Sá Barreto (Pároco da cidade que coordenava as romarias do Pe. Cícero), no limite, utilizou a força moral da igreja para trazer um exército de marchadeiras às ruas da maior cidade cariense...se juntou ao prefeito, Humberto Bezerra, para colocar nas ruas um número incontável de mulheres com terços nas mãos, rezando o rosário para, uma vez mais, executar o comunismo e se confraternizar com a quartelada, “A Redentora” (QUEIROZ, 2010, p. 123, 124).

O autor demonstra que, apesar das ações golpistas concentrarem-se nos grandes centros urbanos, São Paulo e Rio de Janeiro, elas se reverberaram em todos os rincões do país.

O amplo trabalho ideológico e político realizado pelo complexo IPES/IBAD objetivava a contenção da mobilização popular e a desorganização da incipiente consciência e militância de classe que as massas trabalhadoras, aos poucos, adquiriam. Tais ações no meio dos trabalhadores enfatizavam a “função social do capital”, com ideias de favorecimento do sistema econômico, participação nos lucros, corresponsabilidade administrativa, boa

imagem da empresa privada (DREIFUSS, 2006, p. 325). Elas visavam conter as mobilizações nacional-reformistas e a consciência de classe dos trabalhadores. Os candidatos ao parlamento e ao executivo, que levantavam a bandeira do anticomunismo e do contra-nacional-reformismo, também recebiam forte apoio financeiro da elite orgânica.

A ação entre os militares do complexo IPES/IBAD visava envolver o maior número de oficiais na mobilização contra o governo. Dreifuss observou pelo menos três movimentos político-militares: 1) o grupo IPES/ESG, do qual fizeram parte o gen. Golbery e o tecnoempresário Roberto Campos; 2) o extremista de direita, que envolveu elementos civis como Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de São Paulo, o empresário Paulo Egydio Martins e o brigadeiro Burnier; e 3) o tradicionalista, que envolvia nomes como os generais Antônio Carlos da Silva Muricy, Amaury Kruel e Olympio Mourão Filho. O complexo IPES/IBAD estava no centro dos acontecimentos, com homens de ligação, organizadores do movimento “civil-militar”. Organizaram a tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder. Nesse sentido, a queda do governo ocorreu com a culminância de um movimento civil-militar (DREIFUSS, 2006, p. 382-419).

Em seu trabalho *Estado e Oposição no Brasil*, Maria Helena Moreira Alves analisa dialeticamente as relações entre o Estado e a oposição, relacionando os aspectos políticos e econômicos característicos dos anos de 1950 e 1960, “em que ocorrem a aliança do capital multinacional, o capital associado dependente e o capital do estado” (ALVES, 1984, p. 19). Para a autora, foram esses interesses econômicos e políticos, do capital internacional e nacional a eles associados, que resultaram na conspiração civil e militar que derrubou o governo de Jango. Fruto de várias contradições anteriores, o governo de Goulart promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, como o controle das remessas de lucro e o pagamento de royalties, adotando uma

política de subsídios ao capital nacional. Os anos 50 e 60 foram marcados por significativas mobilizações populares. A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas às mínimas concessões em questões como salário, condições de trabalho ou mesmo organização sindical. O exemplo de Cuba aumentou o medo de uma revolução que derrubasse o sistema com sérias perdas para o capital nacional e multinacional. A tomada do poder do Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros – em especial o grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) (ALVES, 1984, p. 22).

A ESG foi fundada no Brasil, em 1949, com o apoio dos governos norte-americano e francês. Era responsável pela formação de quadros civis e militares para ocuparem cargos de direção do Estado, formulou e propagou a Ideologia da Segurança Nacional, contida na Doutrina de Segurança Nacional, na qual o inimigo a ser vencido não era a ameaça externa de invasão do país, mas sim dos “inimigos internos” influenciados pelas ideias comunistas. Em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase no tema segurança interna, levou inexoravelmente ao abuso do poder, às prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão. (ALVES, 1984, p. 27). A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento transformou-se em uma ideologia de dominação de classe, que serviu para justificar as mais violentas formas de opressão classista.

O General Golbery de Couto e Silva, coordenador e responsável pela montagem de uma rede de informação, defendia a “estratégia contraofensiva”. A necessidade de uma rede de informação era consequência da inevitabilidade da guerra total para neutralizar a infiltração e as guerras psicológicas levadas a

efeito pelo inimigo - o comunismo. Antes do golpe de 1964, já se possuía um completo e detalhado dossiê de informações sobre 400.000 cidadãos. O que demonstra que havia, bem antes do golpe em 1964, uma prévia preparação. Agentes secretos atuavam entre estudantes, sindicatos, camponeses, na imprensa, em organizações culturais, na Igreja católica, em universidades e até em organizações de classe média, na coleta de informações necessária ao planejamento da ação golpista (ALVES, 1984, p. 26).

Perpetrado o golpe, os militares colocaram em prática um conjunto de medidas repressivas intitulado “Operação Limpeza”; foram criados os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), os quais investigavam as atividades ditas “subversivas” de funcionários civis e militares. Tratava-se de colocar em prática o objetivo de eliminação do “inimigo interno”. Logo após o golpe militar, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo o País. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contraofensiva, para levar a efeito operações em larga escala de “varredura com pente-fino”. Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida à busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam em listas previamente preparadas. O objetivo era “varrer” todos os que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas, ou altamente infiltrados por comunistas, e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Eram especialmente visados líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo (ALVES, 1984, p. 59).

A repressão, nos primeiros dias após o golpe, teve um caráter seletivo. Em seu depoimento, José Figueiredo de Brito Filho, Zé de Brito, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, PCB, na cidade do Crato, nos anos 1950 e 1960, esclarece como se deu a “Operação Limpeza” no sul do Estado do Ceará:

Quem efetuava as prisões era a polícia militar. Essas prisões eram feitas fora de hora, de afogadilhos, sem dar a mínima condição de algum prisioneiro se preparar para uma viagem longa, como aconteceu conosco. Fomos presos e, na madrugada mesmo, levados para Juazeiro; Em seguida, transferidos para a Ordem Política e Social, lá em Fortaleza. Foram presos comigo e remetidos de Crato para Fortaleza: José Belchior Silva-funcionário do Banco do Brasil. Hugo... (Esse Hugo apareceu lá, não sei de onde... não sei identificá-lo). Juvêncio Mariano dos Santos – comerciante; Saturnino Candéia do Nascimento – líder Sindical. José Figueiredo de Brito Filho – Líder Estudantil, professor e funcionário do Banco do Brasil; Francisco Ivan de Figueiredo – Comerciante; José Kleber Callou – bancário e político; Ernani Brígido e Silva – comerciante; Wellington Alves de Sousa – líder estudantil, bancário, jornalista; Raimundo Coelho Bezerra de Farias – médico (Apud TIMÓTEO, 2013, p. 150).

O Hugo, que o Zé de Brito Filho demonstra não conhecer no depoimento, morava vizinho ao casal Eudoro Santana e Ermenegarda Sobreira, no Crato, foi trazido para a região pelo Projeto Asimow¹¹.

Ainda cabe realçar a íntima ligação do golpe militar de 1964 com o quadro internacional de polarização de blocos antagônicos, de um lado o capitalismo e do outro o socialismo. Tal acontecimento deve ser visto não como ato isolado dos militares brasileiros, mas na sua intrínseca relação com a política externa dos Estados Unidos. O projeto Asimow, por exemplo, contou com recursos do governo norte-americano com objetivo de manter a influência na região. Moniz Bandeira (2005) assinalou que “A escalada na guerra do Vietnã não impediu que os Estados Unidos tratassem de reafirmar seu predomínio na América Latina, como

11 O Projeto ASIMOW, foi um projeto da UFC em parceria com a Universidade da Califórnia, que teve como objetivo de estruturar empresas no Cariri. Será abordado mais adiante.

sua área de influência” (p. 269). O autor realça a disposição política do presidente dos E.U.A. de intervenção militar direta e apoio às ações golpistas com a Operação Brother Sam¹². “Quatro meses após assumir a presidência dos Estados Unidos, Johnson dera o sinal verde para a intervenção militar no Brasil (Operação Brother Sam) em apoio ao golpe militar, articulado pela CIA, contra o governo trabalhista de João Goulart” (p. 269).

Para Moniz Bandeira (2005), o golpe de 1964 teve um significado internacional: foi uma resposta aos embates políticos e ideológicos da América Latina. Ao analisar a política externa do governo Kennedy, assim coloca:

Conforme se pode observar, o governo Kennedy, que considerava a democracia representativa um dos meios mais eficientes para o combate ao comunismo, condenava os golpes de Estado, mas, pouco tempo depois, demonstrava tolerância e por fim, acomodava-se com as ditaduras de extrema-direita por eles instituídas. Essa falta de consistência evidenciou-se nitidamente na política dos Estados Unidos diante dos acontecimentos na Argentina (1962), Peru (1962), Guatemala (1963) e Equador (1963) (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 89).

O que levou a Nação que se apregoa como a defensora da liberdade e da democracia em sua forma liberal a apoiar regimes de exceção e intervenções militares nos países da América Latina? O autor demonstra que, na óptica dos democratas liberais norte-americanos, a democracia representativa, fundada sob os auspícios dos Federalistas, tem um sentido terminantemente utilitarista e deve se constituir em meio privilegiado de convivência política, desde que não figure como uma ameaça ao status quo na região (QUEIROZ, 2014, p. 60).

12 Como forma de apoio, caso fosse preciso, a operação Brother Sam, deslocou para o litoral brasileiro um porta avião de ataque pesado com aviões de caça e 110 toneladas de munições.

João Quartim de Moraes (1999) assinala que, no Brasil, notórios liberais participaram do golpe de 1964, cujo objetivo era derrotar o governo progressista e frear o avanço dos setores populares. Moraes assegura que, “quando o dinheiro já não consegue manter o dinheiro no poder” face ao avanço da esquerda e dos setores populares, os defensores da democracia liberal não hesitam em recorrer aos bons serviços dos chefes fascistas, como porta-vozes do capital e do campo da contrarrevolução armada, em momentos de crises revolucionárias, e isso constituiu a regra geral da ordem burguesa.

Em situação de crise política aguda, quando o controle exercido sobre a opinião pública, pelos grandes meios de comunicação não logra garantir a funcionalidade do sufrágio universal, a burguesia para manter seus privilégios econômicos, redescobre sua afinidade com o fascismo, para manter a propriedade recorrem a medidas de exceção, estados de sítio e às ditaduras militares que aplicam a tortura e as execuções sumárias em escala genocida (QUARTIM DE MORAES, 1999, p. 18).

Historicamente, nos países onde ocorria avanço das políticas empenhadas em um programa nacional-desenvolvimentista, democrático, com reforma agrária e industrialização, com massa crítica suficiente sobre a real conjuntura, as classes dominantes locais, latifundiárias e a burguesia associada, recorreram à contrarrevolução preventiva e ao terrorismo de Estado para salvar seus interesses, especialmente, econômicos. Quartim de Moraes (1999) evidencia a afirmação de Maurício Duverger, para o qual os EUA apoiaram essas ações ao desenvolver a política de “fascismo exterior”: liberdade no seu país e opressão nos outros. O componente fascista não se reduziu à militarização da política, mas apoia-se na radicalização à direita da burguesia e das massas pequeno burguesas, face à perspectiva do socialismo.

Colaborando com essa assertiva, Ronaldo Costa Couto, no livro *Memória Viva do Regime Militar: Brasil, 1964-1985*, assim conclui:

As elites orgânicas articularam-se internacionalmente para desestabilizar o governo Goulart, cuja política externa provocaria aversão. No Brasil, a Escola Superior de Guerra, a Sociedade de Estudos Internacionais, a Fundação Aliança para o Progresso e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática colaboraram com órgãos congêneres dos Estados Unidos como o Council ou Foreign Relations, Agency for International Development, Council for Latin America e a CIA (...). O golpe militar de 1964 não foi mero reflexo de uma administração desastrosa, mas o triunfo da ordem internacional e das forças conservadoras (COUTO, 1994, p. 41).

O que aterrorizava os setores conservadores, decerto, era o fortalecimento das organizações populares, das ligas camponesas, das entidades estudantis, dos sindicatos e a implantação das reformas de base. Os primeiros atos dos golpistas foram prisões de lideranças sindicais, operárias, estudantis, populares e cassações de mandatos parlamentares. Com o explícito apoio dos Estados Unidos, o regime militar instalado em abril de 1964 eliminou a democracia, perseguiu, torturou e assassinou democratas, nacionalistas e progressistas, impôs a censura e desmantelou as organizações populares, que vinham impulsionando as mudanças.

Alfred Stepan (1975) afirma que “a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensado como um subsistema que reage às mudanças no conjunto do sistema político”; para ele, a revolução derivava da inabilidade de Goulart em “reequilibrar” o sistema político. Os militares eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis; se inicialmente não estavam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar, entretanto, com o treinamento desenvol-

vido pela Escola Superior de Guerra, “haveria dentro das Forças Armadas um nível de confiança relativamente elevado de que eles contavam com membros possuidores de uma solução relevante para os problemas brasileiros e que estavam tecnicamente preparados para governar” (p. 49). Desse modo, os militares se viram aptos a assumir o controle do Estado.

Spinelli observa que “la dictature brésilienne en particulier n’avait pas de ‘César’ visible. Le césarisme se corporitiait en dictature collective: les forces armées comme institution, le ‘système’ impénétrable.” (SPINELLI, 2016, p. 83)¹³.

Renato Ortiz, em artigo publicado pela passagem dos 50 anos do golpe civil-militar, advoga que a Ditadura Militar foi modernizadora, evidenciando seu acelerado crescimento da economia durante o “milagre econômico”, com a intensa industrialização e urbanização da sociedade brasileira, com a reorganização do Estado e a emergência de uma tecnocracia que dinamiza e regula as forças produtivas, consolidando o que se denominava de capitalismo tardio (ORTIZ *apud* REIS FILHO, 2014). Ao citar o trabalho de Otávio Ianni sobre o Estado e planejamento, no qual, para esse, a política governamental pós 1964 teve uma dimensão inovadora, radicalmente distinta dos governos anteriores, visando, por meio do controle autoritário, à maior eficiência, à eficácia e à racionalização das metas a serem atingidas, o autor destaca que a ação do estado militar favoreceu o desenvolvimento das empresas nacionais e estrangeiras. O conceito utilizado pela literatura para caracterizar esse processo é o de “modernização conservadora”, processo social calcado explicitamente num modelo político conservador, no qual os valores democráticos são preteridos para um plano secundário. Ortiz coloca que o “período militar combinou repressão política e expansão econômica e modernização da máquina do Estado e incentivo às atividades

13 “[...] a ditadura brasileira, em particular, não tinha um César visível. O cesarismo corporificava-se numa ditadura coletiva: as forças armadas como instituição, o ‘sistema’ indepassável.”

industriais” (ORTIZ *apud* REIS FILHO, 2014, p. 114) Tal confirmação traz à lembrança a frase do ministro do período militar, Delfim Neto: “É preciso fazer crescer o bolo, para depois distribuir o bolo”. O que se viu foi a economia crescer à custa do arrocho salarial e da repressão sobre os que foram derrotados com o golpe: os trabalhadores. A história confirmou que houve, sim, durante a ditadura militar uma modernização do capitalismo no Brasil, contudo conservadora no sentido de repressão e dominação das classes produtoras.

Os cientistas sociais, aliás, como em todas as questões decisivas, dividem-se com relação ao tema em tela. Para Carlos Fico (2004), o que ocorre sobre a variada literatura é uma verdadeira luta pelo estabelecimento da “versão correta” da interpretação do Fato Histórico (p. 26). Há uma produção de historiadores sobre o tema denominado de “Nova História”, que busca enfatizar o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, suas mentalidades, sua “trajetória de vida” e que resultou em uma grande quantidade de trabalhos sobre a cultura no regime militar. Essa tendência da “história das mentalidades” (ou “história do cotidiano”, ou “história da vida privada”, ou “micro história” ou ainda “nova história cultural”) mostra-se cada vez mais interessada em minúcias, detalhes, revelações surpreendentes, nas “narrativas saborosas”, na reconstituição histórica fundada na revelação de segredos e na reconstituição de trajetórias de vidas singulares que “mudaram a história” (p. 52, 53).

Nos livros *A Ditadura Envergonhada* (2002), *A Ditadura Escancarada* (2002) e *A Ditadura Derrotada* (2003), todos sobre a ditadura militar, assentados em vasta documentação sigilosa fornecida pelos militares do período, o jornalista Elio Gaspari faz uma narrativa objetiva, como a trama de um filme, que prende a atenção do leitor, evidenciando, em muitos momentos, trivialidades. São exaltadas as figuras de Geisel e Golbery como os sujeitos que “fizeram e acabaram com ela”; na obra prevalece

uma leitura militarista, sendo o golpe reduzido aos episódios da conspiração e da ação dos militares (FICO, 2004, p. 56).

O golpe e as esquerdas

No dia seguinte ao golpe, 1º de abril de 1964, o dia da mentira, as pessoas pensavam que o golpe não era verdade, as reações da esquerda foram tímidas e inócuas. Havia uma crença na maioria da direção do PCB do dispositivo militar do presidente João Goulart, através do general Assis Brasil, chefe da casa civil, que, se acionado, poderia reprimir os conspiradores a qualquer momento. Mas não foi o que ocorreu.

O secretário geral do PCB, Luís Carlos Prestes, no dia 27 de março, em conferência por ocasião do aniversário do PCB, afirmou que não haveria condições favoráveis para o golpe reacionário, e se esse viesse “os golpistas teriam suas cabeças cortadas”, tamanhos eram o otimismo e a confiança no governo Jango (GORENDER, 1999, p. 64).

De 1946 a 1964, o PCB representou a principal força de esquerda de inspiração marxista (Partido Comunista do Brasil até 1961 e, daí em diante, Partido Comunista Brasileiro). Possuía significativa influência na sociedade, com quadros experientes e dedicados ao trabalho; possuía jornais em todos os estados, com muitos jornalistas contratados, com forte radicação no movimento operário, no meio camponês e forte influência no movimento estudantil, contando também com a presença dos militares nacionalistas. O próprio secretário-geral Luís Carlos Prestes foi militar, tendo sido líder da lendária Coluna Prestes nos anos 20, defensor de uma visão que as forças armadas no Brasil eram democráticas e nacionalistas. Participante ativo da campanha “O petróleo é nosso”; em 1946, o PCB obteve 10% dos votos, elegeu uma significativa bancada para Assembleia Constituinte de 1946 e um senador, Luís Carlos Prestes, na época recém-saído do cárcere no Estado Novo. Em 1947, o registro do Partido é cassado, e

em 1948 os seus parlamentares perdem o mandato; a partir daí o partido passa a viver na semilegalidade, mas manteve forte influência na cultura brasileira: vários artistas, escritores e intelectuais eram adeptos do partido. Em agosto de 1954, o PCB lança o Manifesto de Agosto, como ficou conhecido, que defendia a tese da revolução por etapas no Brasil: a primeira, anti-imperialista e antifeudal, com a burguesia nacional à frente (GORENDER, 1999, p. 22); só após esse processo viria a revolução socialista.

Após o golpe de 1964, a publicação dos comunistas *Novos Rumos* conclamava à greve geral e a defesa do governo legal. No entanto, só teve cumprimento no Rio, em Santos e em alguns setores ferroviários. Os membros do CGT foram presos, centenas de sindicatos caíram sob intervenção, a sede da UNE foi incendiada e o incêndio foi televisionado, talvez a primeira tragédia política transmitida pela TV brasileira. As manifestações de rua foram dispersas pelo exército (GORENDER, 1999, p. 62, 70).

Com o golpe civil-militar, o que se viu foi o desmantelamento dos movimentos sociais, perseguição aos comunistas e a prisão das principais lideranças. Para Gorender, nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. Todos ficaram à espera do comando do Presidente da República. “Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arraes, Julião e os generais nacionalistas. Jango não quis a luta. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição pessoal” (p. 66). O autor de *Combate nas Trevas* chega à conclusão de que a ditadura militar representou uma forma de dominação burguesa, caracterizada pela coerção extremada exercida sobre as classes subalternas (p. 72).

A esquerda, por sua vez, não conseguiu dar uma resposta de imediato ao golpe, apesar da tentativa de articulação de oposição nos anos de 64 e 65; de tão eficaz a campanha de manipulação da opinião pública, verificou-se em Fortaleza que a ação da polícia para dispersar uma manifestação contra o golpe chegou a ser aplaudida por alguns populares. (FARIAS, 2007)

No acerto político de contas que se seguiu à grande derrota de 1964, quem pagou a fatura foi o velho PCB, o Partidão. A frustração, a amargura, a perplexidade levou à contestação do programa do partido, que passou a ser acusado de imobilismo, de passividade e de reboquista perante o governo Jango. A partir daí, o PCB entrou em um processo de perda da hegemonia que detinha na esquerda brasileira, vários de seus membros migraram para outras organizações. Para João Quartim de Moraes (1999), o fracasso da aliança do PCB com o governo de João Goulart mostrou que a burguesia brasileira, numa situação de grave confronto político suscitado pelo avanço da esquerda, preferiu o latifúndio, o imperialismo, o golpismo militar ao risco de perda de controle da dinâmica do processo. De forma autocrítica, o pensador Moraes chama a atenção:

Retrospectivamente, é muito fácil inferir da derrota de um movimento à falsidade de seus fundamentos. A compreensão histórica não se alimenta destas certezas fáceis. Importa-lhe reconstituir o contexto em que determinado projeto político pareceu, aos muitos que o assumiram ou o apoiaram, a resposta adequada a uma situação intolerável - História do marxismo no Brasil (p. 86).

O eixo político da esquerda estabeleceu-se, a partir de então, em torno da “derrubada” ou “derrota” da ditadura. Organizaram-se vários grupos e movimentos que pretendiam derrubá-la pela luta armada e os que procuravam derrotá-la politicamente. O que os unia era a luta contra a ditadura; havia desde os projetos nacionalistas de Brizola, a proposta do PCB de revolução nacional e democrática e os que propunham uma revolução socialista (RIDENTI, 2010, p. 33).

Várias dissidências de nomes pomposos e otimistas saíram do PCB: Carlos Marighela, histórico dirigente comunista, parlamentar em 1946, criticou a passividade da direção do PCB e

liderou a criação da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização guerrilheira que se inspirava no modelo da revolução cubana. Outra dissidência do PCB, também importante, foi a fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do qual participava Jacob Gorender. Havia organizações que atuavam antes de 64, como o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Política Operária (Polop), e das suas cisões surgiram grupos como a Vanguarda Popular Revolucionária, os Comandos de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), a Ala Vermelha do PCdoB e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) (RIDENTE, 2010, p. 34).

Para Marcelo Ridenti (2010), após o golpe, a esquerda brasileira converteu-se em pouco tempo num mosaico de dezenas de pequenas organizações. Elas divergiam quanto ao caráter da revolução brasileira (nacional-democrata ou socialista), sobre as formas que a luta revolucionária deveria assumir (pacífica ou armada: se armada, guerrilheira ou insurrecional; centrada no campo ou na cidade), sobre o tipo de organização para conduzir a revolução (partido leninista ou organização guerrilheira); o que as unia era a luta contra a ditadura militar (RIDENTI, 2010, p. 33, 34).

No Estado do Ceará, o golpe militar teve efeitos concretos. As passeatas e concentrações marcadas pelos estudantes para a Praça José de Alencar foram dissolvidas pelo Exército. As sedes das entidades estudantis seriam invadidas pelos golpistas e substituídas por “estudantes democratas”. Trabalhadores do porto do Mucuripe, da Rede Ferroviária e do Departamento de Telégrafos e Correios iniciaram a greve convocada pelo CGT, mas logo foram desmobilizados pelos militares com a prisão dos principais líderes e intervenção nos sindicatos; a Rádio Dragão do Mar, pertencente ao deputado federal Moisés Pimentel, que apoiava João Goulart, foi fechada por estar conclamando os civis a resistirem ao Golpe. A sede da Federação das Associações de Lavradores e Trabalho-

res Agrícolas do Ceará - FALTAC foi saqueada pelo exército; a sede do PCB, situada no centro de Fortaleza, na rua General Sampaio, foi arrombada e destruída, sendo apreendida farta documentação “subversiva”; a Polícia Militar passou a patrulhar as ruas e praças visando “manter a ordem” (FARIAS, 2007, p. 50).

Na capital do Estado, o jornal “O POVO”, do dia 03/04/1964, publica uma proclamação da 10^a Região Militar aos Estudantes:

PROCLAMAÇÃO

O comando da 10^a Região Militar dirige-se neste momento aos estudantes cearenses cuja Universidade juntamente com outras instituições de ensino já representa um centro de cultura a conjunção e iguala aos melhores do país.

O exército está no propósito de manter a ordem, inclusive não permitindo passeatas, comícios ou outras quaisquer manifestações coletivas que possam criar um caldo de cultura favorável a desordem.

Conclamamos a todos que nos prestem sua valorosa colaboração tomando posição contra agitadores.

Aos estudantes Democratas e anticomunistas que, sabemos representa a esmagadora maioria, conclamamos ainda, que assumam a liderança de sua classe contribuindo, assim, para que nossa pátria mantenha o lugar de destaque que merece.

Apelamos também aos pais que prestem sua valorosa colaboração nesse sentido (MAIA JUNIOR, 2008, p. 212).

No Ceará, as forças de esquerda antes do golpe eram: O Partido Comunista Brasileiro, que funcionava numa forma de “semilegalidade”, tinha um escritório, o *Escritório Eleitoral 25 de Março*, em Fortaleza, e várias células nas escolas, na Universidade e pelo interior; o pequeno Partido Social Trabalhista – PST, liderado por Miguel Arraes e que abria espaço para candidaturas comunistas, uma vez que o PCB não podia participar das eleições; o grupo dos 11, ligado a Leonel de Moura Brizola; a Federação das Associações Agrícolas do Ceará (FALTAC), dirigida pelo líder camponês comunista, José Leandro Bezerra; o Pacto Sindical, união de vários sindicatos, liderado pelo bancário Moura

Beleza. No movimento estudantil, destacavam-se o Centro Lical de Educação e Cultura - CLEC, do Liceu do Ceará, considerado um dos mais ativos da época; a União Estadual dos Estudantes - UEE; o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC); a juventude comunista, que tinha organismos de base em diversas escolas e faculdades; a Ação Popular (AP), grupo ligado à esquerda, oriundo da Juventude Universitária Católica - JUC; o Clube dos Estudantes Universitários - CEU, local de concentração, debates e início das passeatas dos estudantes em Fortaleza; o Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Ceará - DCE, hoje UFC (FARIAS, 2007, p. 50).

O governador do Estado, Virgílio Távora, eleito em 1962, mantinha um bom relacionamento com João Goulart, inclusive, recebendo ajuda financeira para suas realizações administrativas, principalmente, para a construção da linha de energia elétrica de Paulo Afonso a Fortaleza. Com o golpe, sofreu uma tentativa de deposição organizada por Michel Graudhol, nomeado presidente da Caixa Econômica, depois demitido por corrupção, e Charles Deleve, comerciante francês que contou com o apoio de deputados estaduais. Na visita de Castelo Branco ao Ceará, esses o procuraram afirmando que Virgílio não era revolucionário. “Virgílio é revolucionário de primeira hora”, respondeu o presidente militar, e foram todos para a casa do governador se confraternizar (MOTA, 1985, p. 127).

No Cariri, os alvos da repressão foram aqueles considerados “comunistas” ou seus simpatizantes. É isto que explica as prisões de Peres Amaral, proprietário de um pequeno sítio no rumo do Rio Salgadinho, cujo espaço físico era utilizado para reuniões do diminuto exército de comunistas de Juazeiro do Norte, e do comerciante João Mariano, “ele fazia questão de dizer que era comunista”. Independente disso, “o golpe de força não poupou professores, livres pensantes e pequenos proprietários e os colocou sob severa vigilância; em certos casos, empregou contra eles os instrumentos dos interrogatórios, das perseguições e da prisão pura e simples” (QUEIROZ, 2010). Em Juazeiro do Norte, também foram presos Geraldo de Lucena Militão, o professor e homem de teatro Wálter Barbosa e o radialista Dário Maia

Coimbra, por serem apenas simpatizantes do trabalhismo e da esquerda. As ações dos golpistas no maior município da região, Juazeiro do Norte, contaram com o apoio dos gêmeos Aduino e Humberto Bezerra, do pároco Murilo de Sá Barreto, do deputado Leão Sampaio e do empresário Antônio Corrêa Celestino. Para Queiroz, “esses são expressões corpóreas de uma ‘elite’ tradicional que executou com inegável êxito a missão de fazer o Cariri empalmar com os acontecimentos que sacudiram o país em março/abril de 1964” (QUEIROZ, 2010, p. 90).

Na cidade do Crato, havia a Frente Estudantil Nacionalista (FEN), organização fundada pela juventude comunista local para se contrapor a União dos Estudantes do Crato - UEC, que era controlada pela Igreja católica. A FEN, fundada em 1959, editou um jornal, *O Nacionalista*, organizou passeatas pela construção da primeira escola pública em nível secundário da cidade, exerceu forte influência no meio estudantil do Cariri e foi desorganizada com o golpe. Além das primeiras prisões efetuadas, como as já citadas, pelo depoimento do dirigente comunista cratense, Zé de Brito, há que se considerar, igualmente, a fragilidade (no Cariri) dos partidos comprometidos com as reformas de base, especialmente o PCB, além da hegemonia político-ideológica dos padres e coronéis que apoiavam o golpe.

Farias (2007) evidencia que, considerando a diversidade de agrupamentos de esquerda pelo país, a rigor, dois grupos destacaram-se na prática de ações armadas contra a ditadura no Ceará: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). No entanto, o autor admite que, ao longo da pesquisa, descobriu outras organizações que buscaram fundar agrupamentos locais, mas embrionários, que foram alvos da repressão, como no caso da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e da Frente de Libertação Nordeste (FLNE). Ainda nos dá uma pista ao colocar como emblemática a atuação do PCdoB, entidade que liderou o movimento universitário cearense, em 1968, e que “instalou vários campos de treinamento de guerrilheiros no Ceará, visando apoiar a futura

guerrilha do Araguaia, no sul do Pará: apesar de sua disposição de não realizar ações terroristas no Estado, acabou entrando em choque com as forças da repressão” (FARIAS, 2007, p. 45).

Sobre o PCdoB, é importante destacar a sua gênese. Surgido da divisão dos comunistas brasileiros em 1962¹⁴, o PCdoB manteve o mesmo nome do início da sua fundação em 1922 - Partido Comunista do Brasil. Quartim de Moraes, em sua obra *História do Marxismo no Brasil* (2000), assegura que o PCdoB logrou a preservação da sua identidade e da organicidade do comunismo brasileiro (p. 63); o conteúdo intrínseco do pensamento político do PCdoB permanece substancialmente idêntico, isto é, não progrediu, nem regrediu (Ibid., p. 64).

No ambiente da esquerda pós-golpe, o PCdoB ganhou um impulso expansionista, valorizou-se por ser a favor da luta armada desde o seu surgimento, por ter criticado a impossibilidade do caminho pacifista, a limitação da luta parlamentar, o caráter das Forças Armadas. Inúmeros militantes do PCB transferiram-se para o PCdoB, do meio sindical aos ativistas das Ligas Camponesas. Passou a aglutinar muitos estudantes

14 A origem da divergência ocorre a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, PCUS, quando o próprio presidente da URSS, Nikita Krushev denunciou os erros de Stálin e indicava uma estratégia de coexistência pacífica com o capitalismo. Luís Carlos Prestes adere às orientações da URSS, com a Declaração de Março de 1958. A Declaração considerava a burguesia como “uma força revolucionária” e julgava existir a “possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal” no Brasil. Um grupo liderado por João Amazonas e Maurício Grabois, discorda das orientações da URSS e de Prestes. Em agosto de 1961, foram encaminhadas por Prestes ao Tribunal Superior Eleitoral, mudanças no registro do partido. Entre as alterações, incluía-se a mudança do nome da organização, que passaria a se chamar Partido Comunista Brasileiro. Do Estatuto retirava-se qualquer referência ao marxismo-leninismo. Discordando da orientação de Prestes, a carta dos cem comunistas exigia a anulação das mudanças e a convocação de um novo congresso partidário. Os membros da corrente revolucionária liderados por João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Calil Chade, entre outros, decidem, em 1962, reorganizar o histórico Partido Comunista do Brasil. Mantendo o mesmo nome da fundação de 1922, acrescido o ‘do’ na sigla, PCdoB. A nova organização passou a criticar as orientações do PCUS como revisionistas e se aproximou do Partido Comunista da China.

radicalizados. Em março de 1964, o Partido enviou uma turma de dez militantes para um curso político militar na China e depois mais duas turmas (MORAES, 1980).

Jacob Gorender (1999) interpreta as flexões táticas do PCdoB de 1964 a 1969 e o embasamento teórico dessa organização, que teve notória adesão no Estado do Ceará. Em 1966, na sua VI Conferência, foi aprovada a resolução *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise e da Ameaça Neocolonialista*. Nela, duas táticas são apresentadas: a primeira sendo a formação de uma frente ampla para derrotar a ditadura - *A União dos Patriotas*, e a luta por um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas, através da convocação de uma Assembleia Constituinte. Gorender evidencia que essa tática, em última instância, foi centrada na perspectiva de eleições burguesas. A segunda tática apresentada foi a da revolução, via guerra popular prolongada, na qual o cenário principal da luta armada seria o campo. Com a recomendação de deslocar o centro da gravidade para as regiões rurais, e nelas concentrar esforços de construção do Partido, resolução fortemente inspirada no exemplo da Revolução Popular da China, dirigida por *Mao Tse-Tung*, o PCdoB sublinhou que as ações nos centros urbanos não podiam ter maiores consequências, se desacompanhadas de movimentos armados no campo (p. 108).

Mesmo havendo reafirmado sua decisão de empreender a luta de guerrilha popular rural no mais breve prazo possível, os dirigentes do PCdoB não puderam escapar a um compromisso de elaborar uma tática ampla, que, de certa maneira, levava em conta o estágio do movimento operário, entrando em choque com a estratégia da luta armada. A tática que deveria resultar depois da passividade verificada após o golpe seria a de acumulação de forças (POMAR, 1980, p. 16). A resolução afirmava que “Simultaneamente com a ação política e a atividade para organizar a *União dos Patriotas*, é imprescindível preparar-se para a luta armada” (p. 17).

Na resolução do Comitê Central do PCdoB, de 1969, *Guerra Popular – caminho para a luta armada no Brasil*, depois do fechamento da ditadura com o AI5, havia somente a fala em luta armada, o que, de certa maneira, resolveu o impasse da duvidade da resolução anterior; no entanto levava a luta armada a perder importante apoio dos movimentos de massa. A resolução indicava que o interior constituía o elo fraco da dominação e lá seria necessário iniciar a guerra de guerrilhas com a criação de bases de apoio. A resolução atacava o foquismo cubano, caracterizado como concepção puramente militar da revolução que desprezava o apoio das massas e a necessidade da direção da guerrilha pelo partido (GORENDER, 1987, p. 108). Áreas passam a ser estudadas para a instalação da guerrilha. Em um primeiro momento, buscaram-se áreas de serras e montanhas, especialmente, do Nordeste brasileiro, considerado pelos comunistas uma área de muitas lutas históricas de libertação e local de aguçamento das contradições com o latifúndio, sendo o local propício, dadas as condições do terreno e as condições histórico-sociais para a deflagração da luta revolucionária. Em um segundo momento, a direção do partido define a região do Sul do Pará como a área estratégica para instalação da Guerrilha e, gradativamente, o PCdoB vai preparando a Guerrilha do Araguaia¹⁵.

15 A Guerrilha do Araguaia iniciou-se em 12 de abril de 1972, no total foram três expedições militares, com cerca de 10 mil homens, para aniquilar a ação guerrilheira, o embate durou três anos, mas antes do início do conflito, o PCdoB já vinha deslocando seus militantes para a região dos estados de Goiás, Pará e Maranhão. Um relato detalhado dessa página de luta e resistência, foi produzido por Ângelo Arroio, um dos dirigentes da Guerrilha. Encontra-se em <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf> (acesso em 31/07/2018). Excelente trabalho sobre o tema é o livro do professor Romualdo Pessoa Campos Filho, "Guerrilha do Araguaia, a esquerda em armas", disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/noticias/154749/2018-12-05/autor-disponibiliza-gratuitamente-ebook-de-guerrilha-do-araguaia-a-esquerda-em-armas?fbclid=IwAR1eYTu8EoER4JQuGi4aeFxqHMrFKhynFYIZgNfUmHvEsVz3fTImhXQFRBk>, acesso em 21/02/2019.

Analisando o episódio, o membro do então Comitê Central do Partido, Vladimir Pomar, avalia criticamente: “infelizmente, a ideia que prevaleceu no Araguaia foi a de que a luta armada deveria ter seu início a partir de pequenos grupos de combatentes, de homens decididos e convencidos até a morte da justeza da causa que defendiam” (POMAR, 1980, p. 20). O fim das lutas de massa levou a luta armada ao isolamento e ao seu desfecho trágico.

Movimentos contestatórios à ditadura

O ano de 1968 foi emblemático para luta política, tanto no Brasil como no mundo. Marcou um momento de afirmação da juventude com manifestações no mundo todo, como o maio francês, a primavera de Praga, as manifestações contrárias à Guerra do Vietnã versus EUA. No Brasil, foi marcado pela efervescência de greves e manifestações; como exemplo, a importante greve de Contagem, que inspirou outros movimentos grevistas pelo País, e o assassinato pela polícia de um estudante secundarista, Edson Luís, no dia 28 de março de 1968, desencadeou uma onda de protestos nacionais contra a ditadura. “Mataram um estudante! Poderia ser seu filho” eram os dizeres de muitos cartazes das passeatas estudantis. A mais simbólica foi a *Passeata dos 100 Mil*, no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, com a participação de artistas, músicos, jornalistas, políticos e líderes sindicais. “Atrás da organização desse grande ato estavam o PCBR, a Dissidência Universitária da Guanabara e a AP. Em Recife, passeata análoga reuniu cinquenta mil pessoas” (GORENDER, 1999, p. 148). Essa constatação de Gorender é importante para ressaltar que, no que pese ao argumento da morte do estudante, as manifestações estudantis não eram espontâneas, surgidas do nada; por traz da organização, havia os grupos organizados, politicamente, que desenvolviam o trabalho de preparação das ações contra a ditadura e disputavam a hegemonia do movimento.

No Ceará, passadas as perseguições do início do golpe, houve uma gradativa reorganização do Movimento Estudantil e de suas entidades. Ramalho (2002) retrata a história do movimento estudantil na capital cearense nesse período, destacando que, após o golpe, três grupos organizaram-se dentro do movimento estudantil no Estado: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP) e o Partido Revolucionário Trotskista¹⁶; o PCB é citado como de menor importância e “após o golpe perdeu terreno” (RAMALHO, 2002). Em sua análise sobre o Movimento Estudantil no Ceará, o autor elenca três questões fundantes: a cultura, a moral e a hegemonia. Para ele, a cultura seria “um instrumento de politização e aglutinação dos universitários”. As atividades e as manifestações culturais realizadas irão caracterizar-se como uma forma de resistência ao autoritarismo (p. 148-159).

Analisando a importância da cultura como elemento aglutinador e espaço de resistência ao regime opressivo, o historiador cearense Queiroz (2015) expressa:

Nesse frenesi – movimento estudantil, luta armada e resistência à ditadura – há um fio que perpassou todo esse rico edifício: a presença cultural da esquerda, que não foi proscrita. Convém deixar nítido o fato de que essa foi uma brecha e uma forma de combate que restou para os derrotados de 1964. Não foi uma escolha deliberada, mas resultante da relativa limitação de opções. Cabe distinguir que essa presença da esquerda é o que permitiu o diálogo entre o movimento estudantil, a luta armada e a resistência cultural. Como ilustração parcial do fenômeno, isso se colocou de manifesto na participação de numerosos artistas nas passeatas de rua e de certa incorporação de símbolos e senhas da luta armada por representantes do mundo artístico. Desse ângulo, e só desse ângulo, é possível medir adequadamente as

16 Grupo baseado nas ideias de um dos líderes da Revolução Russa, Leon Trotsky.

relações entre a vida política e a música e, por exemplo, a chamada música de protesto (2014, p. 104).

Outras duas questões são abordadas por Ramalho (2002), que também participou do movimento estudantil da geração 64/68: a questão da “moral” e a questão da “hegemonia”. Ao utilizar esse artifício, o autor explica porque o PCdoB conseguiu se tornar a força hegemônica do movimento estudantil universitário, dirigindo vários diretórios e o Diretório Central dos Estudantes – DCE. Com a abertura do DCE da Universidade Federal do Ceará, em 1966, o PCdoB elegeu os presidentes da entidade em duas gestões, João de Paulo Monteiro (1967/1968) e José Genóino Neto (1968/1969) (p. 158). Na análise de Ramalho (2002), a hegemonia do PCdoB poderia ser explicada por: 1) a postura moral dos seus membros à frente das entidades estudantis, que não “partidarizava as entidades”, pois não discriminava os opositores e demais militantes das organizações de esquerda; 2) as propostas táticas dos militantes do PCdoB do Ceará de lutarem por questões específicas do interesse dos estudantes, próximos à sua realidade, e não apenas nos fatos nacionais e globais (p. 158).

A declaração da professora Helena Serra Azul, militante da Ação Popular, que posteriormente ingressa no PCdoB, esclarece essa questão:

A gente tinha uma vinculação muito grande com os problemas locais, a estratégia era a vinculação de todas essas questões com as questões gerais, que até hoje eu acho que você faz movimento de massa dessa forma: você vincula as questões específicas às questões gerais até para poder o grande número de massa perceber o processo, senão não percebe, você fica falando lá em cima e o pessoal não percebe o que está acontecendo na vida real (Apud MAIA JR, 2008, p. 51)

O ano de 1968 foi, também, marcado por muitas passeatas. A primeira delas foi motivada pelo número excedente de alunos

que não conseguia vaga na universidade e muitas outras foram realizadas. Os ativistas de esquerda orientavam-se pelo princípio da “solidariedade entre as classes” (aliança estudantil, operária e camponesa), apoiando as causas populares como nos protestos contra o aumento das passagens de ônibus, em que, normalmente, confrontos entre a polícia e os estudantes apedrejavam os veículos (RAMALHO, 2002, p. 230) As passeatas eram, também, locais de disputa política e ideológica, organizadas previamente pelos grupos de estudantes, ligados à determinada força política do movimento; a organização decidia, antes, o roteiro e as principais palavras de ordem a serem bradadas no movimento. Além disso, nas passeatas, as jovens lideranças que se destacavam no movimento eram recrutadas pelas organizações revolucionárias. A luta de massa favorecia o crescimento dos grupos que lutavam contra a ditadura e a conquista do apoio da opinião pública. Era comum o uso do “coquetel molotov” em confrontos com a polícia; em relatos dos militantes da época, estudantes recebiam treinamento de defesa pessoal na sede do DCE da Universidade Federal do Ceará (UFC). Nas passeatas, e manifestações públicas de 1968, a radicalização política mostrava o imaginário e o desejo dos militantes por mudança, sem descartar o uso da violência. “Não raras vezes, levantava-se a bandeira de Cuba e queimava-se a dos EUA” (FARIAS, 2007, p. 68).

Ao focar essa questão, Daniel Aarão Reis Filho (1990) coloca que, embora as agitações criassem a impressão de uma retomada das lutas sociais e urbanas e ajudassem a difundir entre os militantes a “proximidade da eclosão da sonhada revolução”, na verdade, percebia-se que as mobilizações estavam restritas às classes médias (professores, bancários), ampliadas pelo movimento estudantil. Trabalhadores urbanos e rurais demonstravam notável incapacidade de articulação na ilegalidade, alvo que era dos olhos e mãos da repressão (REIS FILHO, 1990, p. 64).

Em sua instigante análise sobre a luta contra a ditadura, Reis Filho parte como ponto central das próprias ideias e mo-

tivações da esquerda, em torno das “derrotas e desencontros” das organizações comunistas no período. Ele fundamenta como funcionavam seus processos de afirmação; demonstra que aquilo que parece, para muitos, motivo da derrota, foram pontos de construção da identidade das esquerdas no Brasil. Cita quatro componentes: os “pressupostos fundadores”, a “dinâmica excludente”, a “estratégia de tensão máxima” e o “papel central das elites intelectualizadas”. Todos esses componentes atuaram como “fatores de coesão, indispensáveis para o funcionamento e fortalecimento das organizações comunistas”. O centralismo, a tendência de vanguarda, o messianismo, o isolamento, a crença quase apocalíptica no devir da revolução eram características atribuídas por ele às organizações da esquerda que encaravam a luta contra o regime. “Características intrínsecas predispunham as organizações comunistas num determinado sentido de ação e pensamento: elas estavam preparadas, coesas e mobilizadas; em uma palavra: prontas – mas a revolução faltou ao encontro” (REIS FILHO, 1990, p. 186).

No final do ano de 1968, como resposta ao quadro de efervescência e manifestações contrárias ao regime em todo o país, os militares decretam o Ato Institucional Nº 5 – AI-5. Esse que foi a expressão mais acabada da ditadura no Brasil produziu um elenco de ações arbitrárias para todos que fossem considerados inimigos do regime, referido como o “golpe dentro do golpe”. Representou o fechamento do regime, com censura a jornais, músicas, rádios, peças, proibição de manifestações públicas, cassação dos direitos políticos dos opositores; realizou uma verdadeira ação de “caça às bruxas” aos militantes das organizações de esquerda. Foi a escalada do terror por parte do Estado com tortura, morte, assassinatos. Foram os verdadeiros “anos de chumbo”. Proibidos de se manifestarem e impedidos de exercerem suas funções, restou para muitos militantes o “combate nas trevas” e a luta na clandestinidade. Os que organizavam a luta armada perderam um importante apoio: o movimento de massas.

Com o AI-5, as principais lideranças das organizações de esquerda no Ceará entram na clandestinidade; os grupos que de-

fendiam a luta armada realizaram algumas ações no Estado¹⁷. Muitos procuraram locais de refúgio em outros territórios. O PCdoB já vinha se preparando para a guerrilha. “É sabido que o PCdoB foi a única organização armada no Brasil que implantou a guerrilha rural durante a Ditadura Militar, no caso a Guerrilha do Araguaia, para a qual, inclusive, foram vários cearenses” (FARIAS, 2007, p. 67). No Ceará, a agremiação também realizou a instalação de campos de treinamentos, principalmente, nas proximidades da Serra da Ibiapaba, área fronteira com o Norte brasileiro.

A AP, organização que atuou no Ceará e no movimento estudantil, teve destacada atuação. Importante considerar que a AP foi criada entre 1961/1962, tendo como líderes Aldo Arantes, Haroldo Lima e Herbert de Sousa. Seus fundadores militavam na Ação Católica Brasileira, que era composta, como diziam à época, pelo A, E, I, O, U: a Juventude Agrária Católica - JAC, a Juventude Estudantil Católica - JEC, integrada pelos estudantes secundaristas; a Juventude Independente Católica - JIC, com professores e profissionais liberais; a Juventude Operária Católica - JOC, da qual saíram muitos quadros operários da AP, principalmente, na sua primeira fase cristã e, finalmente, a Juventude Universitária Católica - JUC, essa composta pelos estudantes universitários. Os quadros estudantis da AP vieram da JEC e da JUC, tendo como meta tentar compatibilizar a revolução socialista com as ideias cristãs e, por isso, as ideias debatidas buscaram uma resposta que pudesse conciliar o anseio revolucionário com a militância católica. Filósofos como Teilhard de Chardin, Padre Lebreton e Emanuel Mounier, que ofereciam embasamento teórico para se atingirem tais objetivos, passaram a ser intensamente discutidos nos meios estudantis. Sempre tiveram muito claro que a conscientização das massas seria vital às suas pretensões; conscientização essa que, também, seria o grande diferencial da AP quando comparada às outras organizações revolucionárias, também marxistas (ARANTES, 1994, p. 23). Em documento de 1961, a Ação Popular afirmava que:

17 Sobre as ações dos grupos guerrilheiros no Ceará ver o trabalho citado de Ailton de Farias (2007).

Temos consciência de que a promoção das classes operário-urbanas e campesino-rurais se coloca, neste momento, dentro da perspectiva cristã, como o passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes, no sentido da humanização do mundo. Nesta promoção, a educação das massas é uma tarefa de primeira hora. Conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas é servir à opressão dos humildes (ARANTES, 1994).

A AP elegeu os presidentes da UNE de 1961 a 1969, os quais desenvolveram o projeto UNE - Volante: uma caravana integrada por 25 estudantes, dirigentes da UNE e dirigentes do seu, Centro Popular de Cultura - CPC, deslocaram-se por todas as capitais do país, reunindo-se com os estudantes das cidades para debates e apresentações artísticas. A AP, do ponto de vista de seu funcionamento, era composta de uma direção nacional, que coordenava as direções regionais; dividia-se em três principais setores: Movimento Estudantil, Movimento Camponês e Movimento Operário. Para tanto, montava células, também, hierarquizadas, com vistas a atuarem nesses segmentos.

Com o golpe, da ideia inicial de um socialismo cristão, os membros da AP aderiram, gradativamente, ao PCdoB, depois de intensos debates sobre o caráter da revolução brasileira. Parte da AP era contra a luta armada, defendendo o trabalho de organização e conscientização popular. A AP aproximara-se do marxismo-leninismo¹⁸ e, em 1973, ocorreu a sua fusão com o PCdoB. A AP tinha muito mais membros que o PCdoB. No processo de incorporação, nem todos os militantes aderiram ao PCdoB. Uma das estratégias importantes executadas pelos membros da AP foi o processo de “Integração Produtiva”, influenciados pela

18 O marxismo-leninismo- é o conjunto das ideias e da doutrina de Marx e Lênin. É uma teoria científica do desenvolvimento do mundo social, Lênin ao se embasar na concepção materialista histórica e dialética formulado por Marx, apontou uma estratégia e tática do movimento operário, como importante e imprescindível fator subjetivo para a concretização da revolução socialista, a formação de partidos comunistas, composto por uma vanguarda, com capacidade de mobilização e direção das massas populares.

revolução cultural chinesa. Seus militantes, muitos oriundos da classe média, eram orientados a se integrarem no trabalho, nas fábricas e no campo, como operários e camponeses para, além de solidificar a consciência de classe do militante, fazer um trabalho político de organização dos trabalhadores para lutar por seus interesses imediatos, adquirindo a “consciência de classe” como estratégia de acumular forças para lutar contra a Ditadura (ARANTES, 1994).

Após o AI-5, a AP foi procurar áreas para organizar a resistência. Militantes e quadros nacionais foram deslocados para áreas escolhidas como local de refúgio, integração produtiva e para própria sobrevivência. Nos próximos capítulos, o Cariri cearense será a área abordada para a análise da ação desses militantes, os quais se juntaram aos que resistiam localmente.

CAPÍTULO 2



Stênio Diniz: Emergência



CAPÍTULO II

O CARIRI CEARENSE À ÉPOCA DO GOLPE MILITAR

Aspectos históricos, geográficos, sociais e políticos do Cariri

Neste capítulo, acreditamos ser necessária uma sucinta apresentação da região, sem a pretensão de fazer uma abordagem aprofundada, uma vez que muitos autores já a fizeram (BRÍGIDO, 2000; DELLA CAVA, 1976; BARROS, 1988; PINHEIRO, 2010), embora algumas palavras devam ser ditas com o fito de contextualizar, e, ao mesmo tempo, levantar algumas reflexões, sob os aspectos social, histórico, político e econômico da região, o que sem dúvida possibilitará um melhor entendimento do período estudado e do tempo presente.

A região é situada ao sul do Ceará, faz fronteira com os estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí. O vale do Cariri fica a sopé da Chapada do Araripe, um alto plano alongado no sentido leste-oeste, de quase 180 quilômetros de comprimento, que serve de divisor de águas das bacias do Jaguaribe no Ceará, e do Rio São Francisco em Pernambuco. Apresenta trechos transversais de até 50 quilômetros de extensão, altitudes de cerca de 950 metros no Leste, decaindo para o Piauí, onde chega a cerca de 700 metros (IBGE, 1985). A Chapada é formada por três níveis de vegetação: a floresta, cerradão e carrasco. Esse



Figura 1:
Mapa das principais cidades
do Cariri Cearense.

maciço sedimentar de 6.230 km², dada a sua formação geológica com solos arenosos, altamente porosos, serve como uma verdadeira esponja, um filtro. As águas das chuvas, em seu platô, jorram nas várias fontes perenes no sopé da serra, formando um vale fértil no meio da caatinga, onde hoje se situam as cidades de Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

A crônica histórica apresenta a região como um verdadeiro oásis no meio do sertão nordestino. O médico e historiador, da cidade do Crato, Irineu Pinheiro, assim apresenta a região na década de 1950:

É o Cariri, no sul do Ceará, uma região caracterizada por suas águas perenes jorram das faldas do planalto do Araripe, sua vegetação verde nos sítios, seus buritis e babaçus de porte tão elegante, seus canaviais ao pé-de-serra do Araripe e dos brejos vizinhos, seus engenhos que moem canas-de-açúcar e cheiram a mel, seus bois tardos e pacientes que ruminam nas bagaceiras, ao lado de burros irrequietos que, durante o dia, de sol a sol, cambitam nas moagens, num vaivém contínuo dos cortes dos sítios para o pé dos engenhos e vice-versa, suas lindíssimas paisagens vistas das ladeiras da chapada araripana (PINHEIRO, 2010, p. 14).

No século XIX, o naturalista britânico George Gardner, após percorrer os sertões cearenses, descreve a sua impressão ao chegar à região:

Impossível descrever o deleite que senti ao entrar nesse distrito, comparativamente rico e risonho, depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto. A tarde era das mais belas que me lembro de ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra de Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da vila, e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes

do poente é tão opressivo ao viajante das terras baixas. A beleza da noite, a doçura revigorante da atmosfera, a riqueza da paisagem tão diferente de quando, havia pouco, houvera visto. Tudo tendia gerar uma exultação de espírito que só experimenta o amante da natureza, e que em vão eu desejava que fosse duradoura, porque me sentia não só em harmonia comigo mesmo, mas em paz com tudo em torno (GARDNER, 1975, p. 92).

A ocupação da região inicia-se, a partir do século XVIII, com a expansão dos currais de gado realizada pelos baianos e pernambucanos. Enquanto o litoral era reservado para a produção de cana-de-açúcar, a solução para ocupar os sertões nordestinos foi o gado vacum. O gado acompanhava o curso dos grandes rios: São Francisco, Jaguaribe, rio do Peixe, riacho dos Porcos e diferentes afluentes. Fixavam-se os currais que mais tarde se transformariam em fazendas, vilas, dando origem às primeiras cidades (ABREU, 1988, p. 167).

Capistrano de Abreu denominou essa sociedade pastoril de “Civilização do Couro”, na qual a pecuária desempenhou um duplo papel: ao passo que colonizou vastas regiões sertanejas, integrou a região ao modo de produção capitalista, na sua fase colonial, com uma atividade complementar à empresa açucareira; fornecia produtos para abastecer o mercado interno, com uma estrutura social diferente da sociedade escravista das zonas açucareiras: Barros afirma que “O gado criado solto na caatinga, distante da casa da fazenda, tornava incompatível a permanência de homens submetidos pela força, como era o caso dos negros do engenho. Institui-se um sistema de relações de produção semisservis” (1988, p. 54).

A violência foi a marca da ocupação. Nessa fase do povoamento, registraram-se lutas cruentas entre os colonizadores e os antigos habitantes. A resistência indígena resultou na Guerra dos Bárbaros, várias etnias se uniram na confederação dos Cariris ou confederação dos Bárbaros, como chamavam os portugue-

ses, contra o avanço do colonizador. A guerra contra os índios significou um verdadeiro genocídio, durou quase 50 anos, sendo derrotados somente em 1713. Depois de serem vencidos pela espada, os índios foram vencidos pela cruz ao serem submetidos aos aldeamentos realizados pela Igreja católica.

Para Capistrano de Abreu (1988), a tribo que habitava a serra do Araripe, os índios Kariri – cujo nome significava tristonho, calado, silencioso – já habitavam o litoral, quando foram repelidos para o interior. Eles resistiriam bravamente à invasão dos colonos europeus, mas os missionários e a criação de gado ajudaram no processo de dominação desses nativos. Para o autor, “Talvez provenha dos Cariris a cabeça chata, comum nos sertanejos de certas zonas” (p. 34).

O primeiro aldeamento realizado pelos capuchinhos, ordem franciscana, no Cariri, foi feito em Missão Velha, em 1743. Frei Carlos Maria de Ferrara constituiu a missão do Miranda, que anos depois se tornou a vila do Crato. No povoamento do interior cearense, o catolicismo entrou com o gado (PAZ, 2011, p. 47). A atuação da Igreja católica, no século XVIII, teve um duplo papel: além de “domesticar” o espírito bravo dos índios e adestrá-los como mão de obra nas fazendas, cumpriu, também, o papel de aparelho ideológico do Estado português, disseminando uma ética jurídica e política.

A ideologia da Catequese fora um processo de substituição violenta, nas populações indígenas, de seu universo de crenças com a rótula do sistema simbólico, alcançando os catequistas apenas, na maioria dos casos, a instauração do caos na antiga ordem cosmogônica dessas populações (BARROS, 1988, p. 51).

Luitgarde Barros (1988) assinala que, a partir de 1755, o Estado português se fez presente no Ceará por meio de uma autoridade temporal, para reger uma sociedade, cujo povoamento se fizera sob a égide e a regulamentação religiosa, fato que provo-

cou um conflito entre o Estado Português e os missionários pelo exercício da administração. Essa ambiguidade administrativa colocou as populações quase à margem da lei centralizada, o que, por sua vez, favoreceu o exercício do poder privado nas situações decisórias, no que tangia à legalização da propriedade, às punições aos crimes e aos mandatos políticos, surgindo, assim, o mandonismo local e as lutas de famílias, como as dos Montes e Feitosa, que conduziram numerosas populações de indígenas, de escravos e de homens livres ao extermínio.

A violência como arbítrio impregnava as relações sociais em todos os níveis e, com isso, formou-se uma camada de senhores de terra aguerridos, que chefiavam cada um, sua força particular, sua milícia de homens armados. Os párocos e missionários conduziram suas vidas pelo mesmo sistema ético, transformando a mensagem religiosa em instrumento de subordinação e conformismo da classe dominada (os sem-terra e sem cargo público), por intermédio de ritos de submissão à autoridade religiosa. Esses ritos se constituíam geralmente de autoflagelações, procissões, romarias, autos como o da Semana Santa, todos eles herdados culturalmente da catequese jesuíta e franciscana (BARROS, 1988, p. 51).

A princípio, não eram os sesmeiros, em geral, homens influentes com poderes para a obtenção de “datas”, que transformavam os sermos, grandes extensões de terras devolutas, em pequenas propriedades, mas sim os pequenos e médios fazendeiros. Era comum no vale caririense o tipo de posse de terra em que o sesmeiro absentista (que não morava na terra) revendia suas propriedades a rendeiros, colonos, aos seus prepostos. A característica da elite agrária da região era de pequenos e médios proprietários. Na segunda metade do século XIX, essa elite era composta por cerca de trezentos proprietários. Abaixo desta, havia um reduzido grupo de profissionais liberais, uma força de trabalho subserviente aos proprietários. Na base da pirâmide, diferentemente da costa pernambucana, a força de trabalho pre-

dominante do vale não era constituída de escravos, eram empregados nominalmente livres, quase sempre mestiços e não de origem africana, ligados à terra dos fazendeiros, os agregados (DELLA CAVA, 1976, p. 29).

Da casa de taipa dos primeiros fazendeiros à casa do tipo colonial (erigida no campo e na cidade) de seus descendentes titulados de senhores de engenho e prósperos comerciantes, cem anos de história foi o lapso de tempo necessário para configurar uma sociedade bastante concentrada economicamente e de pouca mobilidade social, com feição coronelista e patriarcal, com grupos familiares expressivos que passariam a comandar economicamente e politicamente as edilidades locais (FIGUEIREDO, 2002, p. 33).

Por conta da abundância de água e da fertilidade do solo, a região do Cariri apresentou um desenvolvimento atípico das regiões sertanejas, a pecuária acabou sendo substituída pela atividade agrícola, constituindo-se em um grande produtor de gêneros alimentícios com destaque para a cana de açúcar e derivados, e, num polo comercial, “distribuidor de produtos manufaturados europeus proveniente de Recife” (PAZ, 2011, p. 48). Um verdadeiro celeiro para abastecimento do mercado interno distante do litoral. Rui Facó (1980) registra que já no século XVIII, o Cariri contava com cerca de 90 engenhos de cana de açúcar, “a região com suas terras úmidas, reservas de água e frutos silvestres seria também refúgio para muitos potiguares, alagoanos, paraibanos e pernambucanos, expulsos de seu habitat pelas prolongadas estiagens” (FACÓ, 1980, p. 123). Em 1854, a Câmara do Crato aprovou uma lei obrigando os rebanhos a emigrarem para áreas menos férteis do vale, beneficiando os donos de engenho da região (PINHEIRO, 2010, p. 138).

A historiografia regional registra, na primeira metade do século XIX, a relação econômica e ideológica do Cariri com a capital pernambucana, em virtude da qual a região participou ativa-

mente das lutas liberais, emancipatórias e nacionalistas, como o movimento republicano de 1817¹⁹, iniciado em Pernambuco; o movimento separatista da Confederação do Equador, em 1824; a luta de grupos prós e contra a restauração do trono (1831-1834), envolvendo as cidades de Crato e Jardim. Para Figueiredo (2002), esses instantes de violência e rebeldia contribuíram para o fortalecimento de grupos locais, germe do mandonismo sem precedentes que se instalou na hinterlândia cearense, onde senhores de engenhos se fortaleceram de verdadeiros exércitos particulares, juntando moradores e capangas recrutados de regiões mais duramente castigadas pelas secas. No período houve uma queda da produção e um profundo sofrimento aos trabalhadores que serviam de força de trabalho e braço armado para os chefes e patrões; por sua vez, mantinham uma ritualização dos velhos laços de dependência que os uniam em uma situação de “dependência personalizada”, gerada pela troca de favores entre moradores e senhores. No Cariri, as lutas políticas do século XIX foram as mais acirradas. “Nos movimentos bélicos ocorridos na região, esta participação é relevante, embora destituída de consciência ideológica que movia as forças para o campo de lutas” (FIGUEIREDO, 2002, p. 35, 36).

Passados os combates dos movimentos liberais de 1817 e 1824, o cronista cearense João Brígido (2001) assim descreve o quadro de sofrimento a que foi submetido a maior parte da população:

O Ano de 1825 foi o ano terrível do Ceará. As perseguições políticas, que produziram fuzilamentos, assassina-

19 A participação na revolução pernambucana coube à família Alencar. José Martiniano de Alencar, seminarista em Olinda, em 03 de maio de 1817, como emissário do governo revolucionário de Pernambuco, proclama a Independência e a república no Crato e em Jardim. O movimento fracassou, ocorreu brutal perseguição aos participantes, seus líderes foram presos, tiveram os bens confiscados e enviados para Fortaleza, Recife e Salvador, entre eles a mãe de José Martiniano de Alencar. Bárbara de Alencar, a primeira presa política, conhecida como a inimiga do Rei, em 1817 já defendia a instalação de um governo republicano. (PINHEIRO, 2010, p. 57, 59).

tos e prisões em massa e recrutamento bárbaro, vieram juntar-se a fome e a peste, que fizeram emigrar a população em proporções espantosas, e forçaram-na ao roubo e assassinatos. A devastação era em todos os sentidos e sem limites o acovardamento. Conrado reinava como conquistador feroz (BRÍGIDO, 2001, p. 499).

Nos momentos de disputa pelo mando local, desprovidos de propriedade, os trabalhadores estavam totalmente sujeitos à vontade dos proprietários, coronéis da guarda nacional, assim chamados a partir de 1834, servindo, na maioria das vezes, de braço armado na defesa dos interesses dos estratos de classe dominantes. Essa dominação estava presente no campo das relações pessoais, econômicas, políticas, religiosas e, portanto, ideológicas, uma vez que os trabalhadores desprovidos de propriedade achavam os fazendeiros bem feitores, pois autorizavam o plantio em suas terras e lhes davam proteção. Essa forma de sujeição e subserviência, saída dos laços sociais e afetivos entre os fazendeiros e os agregados, Della Cava (1976) identifica como *compadrio*:

As tarefas dos agregados não se limitavam à produção. Em tempos de rivalidades entre os proprietários de terra, aos trabalhadores da fazenda eram entregues armas para que defendessem com lealdade os interesses de seus patrões. Poucas vezes ocorreu uma rebelião contra o patrão, pois os laços sociais e religiosos, representados pelo *compadrio* e pela *afilhadagem*, ligavam entre si proprietários e trabalhadores, numa rede de relações e obrigações mútuas (1976, p. 32).

Essa outra forma de dominação, além da econômica, ideológica, nascida das relações de dependência pessoal dos chamados agregados, sem propriedade, com os patrões, ainda é muito presente nas relações políticas do interior nordestino. A historiadora Maria do Carmo Araújo (1994) assinala o *compadrio* como um mecanismo de dominação:

Revela-se pelos favores prestados pelo proprietário-padrinho, pela assistência econômica que dispensavam; em troca recebiam fidelidade política e tudo mais que necessitasse. Tais relações foram importantes para o status do chefe da parentela (p. 111).

No entanto, merece ser assinalado que nem todos os trabalhadores se encaixaram nessas relações de produção ditadas pelos fazendeiros da região. No século XIX, grandes secas arrasaram a produção agropecuária cearense, provocaram, pela fome e sede, a morte de rebanhos e várias almas sertanejas, fizeram com que muitos nordestinos migrassem para as terras úmidas do Cariri em busca de melhores condições de sobrevivência e também desenvolvessem formas de resistência à opressão e à seca. Rui Facó (1980) assinala o surgimento do cangaço e dos movimentos messiânicos como formas de luta e reação dos pobres sertanejos à dominação que lhes era imposta:

Contra a fome e a miséria que aumentava com a seca, manifestam-se dois tipos de reação da parte dos pobres do campo: a) A formação de grupos de cangaceiros que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas; b) A formação de seitas de místicos – fanáticos – em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir os pecados, que seriam as asas de suas desgraças (p. 29).

O clima religioso nos sertões nordestinos e no Cariri era caracterizado pela prática de um catolicismo lusitano, que aplicava as orientações do Concílio de Trento (1546), da Contrarreforma, estimulava o culto aos santos e às atividades paralitúrgicas realizadas, coletivamente, como festas, procissões, romarias, novenas, trezenas, autoflagelação, também, consideradas marcas da religiosidade colonial. Essas atividades eram organizadas por leigos que executavam isoladamente suas crenças e práticas,

não dependendo da mediação operada por um agente da hierarquia da Igreja, mas sim da relação direta entre santo e fiel, sem a necessidade de interferência de sacerdotes. Era a dinâmica de “muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre”. Em 1853, havia apenas 33 padres para todo o Ceará, esses muito mais envolvidos em questões seculares que espirituais (PAZ, 2011, p. 51, 52).

Esse vácuo deu origem a uma religiosidade espontânea no meio do povo, um misticismo rico em manifestações, um catolicismo genuinamente popular, mas pouco afeito ao controle e aos rituais da Igreja católica. Beatos, ermitões, irmandades atuavam como dinamizadores do catolicismo brasileiro.

Além da “pastoral do medo”, marca das pregações missionárias, que pregava um Deus punitivo, castigador. Uma pregação revolucionária utópica cristã, baseada em um mundo de um catolicismo popular, exerceu enorme influência nesse período. Trata-se do trabalho do Padre Mestre Ibiapina, ex-advogado, ex-deputado federal, ex-juiz, que aos 47 anos abandonou a toga e, por “desenganara-se da possibilidade de demolir o domínio dos poderosos senhores do sertão através da justiça, demite-se da magistratura” (BARROS, 1988, p. 100) para ordenar-se padre, dedicando sua vida a percorrer os sertões, com suas pregações envolventes. Realizando obras sociais e religiosas ao longo de 30 anos, revitalizou o antigo costume sertanejo do mutirão, mobilização popular para realização de obras públicas como cacimbas, açudes, igrejas, cemitérios.

“Em Barbalha, cerca de doze mil pessoas se reúnem e constroem a Casa de Caridade em um mês e o açude em uma semana” (BARROS, 1988, p.102). As Casas de Caridade que o Padre mestre Ibiapina construiu pelo Nordeste eram hospitais, escolas e orfanatos para órfãos pobres e conventos para sua “congregação de beatas”. Ao criar a ordem dos beatos, Ibiapina colocava em cada uma das Casas de Caridade um beato responsável, que em épocas de crise poderia pedir esmolas (PAZ, 2011, p. 73). Sua

pregação não era de uma felicidade e os céus após a morte, mas a construção de uma vida menos sofrida na terra. Mostrava a força da utopia cristã na transformação social do seu mundo. Pregava o culto a Nossa Senhora e a ética do trabalho. Lutava para erradicar a miséria e a ignorância da população sertaneja. Em suas ações, ao mesmo tempo, evangelizadoras e civilizadoras, estimulava o combate à miséria e aos pecados, não através do autopadecimento, mas no direcionamento das energias do povo para o trabalho em prol de melhorias para a coletividade (PAZ, 2011, p. 72)²⁰.

Em 1863, o Bispo de Fortaleza expulsa o Padre Ibiapina do Ceará, sobretudo pela criação das ordens dos beatos e beatas, ordens religiosas compostas por homens e mulheres recrutados nas camadas mais pobres para o seu trabalho social, sem a autorização das autoridades eclesiásticas. Para Barros (1988), “Toda a formação religiosa das camadas populares se concretiza nos beatos e seus seguidores, constituindo o catolicismo popular do Nordeste” (p. 106), tendo o exemplo do Padre Ibiapina influenciado beatos como Antônio Mendes Maciel, o Conselheiro, Padre Cícero e o Beato José Lourenço, líder da comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

Em 1872, Juazeiro era um acanhado lugarejo, contava com cerca de 30 a 50 casas ao redor do pátio da capela e às margens do Rio Salgadinho, com uma população em torno de 300 pessoas. O povoado era um local de descanso para os viajantes que se dirigiam ao polo mais importante da época no sul do Estado do Ceará, à cidade do Crato. Vários historiadores descrevem o povoado como repleto de elementos lascivos, criminosos, que cultivavam os hábitos de samba e cachaça nas horas de lazer, vivendo em promiscuidade (DELLA CAVA, 1976, p. 41, 42). Foi nesse ano que o Padre Cícero Romão Batista se mudou do Crato para Juazeiro, dando início ao seu apostolado, após ser orde-

20 Suas ações eram divulgadas por um jornal editado do Crato, chamado A Voz da religião.

nado no seminário da Prainha. Dirigido pelos padres Lazaristas franceses, fiéis agentes da romanização²¹ da Igreja no Nordeste, o seminário tinha uma ação cultural- pastoral baseada na ordem, obediência e disciplina, com intuito de renovação e moralização do clero, na época, pouco seguidor dos preceitos morais da Igreja, que deveriam ser intimamente ligados à hierarquia da Igreja católica.

Cícero Romão viveu esses dois mundos, de um lado a formação como intelectual orgânico da Igreja, de outro, a forte vinculação com os sofrimentos e o universo mental dos sertanejos, influenciado pela prática de um catolicismo popular que vinha sendo pregado por Padre Mestre Ibiapina. Diferente dos outros padres, que cobravam pelos serviços, o Padre Cícero recusava receber pagamentos pelos trabalhos sacerdotais, rezava e pregava com o fervor dos antigos missionários e interferiu na vida da população, combatendo os maus hábitos, que considerava vícios pecaminosos. Proibiu as danças, fez com que os homens parassem de beber e obrigou as prostitutas a confessarem os seus pecados. Além disso, procurou minorar o sofrimento dos que o procuravam, e vivia ele próprio de esmolas, tendo sempre a sua casa cheia de pedintes com quem dividia sua pobreza.

Como no tempo de Ibiapina, houve um ressurgimento da vida religiosa. A notícia do clima de religiosidade e o exemplo do Padre Cícero fizeram várias pessoas irem a Juazeiro. A cidade cresceu e mudou de feição e o Padre orientava as pessoas a viverem do trabalho e em oração (BARROS, 1988). Essa foi a marca do seu apostolado: a pedagogia da oração e do trabalho. Foi nesse clima de fervor religioso, após a seca dos oito anos (1888), na qual a Igreja organizava constantes pedidos coletivos de socorro

21 A romanização, também chamada movimento ultramontano, teve início na Europa no princípio do século XIX, tendo seu corolário o Concílio Vaticano I (1869-1870), momento em que foi traçada uma nova política para a Igreja, pautada por uma tentativa de recristianização da sociedade, a partir da reação face ao mundo moderno, laicizado, baseado em ideologias liberais e positivista, fundamentadas na ciência e no materialismo. Em detrimento da fé dos valores sustentados pela Igreja (PAZ, 2011, p. 59).

à ação divina, com orações públicas, novenas, peregrinações e atos de devoção para acabar com o sofrimento causado pela seca, que ocorreu, no dia 01 de março de 1889, logo após a comunhão, a transformação da hóstia em sangue na boca da Beata Maria de Araújo. Tal fato, extraordinário para a maioria do povo e das autoridades religiosas da região, tratava-se de um milagre, na acepção católica do termo. A cúpula da Igreja católica, Diocese do Ceará, reagiu, considerando os fatos de Juazeiro um embuste e criticando o clima de misticismo e fanatismo vivido na cidade. Após um longo processo de conflito eclesiástico, Cícero fora afastado da ordem religiosa e perseguido pela hierarquia da Igreja católica.

O suposto milagre e a atuação do Padre Cícero mudaram as feições do povoado, sua fama de milagreiro e santo atraiu grandes contingentes de trabalhadores para o Cariri. Para muitos historiadores, o Padre transformou-se no maior fornecedor de mão de obra do Nordeste. O Juazeiro cresceu em ritmo acelerado em comparação com outras cidades da região e muitos comerciantes se instalaram no município. Cícero estimulou o trabalho e o plantio em áreas devolutas na serra do Araripe e serra de São Pedro, o que aumentou as áreas cultivadas de milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão. Houve um florescimento da indústria artesanal de produção variada para atender aos romeiros e visitantes: artigos religiosos e utensílios rurais que eram exportáveis como enxada, facas, punhais, rifles, balas, pólvoras, candeeiros, etc. O povoado transformou-se em uma verdadeira oficina. “Em cada casa um altar, em cada quintal uma oficina” era o lema de Cícero.

O despertar econômico levou os grupos políticos da cidade, principalmente, os comerciantes, quase todos adventícios, os vindos de fora e os fazendeiros, nativos da terra, a lutarem pela independência de Juazeiro e, conseqüentemente, pelo controle da máquina pública. Na República Velha, o controle do poder local, por meio da política municipal, tornava-se um eficiente meio

de acesso à fortuna e ao poder. Diferente de outras localidades, o processo de emancipação política de Juazeiro do Norte foi marcado por uma intensa luta e grande participação popular. Em julho de 1909, inicia-se a edição do jornal “O REBATE”, órgão encarregado de divulgar organicamente e ideologicamente a autonomia municipal de Juazeiro (DELLA CAVA, 1976: 187-190). No mesmo ano, ocorre uma verdadeira greve geral dos trabalhadores à economia da cidade do Crato, esses se recusaram a ir trabalhar nas propriedades dos fazendeiros dessa cidade, devido ao clima de hostilidade. O boicote só chegou ao fim pela intervenção de Cícero.

Em 1910, uma grande passeata com quinze mil pessoas mobilizou toda a cidade em prol da emancipação. O Padre Cícero resolveu deixar sua postura de conciliação e de negociação para aderir efetivamente ao movimento. Anteriormente, a postura assumida pelo Padre era de certa “neutralidade” diante dos conflitos entre os chefes políticos regionais. Ele enviou correspondência ao comendador Nogueira Accioly, seu futuro aliado político, solicitando uma providência urgente em relação aos anseios de Juazeiro e afirmando que não mais pagaria imposto à Câmara Municipal do Crato. No calor do embate afirmou: “sou filho do Crato, mas Juazeiro é meu filho”. Tal fato marcou definitivamente a entrada do Padre Cícero na política, atrelando-se à estrutura oligárquica dominante. No Ceará, as forças que davam sustentação ao império continuaram na República Velha, sob a bandeira do Partido Republicano Conservador, e a liderança do comendador Nogueira Accioly, oligarca que dominou o Estado por quase 40 anos, no final do império e início da república (MATIAS, 2008, p. 45).

Accioly dirigia o interior do Ceará da mesma forma que o governo federal dirigia os estados. Deu, de bom grado, aos coronéis locais ou chefes políticos plenos poderes sobre os governos municipais, reconhecimento político, controle fiscal, distribuição de favores e cargos estaduais e federais. Em troca, exigia apoio

eleitoral e solidariedade partidária. Tal sistema, conhecido pelo nome de coronelismo, preconizava que o poder político no interior era uma prerrogativa tradicional dos grandes proprietários rurais – os fazendeiros, fato esse que a queda da monarquia não chegou a alterar de forma radical (DELLA CAVA, 1976).

No dia 22 de julho de 1911, a então, Assembleia Estadual do Ceará votou a lei que dava a autonomia municipal de Juazeiro. Cícero, para evitar que algum indesejável ocupasse o cargo, assumiu a prefeitura e assim escreve ao filho de Accioly: “As ambições permitiram que eu, atendendo ao desejo do povo, assumisse oficialmente a direção política daqui, para evitar embaraços na marcha dos negócios políticos” (DELLA CAVA, 1976).

Em 04 de outubro de 1911 – data de fundação do município de Juazeiro – Cícero reuniu, precisamente, 17 chefes políticos das cidades da região sul do Estado, como chefe político local e árbitro das divergências que perturbavam a paz; pacificou a região. Nessa importante reunião, é aprovado um documento, registrado em cartório, apontado por muitos como o mais significativo da história do coronelismo no Brasil, conhecido como o “Pacto dos Coronéis”²². Era um pacto de solidariedade dos coronéis da região, “um por todos, todos por um” para manter o status quo, como também garantir o apoio incondicional ao oligarca Nogueira Accioly.

Em 1914, ocorre a chamada Sedição de Juazeiro ou Guerra de 14. A revolta teve um caráter popular, havia um descontentamento com a interferência do governo federal na política do Estado. Por intermédio da política salvacionista, o presidente Hermes da Fonseca interveio no governo cearense para diminuir o poder das oligarquias locais (coronéis). A intervenção do governo central tirou do poder a família Acyoli (tradicional e poderosa família da época), alçando ao governo do Estado o Salvacionista Franco Rabelo, em 1912. Os oligarcas descontentes com a interferência do governo central no poder local articularam-se

²² Sobre o Pacto dos Coronéis, ver Matias (2008).

para derrubada do governador Franco Rabelo²³. O médico, deputado federal e braço político do Cícero, Floro Bartolomeu²⁴, foi seu principal articulador. Sob o pretexto de uma guerra santa em defesa do Padre Cícero e do Juazeiro, foi mobilizado um verdadeiro exército de sertanejos de todo o sertão nordestino, com superioridade numérica e bélica em relação às forças do governo do Estado. Da resistência inicial, em poucos dias cavaram um valado, uma trincheira, em toda a circunferência da cidade, o chamado “Círculo da Mãe de Deus”; em seguida, o exército do Juazeiro, liderado por Floro Bartolomeu e abençoado pelo padre Cícero, invade as cidades vizinhas de Crato e Barbalha e dirige-se a Fortaleza, onde derrubou o governador do Estado, Franco Rabelo, ligado principalmente aos estratos da classe média da capital cearense. Após o conflito, se por um lado a cidade de Juazeiro passa a exercer a hegemonia na região, por outro lado, a guerra deixou muitas sequelas e ressentimentos nos que perderam. As elites letradas da capital, que se autoproclamavam defensoras da modernidade, acusavam de fanáticos e ladrões os adeptos do Juazeiro, não sobrando críticas à figura do padre Cícero.

Diferente de outras comunidades igualitárias, como Canudos e Caldeirão, formadas tendo como pano de fundo a religião popular, organizadas pela utopia cristã de que “todos são iguais perante Deus” e que foram violentamente destruídas por representar uma ameaça ao domínio dos fazendeiros, o Juazeiro não

23 Sobre a Sedição de Juazeiro ver: LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994; MACEDO, Joaryvar. *Império do bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. Fortaleza: UFC, 1990.

24 Na figura deste falso romeiro, que acabaria sendo o mentor político e árbitro das decisões do padre Cícero – travamos conhecimento de um tipo de coronel que foi se tornando comum no Brasil com o crescimento da burguesia nacional. É o misto de coronel e burguês, de latifundiário e capitalista, simultaneamente chefe de cangaço e político das grandes capitais, e que nos meios políticos, seja no município, do estado ou em âmbito nacional, vai defender diretamente os interesses de sua grei, mas procurando conciliar os interesses da burguesia com os do latifúndio. Hoje pode comandar um bando de jagunços e amanhã falar da tribuna do parlamento federal (FACÓ, 1980, p. 145).

foi destruído e não se transformou numa “sociedade alternativa”, como pregavam os movimentos messiânicos citados, mas se transformou em território atrelado aos coronéis do Partido Republicano Conservador - PRC e da oligarquia Acióli. “O padre trocou o seu imenso reduto eleitoral pela proteção e sobrevivência do Juazeiro” (CAMURÇA, 1994, p. 98-299), apesar de seu nítido potencial de oposição ao status quo. Preferiu e foi obrigado a integrar-se nas estruturas políticas da nação brasileira e, mesmo assim, usou sua influência em prol do Juazeiro e do vale do Cariri (DELLA CAVA, 1976, p. 254, 255).

Embora essas reflexões e contextualização, como fora dito inicialmente, foram importantes para entendimento do que veio a se formar a região do Cariri, um caldeirão rico em manifestações culturais, políticas e religiosas, aqui não pretendemos fazer uma discussão sobre a ampla bibliografia, controversa, que retrata a figura do Padre Cícero, aliás, já objeto de muitos autores e estudiosos regionais e nacionais. A figura do Padre Cícero ainda exerce forte influência no imaginário do sertanejo; após a sua morte, em 1934, a cidade virou centro de romarias e recebe anualmente dois milhões de visitantes. Talvez o seu maior milagre, com sua pedagogia de oração e do trabalho, tenha sido a formação do Juazeiro do Norte.

A transformação econômica: a “modernização conservadora”

O processo de transformação e desenvolvimento da região do Cariri está umbilicalmente ligado aos fenômenos que se apresentam em escala estadual, nacional e global. Como a região não é uma ilha e os fatos não ocorrem de maneira isolada, o que procuraremos demonstrar, aqui é como esses fatos se interconectam no território objeto deste estudo.

A partir dos anos 1930, o Brasil vai gradativamente mudando de feição, passando de um país agrário exportador para uma na-

ção urbana e industrializada. O processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro caracterizou-se como tardio e dependente em relação às potências econômicas centrais e com profundas desigualdades regionais.

No segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), foi criada uma série de agências para estudar, formular e implementar políticas de desenvolvimento, dentro de uma ótica que valorizava a ação do Estado, a iniciativa local e o nacionalismo. Entre esses empreendimentos figuravam o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (hoje BNDES), a Petrobras e o Banco do Nordeste, os quais visavam ao mesmo objetivo: promover o desenvolvimento econômico a partir do dirigismo estatal. Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1951, para a criação do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Vargas explicita as intenções:

Há fatores naturais e humanos que permitem uma larga aplicação de recursos financeiros e técnicos da União, não apenas no amparo ocasional, mas na organização de uma economia estável e florescente. Nela, os capitais gerados pelas principais atividades e a energia de gente sertaneja encontrarão terreno de fixação, em vez da atual tendência de emigrar. E ainda de fora poderão encontrar atrativos, no clima saudável e nas possibilidades econômicas da região malsinada pelas secas periódicas, a técnica, o capital e a capacidade de empreendimentos de brasileiros de outras regiões, bem como imigrantes e capitais estrangeiros (Mensagem de Vargas ao Congresso *apud* PARENTE, 2000, p. 136).

No entanto, a mentalidade da época era que as elites necessitavam do paternalismo e do clientelismo no processo de convivência com a seca. As instituições já existentes como a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS e depois o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS eram utilizadas para atender aos interesses das oligarquias nordestinas. Essa

mentalidade era um ‘entrave à implantação de mais um órgão de incentivo ao desenvolvimento sustentável do Nordeste. Para Parente (2010), graças a essa ação modernizante, o BNB não foi moeda de troca para alimentar o clientelismo. “O banco melhorou o perfil técnico gerencial das empresas da região, através de um intensivo processo de formação de dirigentes, e possibilitou uma homogeneidade das elites, um instrumento eficiente no processo de modernização conservadora” (PARENTE, 2000, p. 141).

Nos anos 1950, o Nordeste estava atravessando mais um período de forte seca, havia um processo de expulsão dos trabalhadores rurais para periferias das cidades, surgiram movimentos sociais como as Ligas Camponesas, que exigiam a reforma agrária. O exemplo da revolução cubana amedrontava as elites. A região era considerada um caldeirão prestes a explodir, e passou a ser considerada uma região problema. De acordo com Celso Furtado (2009), à medida que a industrialização se desenvolvia, as desigualdades dentro do Brasil tendiam a acentuar-se, por conta das relações econômicas entre uma economia industrial com economias primárias tenderem sempre à forma de exploração. Dessa forma, surge o que Furtado chama de “questão regional”.

No governo de Juscelino Kubitschek, seguindo os caminhos do nacional-desenvolvimentismo inaugurado por Getúlio, de racionalidade e planejamento, nos moldes tipificados de Max Weber. Ocorre uma maior especialização das ações públicas e uma modernização da máquina do Estado. Foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN (2005), coordenado pelo economista Celso Furtado. O relatório desse grupo, além de apontar os principais entraves do desenvolvimento da região, sugeria um conjunto de medidas, entre elas, uma profunda transformação agrária e agrícola, além da industrialização. A política de industrialização deveria ter três objetivos: dar emprego à massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento e

fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que tendiam a migrar.

Como fruto do relatório, surge, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O projeto da SUDENE surgiu na intenção de se contrapor à política tradicional assistencialista, em períodos de emergência, sendo apoiadora das oligarquias nordestinas. A ideia era contrabalancear os mecanismos de perda de capital sofrida pela Região, apoiar a indústria local e oferecer empregos suficientes para absorver a população vinda do campo (ARAÚJO, 2006).

Com a implantação do Plano de Metas da gestão de Juscelino Kubitschek (1956- 1960), promoveram-se profundas transformações econômicas, culturais, sociais e políticas, todas submetidas ao caráter da modernização conservadora, com alta concentração no Sudeste. “A rapidez das transformações capitalistas operadas naquele momento desencadeou um processo avassalador de migração, urbanização – metropolização e burocratização, constituindo celeremente uma sociedade urbano-industrial de massas” (BRANDÃO, 2007, p. 129).

Com o Golpe Militar de 1964, as medidas apontadas pelo GTDN são postas de lado, o projeto da SUDENE é alterado, restringindo-se à política de desenvolvimento industrial por uma via de modernização conservadora implementada pelos governos militares. Para Chico de Oliveira (1981), à SUDENE coube o papel de “correia transportadora” de hegemonia burguesa do Sudeste para o Nordeste pela via dos incentivos fiscais do sistema 34/18, desconto do imposto de renda para quem investisse na região, posteriormente, por meio do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR (OLIVEIRA, 1981). Os estados que mais receberam recurso da SUDENE, pela ordem, foram Bahia, Pernambuco e Ceará, concentrando-o principalmente nas regiões metropolitanas. Essa política de incentivo fiscal, por sua vez, favoreceu muito mais à migração de empresas do Sudeste para o Nordeste do que o desenvolvimento da indústria local.

Segundo Cortez (2011) e Queiroz (2009), as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha já se destacavam no território cearense. Na década de 1960, passou-se a utilizar a expressão CRAJUBAR, para designar as três urbes em processo de conurbação. O Crato, cuja expansão não se deu predominantemente para o interior do Ceará, desenvolveu suas transações comerciais principalmente com centros urbanos de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Na segunda metade do século XIX, a cidade já exercia uma importante função educacional, judiciária e administrativa, além da função de entreposto comercial, passando a exercer a liderança como centro comercial no sul do Ceará.

Juazeiro do Norte, em função da figura do padre Cícero Romão Batista, começou a exercer influência religiosa sobre a população nordestina, provocando um grande fluxo em romarias periódicas. A cidade transformou-se em uma grande oficina e centro comercial de produtos, no varejo, passando a assumir, em ritmo acelerado, funções anteriormente desempenhadas pela cidade de Crato.

Barbalha, por sua vez, tinha produção quase que totalmente voltada à cultura de gêneros alimentícios. Destacou-se a produção de rapadura, na qual eram contados 36 engenhos de ferro, 31 de madeira e 28 alambiques montados próximos às treze nascentes que banhavam os sítios. Dessa forma, garantia-se uma significativa produção agrícola, em que constavam produtos para o comércio e o consumo imediato, além da rapadura, aguardente, açúcar branco, café, tabaco, borracha de mangabeira; além de arroz, milho e feijão. O território de Barbalha era, então, basicamente voltado à agricultura (IBGE, 1958).

Para exemplificar, em 1950, a população do Crato era de 46.908 habitantes. Desses, 16.776 eram de população urbana. Significava que 63,85% da população era rural. Já em 1960, de uma população de 59.464 habitantes, 29.308, ou seja, 49,28% estavam na zona urbana. Observa-se que a cidade estava em um adiantado processo de urbanização, se comparado com o ano de

1940, quando a população era de 40.282 habitantes, dos quais 12.567 ou 31,18% ocupavam a zona urbana (CORTEZ, 1999, p. 67).

Dos 72 estabelecimentos fabris que preencheram Boletins de Registro Industrial de 1956, 39 ocupavam mais de cinco pessoas e dedicavam-se às seguintes atividades: 21 ao fabrico de rapadura, oito à indústria de panificação, seis ao beneficiamento de arroz, seis à indústria de bebidas e refrigerantes, seis à fabricação de tijolos e telhas de barro, cinco à torrefação e moagem de café, três ao beneficiamento de algodão, dois à extração de óleos vegetais, dois à fabricação de mosaicos e os demais a outros ramos industriais como: doces, sabões, manteiga, calçados, madeiras, tecelagem e artigos de remonta. A cidade era servida por luz elétrica pública, fornecida por uma empresa municipal, possuía serviço telefônico de uso público, seis hotéis, seis pensões e quatro cinemas, relativamente confortáveis, serviço de abastecimento de água, denominado “Empresa de Água do Crato”. As principais praças eram arborizadas e ajardinadas em estilo moderno. Existia uma rede hospitalar e 18 médicos. Funcionavam dois jornais, *A Ação e Jornal da A.A.B.B.*, além da revista *Itaytera*, órgão de assuntos históricos e literários. Havia o Cine Moderno, também, com funcionamento diário e com 350 lugares e, por último, o Cineteatro da Rádio Araripe de Crato, com 294 lugares. Existiam cinco tipografias, três livrarias e uma estação de rádio, a Rádio Araripe de Crato, pertencente à cadeia dos Diários (IBGE, 1958). Em 1960, foi criada a Faculdade de Filosofia do Crato que, em 1986, transformou-se em Universidade Regional do Cariri.

No município de Juazeiro do Norte, pelo censo de 1950, encontrava-se uma população de 56.146 habitantes, desses 13.325 estavam na zona rural, que representava 23,73% da população total do município, sendo o menor índice de população rural entre as comunas do interior cearense. Dadas as suas características históricas de formação, era a única cidade do interior do Ceará cuja população rural era inferior à urbana (IBGE, 1958).

Em 1958, a população era de 71 323 habitantes. Apresentou um crescimento de 27,03% em relação ao Censo de 1950, uma quota superior à do Estado, que foi 18,54%. Essa elevada taxa de crescimento urbano e adensamento populacional é uma característica desde a fundação da cidade.

Se até os anos 1950, na região predominava um “capitalismo agrário”, o progresso de Juazeiro do Norte apoiou-se na sua indústria, com o desdobramento de grande número de organizações, sobretudo as pequenas oficinas, ourivesarias em quantidade apreciável, engenhos de rapadura, casas de farinha e empresas de maior porte, como as usinas de beneficiamento de algodão. A população economicamente ativa achava-se ocupada nos ramos “agricultura, pecuária e silvicultura” (49,32%), indústrias de transformação (23,50%), indústrias extrativas (14,38%) e prestação de serviços (13,79%). O município contava com quatro unidades bancárias; três empresas de transporte rodoviário e com transporte ferroviário. A estrada de ferro ligando o Cariri à Fortaleza foi inaugurada em 1926. Já havia um aeroporto com voos regulares. Tinha uma rádio, a Iracema de Juazeiro. O número de prédios ascendia a 13.433, com 10.525 residenciais, 1.080 simultaneamente residenciais e para outros fins e 1.898 exclusivamente para outras finalidades (IBGE, 1958).

Enquanto a cidade do Crato possuía 72 estabelecimentos fabris, a cidade de Juazeiro do Norte já possuía 274, dos quais três se dedicavam ao beneficiamento de algodão, um à produção de óleo de caroço de algodão, 65 ao fabrico de calçados, alpercatas, chinelos, etc., à produção de sabão, dois à de mosaico, seis ao beneficiamento de madeira (serrarias), 24 à fabricação de móveis de madeira; cinco à de bebidas; um à produção de eletricidade; um à matança de gado para consumo público; dois ao fabrico de cigarros; um ao curtume de couros e peles; 144 à confecção de joias de ouro; um à fabricação de relógios monumentais; um à de bombas hidráulicas; quatro a colchoarias; 12 à panificação; dois à produção de fubá de milho; três à torrefação de café; cinco à

fabricação de espingardas; três à de facas de ponta; três à feitura de artefatos de flandres; dois à produção de fogos de artifício; dois à de impressos comerciais; um à fabricação de portas de ferro; três à de cintos de couro; um à produção de geladim (picolés e sorvetes); dois ao fabrico de doces; um ao de caramelo e um à de velas de parafina, dos quais 127 ocupavam cinco pessoas ou mais.

As principais empresas industriais de Juazeiro do Norte eram as seguintes: Anderson Clayton & Ch. Ltda., Cia. P. Machado e Fábrica Pita, todas proprietárias de usinas de beneficiamento de algodão. Funcionavam na sede municipal 20 estabelecimentos atacadistas e 2 200 varejistas, com grande e variado estoque de mercadorias.

Em 1953, foi fundado pelas elites letradas do Crato, o Instituto Cultural do Cariri - ICC²⁵, além de publicar uma revista, a *Itaytera*, os seus membros produziram importantes obras históricas sobre a região, e construíram uma narrativa gloriosa do seu passado de desenvolvimento civilizacional, propagando um discurso identitário do Crato como cidade da Cultura.

Em Juazeiro, por sua vez, as elites letradas locais formaram, em 1974, o Instituto Cultural do Vale do Cariri - ICVC, esse com objetivo de elevar o nível cultural em Juazeiro e defender a imagem da urbe como cidade do progresso. Pela observação desses dois institutos constata-se uma forte disputa pela hegemonia, entre os membros das elites locais das cidades de Crato e Juazeiro, na liderança no Vale.

Ainda na década de 1950, reforçando as pretensões das elites regionais de ter um maior acesso aos recursos da União, foi apresentado na Assembleia Legislativa, em 1957, pelo Deputado Wilson Roriz, o projeto de criação do Estado do Cariri. Esse teria

25 CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. A construção da cidade da cultura: Crato (1889 1960). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 1999; DIAS, Carlos Rafael. Da flor da terra aos guerreiros cariris: representações e identidades do Cariri cearense (1855-1980) - Campina Grande, UFCG, 2014.

uma população de 751.000 habitantes, uma área de 96.560 km², tendo a cidade de Crato como sua capital. No discurso de defesa do projeto, o deputado da cidade de Jardim, reclamou do histórico abandono da região pelo governo central.

Constituindo-se região de formação geológica especial, em toda a grande e vasta Região Nordeste, tornou-se desde o descobrimento verdadeiramente autônoma economicamente [...].

Com o decorrer dos tempos, firmou-se a mentalidade, ainda hoje inexplicavelmente dominante, de autossuficiência do grande vale, e daí o abandono administrativo que sempre lhe votou o litoral, ou seja, a Capital, de forma a que todo o progresso ali existente, ou se deve a iniciativa particular ou data de pouco tempo para cá, principalmente com o advento da última República, quando, possuindo na Câmara dos Deputados três representantes regionais, conseguimos carrear para o recôncavo as principais obras administrativas ali existentes, notadamente as estradas, os hospitais, Postos de Saúde Federal, Escolas Agrícolas etc. (sic).

Da mesma forma que o projeto apresentado cem anos antes, em 1837, pelo então senador do império José Martiniano de Alencar, não logrou êxito.

No governo de Virgílio Távora, eleito em 1962, em sintonia com a política do nacional-desenvolvimentismo, foi lançado o Plano de Metas Governamentais, o I PLAMEG, no período de 1963 a 1964, com objetivo de superar a fragilidade econômica do Estado, baseada no consórcio gado-algodão e de uma agricultura de subsistência e de atividades extrativas. Virgílio Távora tornou o processo de planejamento um poderoso instrumento de mudanças estruturais e modernização, passando então a atuar nas questões estruturais básicas: problema de abastecimento de água, transporte, comunicações e energia, por meio da Compa-

nhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, a distribuição de energia para o Estado. O Cariri foi a primeira região a receber a energia da usina de Paulo Afonso, 1961, antes até mesmo da capital (ARAÚJO, 2006). O PLAMEG teve também o intuito de competir e trazer investimentos para Estado, tanto via SUDENE como da iniciativa privada.

Segundo Nunes (2005), O Plano de Metas Governamentais do governo Virgílio Távora diagnosticou como principal fator limitante à industrialização a falta de infraestrutura no território cearense. Por conseguinte, os investimentos em infraestrutura foram tidos como prioritários. Desta forma, inaugurou-se a preocupação com o desenvolvimento econômico, especialmente, nas áreas mais distantes da capital, tornando-se objeto de preocupação permanente nos diversos planos de governo, formulados desde a década de 1960.

As principais políticas de infraestrutura e industriais adotadas no período foram as seguintes: expansão da área de atracação do Porto do Mucuripe, bem como o aumento da sua profundidade, de forma a permitir a atracação de navios de grande porte; aumento da oferta de energia elétrica, de forma a disponibilizar energia para todo o Estado; atração de investimentos industriais por meio de incentivos fiscais e criação e implementação dos distritos industriais de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte - Crato-Barbalha; criação de órgãos visando à promoção do desenvolvimento industrial: Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC) e Banco do Estado do Ceará (BEC) (NUNES, 2005). Para Parente (2000), a passagem para uma mentalidade e de uma prática de maior racionalidade técnica, identificada com a modernidade, teve em Virgílio Távora, governador por dois mandatos no período militar, um ator destacado.

Em abril de 1962, como desdobramento dessa pioneira fase de planejamento do Estado do Ceará, foi lançado o Projeto Asimow para a região do Cariri, resultado de um acordo de coopera-

ção entre o Brasil e os Estados Unidos. O projeto foi coordenado pelo professor Morris Asimow, da Universidade da Califórnia (UCLA), em cooperação com a Universidade Federal do Ceará (UFC), o BNB, a SUDENE e a CODEC, no sentido de fomentar o desenvolvimento industrial da região, com base no beneficiamento e na transformação de produtos do setor primário. Uma equipe da UCLA, da UFC e do BNB dirigiu-se para o Cariri com a missão de realizar levantamentos e enquetes. A visita foi finalizada com um seminário sobre o desenvolvimento do sul do Ceará, envolvendo o Instituto Cultural do Cariri, as prefeituras da região, o BNB, e o governo do Estado. O debate privilegiou a mudança dos hábitos da economia regional e o ingresso do Cariri num processo de desenvolvimento industrial. O projeto mexeu com o entusiasmo de amplos segmentos sociais e econômicos do lugar, levando-os a investir, em forma de ações, nos novos empreendimentos. Ao lado de antigas instalações, foram montadas máquinas modernas destinadas à produção de telhas, tijolos, calçados, farinha, doces, etc. (ARAÚJO, 2006, p. 94).

O projeto contou com o patrocínio da Aliança para o Progresso, além da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e Fundação Ford. A estratégia da política norte-americana era lidar diretamente com os governos estaduais com tendências opositoristas ao governo esquerdista de João Goulart. Segundo Moniz Bandeira:

A ideia da Aliança foi lançada pelo presidente norte-americano John Kennedy, em março de 1961, como resposta aos acontecimentos revolucionários em Cuba e a pressões de setores políticos e governamentais latino-americanos preocupados com a situação econômica e social da região, (1997, p. 12).

Para Queiroz (2010), a estratégia dos EUA tratava-se de convencer aos países da região e aos seus povos da possibilidade de

verem as suas vidas transformadas, sem que houvesse a necessidade de uma revolução nos moldes cubanos. No aspecto político prático, o apoio formal (“técnico”) norte-americano à industrialização caririense não era obra do acaso, mas de exigências para contrapor a vitória da primeira revolução socialista da América Latina. Com a Aliança para o Progresso, os Estados Unidos não queriam perder o controle sobre a região; católicos estadunidenses consideravam que “Jovens com fome viram rebeldes duros” (QUEIROZ, 2010, p. 42). Em vez de revolução, os pobres precisariam de paz e alimentos. Por isso, a região Nordeste do Brasil, em que a fome produzia “rebeldes duros”, haveria de ser um dos palcos decisivos das ações dos EUA e dos seus agentes. Além do apoio à industrialização, as ações da Aliança para Progresso, na região do Cariri, contaram com a distribuição assistencialista de alimentos (p. 43, 44). A demonstração da caridade cobria a intenção de evitar que os pobres se revoltassem ou se organizassem nas ligas camponesas que estavam em ascensão.

Pelo Projeto Asimow foram implantadas no Cariri as seguintes empresas:

- **CECASA** (1962) — fabricação de ladrilhos, telhas e manilhas. Localizada em Barbalha;
- **IESA** (1962) — fabricação de máquinas de costura, rádios e motores elétricos. Instalada em Juazeiro do Norte;
- **IBACIP** (1963) — fabricação de cimento Portland. Com sede em Barbalha;
- **LUNA** (1963) — fabricação de calçados. Em Juazeiro do Norte;
- **INAESA** (1962) — produção de alimentos enlatados. Instalada em Crato;
- **IMOCASA** (1962) — empresa beneficiadora de milho, em Crato;

No entanto, o Plano Asimow não obteve o pleno êxito do projeto. Os motivos foram os mais diversos: superdimensionamento de plantas, falhas na elaboração dos projetos com insuficiência de estudos preliminares, carências econômicas da região, as condições econômicas nacionais e a escassez de recursos humanos qualificados (FUNDETEC, 1999).

O empresário e líder político cratense Humberto Mendonça explana as causas do insucesso e contesta o próprio caráter do Projeto Asimow:

Culpou-se, até mesmo, uma suposta índole subdesenvolventista da nossa parte. Falou-se, também, em outras causas que hoje analisadas demonstram ser tão absurdas quanto imaginárias. Sabe-se agora que este afamado Plano (...) tinha objetivos mais políticos do que econômicos, já que sua finalidade principal era barrar a esquerdização (...) passado o perigo da comunização do Brasil, o Congresso Americano vetou verbas que, dentre outras ações, mantinham o Plano Asimow no Cariri e em outras cinco regiões nordestinas. O impacto da desativação do Plano na economia caririense foi enorme, com maior gravidade por conta da insolvência dos que acreditaram na boa intenção americana. Além de comprometer irremediavelmente a poupança interna caririense, que foi quase toda investida em maquinaria comprada no exterior, essa industrialização frustrante deixou um trauma difícil de ser assimilado e digerido (apud FARIAS, 2007, p. 211).

Contudo, a implantação dessas políticas teve papel importante em relação à atual configuração espacial do Estado. Elas promoveram significativo aumento da população urbana, devido à maior dinâmica econômica, o que estimulou a migração campo-cidade, como demonstra a seguinte Tabela:

Tabela – Município e Taxa de Urbanização do Ceará, segundo número de habitantes, 1970.

Município	População Total	Taxa Urbanização
Fortaleza	857.980	96%
Sobral	102.197	59%
Quixadá	98.509	21%
Juazeiro do Norte	96.047	84%
Itapipoca	94.846	18%
Iguatu	75.682	42%
Crato	70.996	59%
Demais Municípios	2.965.346	24%
Ceará	4.361.603	41%

Fonte: IPEADATA, 1970.

Passada essa experiência, na década de 1970, houve um incremento na industrialização do Cariri. Em Juazeiro do Norte, ocorreu um dinamismo na indústria de plásticos e borrachas, como também na produção de sandálias de material sintético, a partir de investimentos em tecnologia. Em Barbalha, ocorreu a implantação de uma indústria de grande porte, a usina Manuel Costa Filho, que passou a processar quase a totalidade da produção de cana-de-açúcar produzida na região.

O jornalista Antônio Vicelmo contou-nos que a mando da Usina Manoel Costa Filho foi procurar Patativa do Assaré para que esse produzisse um cordel incentivando a venda da produção dos pequenos produtores de cana-de-açúcar para Usina. O poeta popular não aceitou o contrato, manteve a coerência com sua consciência social. Dias antes, com muita sensibilidade e sofisticação literária sertaneja, Patativa havia produzido um cordel sobre a ação da usina de açúcar, denunciando o fim dos muitos engenhos de pequenos produtores e a sua substituição pela usina, o engenho de Ferro, eis o verso:

Ingém de Ferro²⁶

Ingém de ferro, você
Com seu amigo motô,
Sabe bem desenvorvê,
É munto trabaiadô.
Arguém já me disse até
E afirmô que você é
Progressista em alto grau;
Tem força e tem energia,
Mas não tem a poesia
Que tem o ingém de pau.
O ingém de pau quando canta,
Tudo lhe presta atenção,
Parece que as coisa santa
Chega em nosso coração.
Mas você, ingém de ferro,
Com este horroroso berro,
É como quem qué brigá,
Com a sua grande afronta
Você tá tomando conta
Dos nossos canaviá.
Do bom tempo que se foi
Faz mangofa, zomba, escarra.
Foi quem expulsou os boi
Que puxava na manjarra.
Todo soberbo e sisudo,
Qué governá e mandá tudo,
É só quem qué sê ingém.
Você pode tê grandeza
E pode fazê riqueza,
Mas eu não lhe quero bem.

²⁶ Disponível em: <http://ocantodopoetapassarinhopatativa.blogspot.com> (Acesso em 13/06/2018).

Mode esta suberba sua
Ninguém vê mais nas muage,
Nas bela noite de lua,
Aquela camaradage
De todos trabaiadô.
Um falando em seu amô
Outro dizendo uma rima,
Na mais doce brincadêra,
Deitado na bagacêra,
Tudo de papo pra cima.

Esse tempo que passô
Tão bom e tão divertido,
Foi você quem acabô,
Esguerado, esgalamido!
Come, come interessêro!
Lá dos confim do estrangêro,
Com seu baruio indecente,
Você vem todo preverso,
Com históra de progresso,
Mode dá desgosto a gente!

Ingém de ferro, eu não quero
Abatê sua grandeza,
Mas eu não lhe considero
Como coisa de beleza,
Eu nunca lhe achei bonito,
Sempre lhe achei esquesito,
Orguioso e munto mau.
Até mesmo a rapadura
Não tem aquela doçura
Do tempo do ingém de pau.
Ingém de pau! Coitadinho!

Ficou no triste abandono
E você, você sozinho
Hoje é quem tá sendo dono
Das cana do meu país.
Derne o momento infeliz
Que o ingém de pau levou fim,
Eu sinto sem piedade
Três moenda de sodade
Ringindo dentro de mim.

Nunca mais tive prazê
Com muage neste mundo
E o causadô de eu vivê
Como um pobre vagabundo,
Pezaroso, triste e pérro,
Foi você, ingém de ferro,
Seu safado, seu ladrão!
Você me dexô à toa,
Robou as coisinhas boa
Que eu tinha em meu coração!

A constatação do poeta Patativa entrelaça-se com a análise de Chico Oliveira (1981) do real significado da modernização conservadora. O crescimento econômico ocorreu juntamente com a concentração de renda dentro de um quadro de grande exclusão social. O crescimento da produção aconteceu paralelamente à insuficiência de recursos em educação, saúde, habitação e saneamento, crescendo também a “dívida social”, revelando grande distância entre a evolução da economia e o desenvolvimento social da Região.

As forças políticas e o mandonismo local no Cariri

O golpe de 1964, no Ceará, fortaleceu os grupos e lideranças tradicionais que estavam à frente do governo do Estado, das prefeituras e câmaras municipais. O Ceará é um exemplo paradigmático de domínio de grupos oligárquicos, coronelistas, que exercem o poder político baseado em relações clientelistas, de dependência e paternalismo. Autores como Carone (1980), Faoro (1975), Montenegro (1980) e Lemenhe (1996) colocam o Estado como um exemplar modelo oligárquico.

Em 1962, venceu a eleição para governador o coronel Virgílio Távora, União Democrática Nacional - UDN pela “União pelo Ceará”. Tratava-se de uma aliança dos setores conservadores para barrar tanto o avanço do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)²⁷, de Carlos Jereissati, como o crescimento da corrente sindical e grupos de esquerda. O que ficou claro no manifesto da coligação, que assim se expressa:

Os diretórios do PSD, UDN e PTN, em manifesto dirigido ao povo cearense, afirmavam que uniam suas forças para a disputa eleitoral, com candidatos comuns aos postos de Governador e Vice governador e senadores da república, com o objetivo de: 1) “preservação das instituições democráticas, visadas pela crescente onda demagógica que pretendem alcançar o poder para, de posse dele, sacrificar o regime de liberdade em que vivemos, e 2) atender um plano de trabalho solidamente estruturado, tendo em vista o progresso econômico e a harmonia social” (MONTENEGRO, 1980, p. 174).

27 Montenegro (1980) coloca que o PTB no Ceará é um partido conservador: “a sua estrutura não difere da dos demais partidos conservadores, não desenvolve uma política de cunho nitidamente trabalhista para não ferir os interesses dos coronéis” (p. 163, 164).

As eleições, no período, eram marcadas pela forte influência do poder econômico, de ambos os lados, “a corrupção, a fraude eleitoral, e o horror à oposição prosseguiram na vida política cearense” (p. 194) As vitórias eleitorais eram garantidas pelo uso do dinheiro dos coronéis e pela utilização da máquina pública. O homem do interior dizia: “a eleição foi um bom inverno no Ceará, pelo dinheiro que correu” (MONTENEGRO, 1980, p. 194).

No Cariri cearense, nas eleições municipais de 1962, foram eleitos em Crato, Pedro Felício Cavalcanti (PSD, PTB, PTN e MTR); em Barbalha, Joaquim Duarte Coelho (PSD); e em Juazeiro do Norte, Francisco Humberto Bezerra (UDN). Esses eram os prefeitos das cidades do CRAJUBAR no período do golpe militar.

A diversidade de partidos não significava que havia mudanças substanciais entre as agremiações. Para Montenegro (1980), no Ceará só havia dois partidos: o da situação e a oposição. Não havia fidelidade de ideias, de programa, de ideologia. Com exceção da ação integralista e do Partido Comunista, esses verdadeiramente ideológicos, “todos os demais se caracterizam por uma ação puramente fisiológica” (p. 248). Teorias, doutrinas e ideias renovadoras eram olhadas com desconfiança. Às incertezas da mudança, preferiu-se a vantagem da conservação. “Não havia partidos políticos. São famílias morando parede e meia. Brigam por cima no muro do quintal, e vão abraçar-se na porta da rua. O único partido sólido é o presidente do Estado” (p. 217).

Para Queiroz (2010), ao ler as atas da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, no período do golpe militar, verificou-se que não houve uma única voz que se levantasse contra a ação dos militares. Ao contrário, as facções locais dedicaram-se à deposição do governo Jango, com falas impregnadas de um anticomunismo e um patriotismo à la Augusto Comte, que beirava o delírio. O que demonstrava um alinhamento incondicional das instituições políticas do Cariri ao projeto vitorioso de 1964. Sendo o grupo do prefeito Humberto Bezerra, “o grupo Bezerra”, um dos prin-

cipais esteios do golpe no Estado e de ratificação do regime na região do Cariri cearense (p. 198).

O prefeito do Juazeiro do Norte, o então capitão do exército Humberto Bezerra, era o líder da “Frente Democrática”, a principal ferramenta de organização das forças conservadoras da cidade. Junto com membros da elite local, “intelectuais tradicionais” como se refere Gramsci, o vereador Gumercindo Ferreira Lima, padre Murilo de Sá Barreto e dona Amália Xavier organizaram manifestações de rua nos moldes da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada no dia 19 de março na cidade de São Paulo.

No dia 12 de abril de 1964, em Juazeiro do Norte, para saudar o novo regime político, “O padre Murilo de Sá Barreto, no limite, utilizou a força moral da igreja para trazer um exército de marchadeiras às ruas da maior cidade caririense” (p. 123). Esse apoio reverberou nas outras cidades da região.

Para Matias (2008), a família Bezerra de Menezes, de Juazeiro do Norte, é um exemplo concreto de domínio oligárquico de base familiar nos moldes tradicionais, típicos do sistema coronelista. Seus membros são descendentes de José de Sousa Menezes, ou Zé Bezerra, nascido no ainda distrito de Crato, que viria a ser o Juazeiro. Ele era, segundo a árvore genealógica apresentada pela família, bisneto do Brigadeiro Leandro, dono da primeira sesmaria local. No campo político, Zé Bezerra era correligionário de seu parente e compadre, José Geraldo da Cruz, que por cinco vezes foi prefeito de Juazeiro, e utilizava como capital simbólico para as vitórias eleitorais a figura mística do Pe. Cícero (p. 66).

Para Lemenhe (1995), coube, no entanto, aos irmãos Bezerra ou “os Bezerra”, sob a liderança do coronel Adatao Bezerra, a construção da fortuna e do poder. Na condição de proprietários rurais, conseguem benefícios de financiamentos públicos, especialmente, da SUDENE, adquirem usinas e passam para a posição de maiores empresários locais, banqueiros, usineiros, compradores e vendedores de algodão. A partir de 1947, com a

entrada do irmão mais velho na política, Leandro Bezerra, como vereador em Juazeiro, os Bezerra foram gradativamente ocupando várias instâncias de poder em Juazeiro e ampliando o seu domínio em todo o Estado, mantendo o controle da vida política da cidade por quase duas décadas.

Com o golpe de 1964, o poder da família foi reforçado, os gêmeos Adauto e Humberto eram oficiais do exército, formados na Academia Militar das Agulhas Negras, além disso, na academia eram pupilos do tenente Jarbas Passarinho (CASTRO E SILVA, 2001, p. 117). Adauto Bezerra, o deputado estadual e futuro governador do Ceará, indicado pelo presidente General Geisel, segundo seu biógrafo, Temístocles de Castro e Silva, “teve posição destacada em 1964” (p. 117).

A forma que exerceram o poder local, à época, demonstra o domínio oligárquico de base familiar nos moldes do tradicional clientelismo²⁸, ao se apoderar da administração local, desenvolveram práticas para atender a sua clientela e ampliar o número de leais e fiéis seguidores/eleitores. Através do poder econômico e do uso da máquina pública conseguem ampliar e garantir as fidelidades políticas. Seja através da sonegação fiscal, quando os seus aliados recebiam a condescendência de não pagar os tributos e com isso retribuía fielmente o “favor” pelo voto aos seus

28 José Murilo de Carvalho desenvolve uma discussão dos conceitos de Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo. Para ele o coronelismo, de acordo com o pensamento de Victor Nunes Leal, é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Ou barganha entre governo e coronéis. Datado historicamente na primeira República. Sendo o mandonismo e o clientelismo característicos desse regime. “O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas”. O conceito de clientelismo, de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Seu conteúdo varia ao longo do tempo. Se antes os atores políticos que controlava os recursos eram os coronéis, hoje tem os políticos tradicionais e o governo. Para Carvalho, A ampliação dos direitos e da cidadania a todos os cidadãos, é o caminho para o desaparecimento do clientelismo e do mandonismo na vida política. (CARVALHO, 1997)

candidatos, com o uso do empreguismo, pelo qual utilizavam a posição de mandatários locais para conceder vários empregos no serviço público estadual e municipal. Para Lemenhe (1996).

A importância desses espaços de clientelismo para a reprodução no poder se revela na estratégia de controle das atribuições de cargos organizadas pelos irmãos, no setor da educação. Enquanto estes exerceram o poder no estado a irmã mais velha da família, professora Alacoque Bezerra Figueiredo, ocupou o cargo de subdelegada regional de ensino, posto que assegura o controle sobre as contratações de professores, merendeiras, faxineiras, vigilantes para trabalho nas escolas, não só de Juazeiro do Norte como também da região do Cariri. Particularmente, no período em que Adauto Bezerra foi governador, competia à professora Alacoque e ao Deputado Orlando Bezerra indicar os nomes dos contratados e ao governador, assinar, pessoalmente, os contratos. (LEMENHE, 1996, p. 100)

Era por intermédio dessas práticas clientelistas que os Bezerras construíram uma extensa rede de fidelidades, controlavam várias prefeituras do Cariri, ampliaram o seu poder para o resto do Estado e elegeram sucessivos prefeitos em Juazeiro do Norte, entre 1962 e 1982²⁹, monopolizaram o poder local. Além do prefeito elegiam a maioria absoluta da Câmara de Vereadores.

Eles eram os donos da política de Juazeiro. Eles faziam o que queriam, eles eram tão donos da política que qualquer candidato que apresentassem era candidato eleito. A gente votava cegamente naqueles candidatos

29 A perda da hegemonia e do monopólio do poder pelos Bezerra em Juazeiro inicia-se com a derrota do candidato do grupo a prefeitura municipal, o Erivânio Cruz, para o médico Manoel Salviano em 1982. Apoiado pelo antigo aliado o Deputado Federal Mauro Sampaio, e pelo irmão de Adauto, Leandro Bezerra. A partir daí inicia-se um novo ciclo político na cidade, com novas lideranças, mas o capital financeiro do banco dos Bezerra ainda é presente nas eleições.

(Valdir Sabiá, ex-vereador e cabo eleitoral dos Bezerra *apud* LEMENHE, 1996, p. 102).

Ao analisar esse tipo de voto, Maria Isaura de Queiroz (1976) coloca-o como uma mercadoria, um bem de troca, negociado na troca de vantagem pessoal, direta, entre o eleitor e o coronel.

O voto neste caso assume o aspecto de um bem de troca, o fato de se votar num candidato indicado pelo coronel significa que o coronel já fez algum benefício ao eleitor ou deveria fazê-lo: o voto não é inconsciente, muito pelo contrário, resulta do raciocínio do eleitor, e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence. O problema do voto de cabresto se configura de forma diferente; não se trata aqui de imposição pura e simples do coronel, sob pena de vinganças econômicas ou outras; trata-se de uma determinação do eleitor de utilizar seu voto de maneira que redunde para ele em maior benefício. (QUEIROZ, 1976, p. 168,169).

Os prefeitos eleitos no período, compreendido entre os anos 1960 e 1970, ou eram membros do clã (Orlando Bezerra) ou apenas prepostos, candidatos indicados e eleitos com o poder dos Bezerra, para cumprirem à risca seus interesses. Como oligarcas, manipulavam as verbas públicas que subiam do governo federal ou estadual e desciam para a cidade de acordo com os seus interesses. Monopolizavam, de tal forma, o poder local em Juazeiro do Norte que, até mesmo o prefeito eleito em 1972, com 60,8% dos votos e apoiado pelos Bezerra, o médico Mozart Cardoso - Arena (1973-1974), apenas por criticar a administração anterior de Orlando Bezerra e não seguir as orientações do clã político, fora sumariamente cassado pelo governador Aduino Bezerra e no seu posto foi nomeado um capitão do exército como interventor, pessoa de confiança do grupo. Os prefeitos prepostos pelos Bezerra não tinham autonomia nenhuma (MATIAS, 2008 p. 70).

Ao evidenciar a tese de Lemenhe (1995) – quando essa afirma que a passagem da família Bezerra da posição de agropecuarista para industriais e banqueiros, donos de um dos maiores bancos do país, o BIC, hoje majoritariamente com capital chinês, deveu-se em relação a dois fatores: a coesão familiar e o poder político – Queiroz (2010) coloca que o fator mais resolutivo, o mais peremptório que garantiu a expansão do patrimônio, foi a aproximação com os militares e o acesso aos fundos públicos. “No caso da família Bezerra foi o poder político, robustecido e amplificado após o golpe militar, o fator mais significativo na elevação da fortuna do agrupamento familiar” (p, 143). O autor, ainda, aborda criticamente a capacidade de metamorfose das elites agrárias do Nordeste, na figura do coronel Aduino Bezerra, “o coronel moderno”, em se adequar às transformações econômicas do capitalismo brasileiro. Com uma maior diversificação das suas atividades econômicas, com o aumento do poder político, veio junto o aumento da fortuna.

Em Aduino Bezerra se mesclam as expressões do oligarca extemporâneo e do burguês perfeitamente adequado aos termos da modernidade capitalista. Mesclam-se a força política adquirida por suas conexões com o poder militarizado e a fortuna, cuja linha se traduziu ascensionalmente no período compreendido entre a vitória dos golpistas e os anos que se seguiram. Em síntese: o aumento da fortuna familiar, desde o princípio, esteve associado inextricavelmente pelos laços entre o agrupamento político, comandado por Aduino Bezerra, e o sistema de poder militar (p. 143).

Bursztyn (1990) coloca que o Brasil é o país das alianças, do continuísmo, no qual as rupturas não se completaram. As elites conservadoras têm uma grande capacidade de conciliação na permanência do poder.

O estudo da evolução do Estado no Nordeste, recentemente, é elucidativo da forma como as oligarquias vincu-

ladas a modos de produção atrasados em relação a polos mais dinâmicos da economia brasileira perpetuam sua hegemonia em nível regional. Mais forte do que eventuais antagonismos entre elites tem prevalecido um compromisso tático de não agressão, onde os espaços políticos não apenas são delimitados, como e sobretudo, vêm sendo peças de um mesmo quebra-cabeças, que se complementam. Assim, e tendo em vista o imperativo da legitimidade do poder central conservador, há uma acomodação constante entre mudanças econômicas-sociais e comportamento político das elites, cuja tônica é o continuísmo (BURSZTYN, 1990, p. 81).

Agora cabe uma sucinta reflexão sobre a ação de outra força política e ideológica que desempenhou um importante papel no apoio ao golpe na região do Cariri: a Igreja católica. No primeiro dia do golpe militar, enquanto várias pessoas eram presas sob a acusação de subversão, a Diocese da Igreja católica, no Cariri convocava, por intermédio do seu bispo, Dom Vicente de Araújo Matos, “As marchas da Família com Deus pela Liberdade”, com o objetivo de se congratular com o novo regime político, que se instalava, e desfilavam pelas ruas contra o comunismo. Em Barbalha, a saudação ao novo regime coube ao Pe. Eusébio de Oliveira, ao passo que, no Crato, o principal membro do clero a ter uma ação anticomunista foi monsenhor Montenegro, Diretor do Colégio Diocesano (QUEIROZ, 2010). Ao examinar o livro de tombo da paróquia de Santo Antônio em Barbalha, Silva (2009) registrou como se manifestou o Padre Eusébio:

A paróquia logo no primeiro dia do mês uniu-se as demais paróquias do Brasil para uma ação de graça pelo rápido e feliz êxito da revolução, ... viviam dias de terrível apreensão, de grande agitação e crescente mal-estar dominava toda nação brasileira. Estivemos à beira do caos total, da destruição, e sem dúvida, tudo acabaria no comunismo. Graças a Deus fomos salvos (Livro de Tombo da Paróquia do Santo Antônio em Barbalha. p. 31, 32 in: SILVA, 2009, p. 210).

A Igreja católica não era um bloco homogêneo. A Diocese de Crateús, por exemplo, ficou conhecida pela ação do bispo Dom Antônio Batista de Fragoso, Dom Fragoso, referência da Igreja progressista no combate à ditadura, junto a Dom Hélder Câmara, Dom Evaristo Arns e Dom Aluísio Lorscheider. Nos textos produzidos por Dom Fragoso era evidente a união entre os conceitos marxistas e os princípios fundamentais do cristianismo.

No Cariri, ao contrário da diocese de Crateús, a prática da Igreja católica caracterizou-se, majoritariamente, pelo combate às forças comunistas. Seguiu à risca a orientação da encíclica do Papa Pio XI, *Divini Redemptoris*, do ano de 1930, que colocava o comunismo como doutrina a ser combatida. A falsa ideia implantada pelos padres de que os comunistas eram autênticos anticristos, devoravam criancinhas e coisas do gênero, e além do mais iriam “tomar as coisas de quem tem e dar a quem não tem”, ficou impregnada na cabeça dos fiéis seguidores da Igreja durante muito tempo.

A I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), transcorrida no Rio de Janeiro, em 1955, ratificou os “quatro perigos mortais” a ser enfrentados pela Igreja: o protestantismo, o comunismo, o espiritismo e a maçonaria. Naquela conjuntura, que desembocaria no golpe político-militar, entretanto, o inimigo a ser banido era o comunismo. Com a eclosão da Revolução Cubana, em 1959, o jornal da Diocese do Crato, *A Ação*, divulga, em suas páginas, que os filhos dos católicos cubanos estavam em perigo, pois os comunistas barbudos jogavam as crianças católicas ao ar e seguravam-nas, de volta, com as pontas das baionetas (sic).

O jornal da Diocese do Crato, “*A Ação*”, que, circulou dos anos 40 aos 70, cumpriu um papel de, além de noticiar cenas da vida social, difundia a ideologia da Igreja católica, sendo seus editoriais lidos nas reuniões dos grupos católicos (SILVA, 2009). No editorial de 7 de março de 1965, traduz-se o pensamento hegemônico da Igreja no Cariri sobre a quartelada. Senão vejamos:

Estaremos vencendo este mês um ano de vitoriosa revolução de 31 de março. Dia a dia, cresce, nos espíritos equilibrados, a convicção da oportunidade do movimento que se deflagrou em Minas Gerais, contagiando toda a nação que vivia sufocada, asfixiada pela onda de corrupção cívica daqueles que governam o País. Ingente e laboriosa a tarefa que coube à revolução. Como é sabido de todos, vivíamos num clima de absoluta intranquilidade, expostos a toda sorte de perigo na ordem social, política e econômica. Os processos demagógicos do Governo de posto levaram o País à beira do abismo. Tomaram conta do poder os corifeus da baderna, usando, abusando do poder e dos cofres da nação. Caminhávamos para o caos. Se não mergulhamos na mais dolorosa tragédia política e social, inclusive com a mudança de regime, devemos ao glorioso exército nacional, cujos chefes principais, apoiados por todas as armas, sentiram a responsabilidade do momento e viveram em salvação da pátria. De então pra cá, o grande trabalho, depois de conjurado o perigo comunista, foi o saneamento cívico, do País naturalmente, essa obra salutar encontra barreiras, naqueles que se tornaram os vendilhões da Pátria e era grande o cortejo daqueles que estavam comprometidos com a corrupção cívica. Tão grande o número que já disse que as cadeias seriam pequenas para abrigar todos os corruptos e corruptores. Mas, a Revolução triunfou, não apenas depondo os principais chefes da baderna, como criando um clima de autêntica democracia, reestabelecendo a ordem e confiança. Hoje, embora curtindo os efeitos, de uma política arrevesada de quase trinta anos, o povo tem confiança nos seus dirigentes. Sofrendo, embora, o peso das consequências da espiral inflacionária herdada do passado, respiramos um clima de garantia, de confiança, de paz. Aos poucos, o Brasil cria condições de prosperidade, removendo os obstáculos à sua marcha de progresso. Os montões de ruína cívica, vão se destruindo ante a firmeza do Presidente da República cearense que não teme o malabarismo dos políticos profissionais, que não está comprometido com os partidos políticos, a quem devemos a derrocada em que vivemos. Menos de um ano e já podemos apresentar o grande sal-

do da Revolução: segurança. Trabalho, ordem, respeito aos direitos alheios, num regime de autêntica democracia, onde a liberdade é respeitada, mas o libertarismo é esmagado, na hora oportuna. O Brasil nos trilhos e na órbita dos países livres, eis o grande saldo da revolução de 31 de março (Jornal A Ação, Crato-CE, 07 de março de 1965, nº 1078).

Nesse editorial, transcrito na íntegra, percebe-se, nitidamente, o discurso ideológico da Igreja católica, de apoio ao golpe contra o “perigo comunista”, a crítica aos partidos e à democracia e o apoio ao general Castelo Branco, que, no seu mandato, visitou o Crato duas vezes, sendo pomposamente recebido pelo seu aliado o bispo Dom Vicente, e o seu parente, o deputado federal Leão Sampaio. Nos períodos eleitorais, mesmo não estando mais organizado em partido, nos anos 1930, a Igreja no Ceará, organizava-se na Liga Eleitoral Católica - LEC, para eleger seus candidatos. O clero cariariense manifestava-se claramente, a favor dos candidatos conservadores, ligados às oligarquias e aos coronéis. Promoviam, ainda, uma dura campanha contra os comunistas, ou candidatos com feições democráticas, de tendências à esquerda. O que fica explícito no editorial do jornal A Ação, de outubro de 1966, antes das eleições daquele ano.

Apesar da represália ao comunismo, através da revolução de Março de 1964, os elementos vermelhos não se deram por varridos da vida nacional. Passado o primeiro impacto de repressão, aos poucos foram tomando posição, ainda que debaixo de muita cautela. Quando não agem às claras, ficam nos bastidores, manipulando movimento de oposição e açulando o povo contra a ordem vigente. Agora, quando se aproximam as eleições, percebe-se melhor a infiltração vermelha, nos bastidores políticos. Aqui e ali, estão eles aproveitando situações para atuação cautelosa, mas persistente, contra o regime. A campanha eleitoral se lhes oferece propícia às atividades. Por de trás de muitos movimentos, estão eles aticando o fogo da subversão, se não podem

candidatar-se a postos eletivos, tomam a defesa de certos grupos, e até de certos candidatos (Jornal A Ação, Crato-CE, 01 de outubro de 1966, nº 1).

A força e a influência da Igreja católica, na região, deixaram marcas profundas na sociedade carirense. Na ausência do Estado, foi responsável pela formação educacional dos filhos das elites da região. No Crato, além do Seminário para formação do clero, fundado ainda no século XIX, no processo de romanização da Igreja no Ceará, existia o Colégio Diocesano para os homens, o Colégio Santa Tereza para as mulheres e a Faculdade de Filosofia do Crato. Em Juazeiro, possuía o colégio Salesiano e, em Barbalha, os Colégios Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima.

Ainda no ano de 1930, para evitar a influência das ideias socialistas, a Igreja do Cariri incentivou a organização dos Círculos Operários, que pregavam uma ideologia de harmonia e colaboração de classe, e combatia a entrada e a organização do movimento sindical de cunho socialista na região (SILVA, 2009). Estava presente em todos os aspectos da vida social, possuía uma rádio, a Radio Educadora, o jornal *A Ação*, que circulou nas décadas de 40 a 70. Organizou nos anos de 1960 a 1970 os sindicatos dos trabalhadores rurais nas cidades da região e disputava a formação de sindicatos com a União dos Trabalhadores do Cariri³⁰, entidade influenciada pelos trabalhistas e comunistas, que se organizou no Cariri nos anos de 1950. Ainda hoje sua sede abriga

30 A União dos Trabalhadores do Cariri foi fundada por João Ramos, nos anos 50, nos anos 60 foi dirigida pelos membros do PTB, o advogado Francisco Ferreira de Assis e por Sartunino Candeia de Nascimento Vereda, esse eleito várias vezes vereador na cidade do Crato, sua sede, na rua Nelson Alencar, que ainda hoje existe, abrigava vários sindicatos como os trabalhadores em calçados, de óleo, marceneiros, construção civil. Geraldo Formiga, secretário da UTC, destacou a dificuldade de organizar os primeiros sindicatos na região pela forte oposição da Igreja e dos patrões que não queria nem ouvir o nome de sindicato. Em 1964 foi preso pelo DOPS José Milton Barbosa do Carmo (falecido), nascido em 07 de setembro de 1924, era membro da diretoria do Sindicato dos Marceneiros da cidade do Crato, amargou sete meses de prisão e mais de 11 anos de perseguição pelos aparelhos de repressão da ditadura, com consequências para toda sua família.

vários sindicatos na cidade do Crato. Para Silva (2010), as atas das reuniões dos Círculos Operários mostravam uma constante preocupação com o surgimento e a organização da União dos Trabalhadores do Cariri, uma vez que muitos de seus membros eram comunistas.

Segundo Albuquerque (1991), todas as entidades sindicais que aglutinavam os pequenos produtores e trabalhadores do campo, situadas em Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo e Várzea Alegre, eram controladas pela Diocese do Crato. A própria sede do Sindicato Rural do Crato funcionava na Fundação Padre Ibiapina, ex-Casa de Caridade do Crato, pertencente à Diocese. A ação da Igreja católica no Cariri impediu a aproximação dos sindicatos rurais da região com a entidade dirigida pelos comunistas da capital, a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (Faltac), que havia sido fundada em 1957, como também criou uma barreira para que as ligas camponesas que se organizavam no vizinho Estado de Pernambuco entrassem no sul do Ceará. Dessa forma, os sindicatos do meio rural, na região, apresentavam uma postura de obediência e respeito aos proprietários, “tementes a Deus e aos homens” no limite tinha a ação no diálogo com o poder. Quando os dirigentes sindicais rurais foram presos, em Barbalha e transferidos para Juazeiro do Norte, logo após o golpe, o bispo interfere diretamente e obtém a soltura de todos eles, acompanhada de um “pedido de desculpas” da parte do comandante das forças policiais (ALBUQUERQUE, 1991, p. 102-115).

Mesmo assim, foi por intermédio da Diocese do Crato que se executou, no início dos anos de 1960, o projeto do Movimento de Educação de Base, (o MEB), que seguia o método do pernambucano Paulo Freire e, além da alfabetização, trabalhava o processo de conscientização política e o papel dos trabalhadores, enquanto classe que produz e não usufrui o resultado do seu trabalho. A ação no MEB abrigou muitos educadores ligados aos grupos de esquerda, inclusive, após a intervenção militar, quando o MEB

foi substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Os leigos progressistas da Igreja católica não foram poupados da repressão, como no caso da prisão, em 1964, de Maria Antonieta Duarte Silva, nascida em 06 de junho de 1939, membro da Juventude Estudantil Católica - JEC e da Ação Popular - AP e atuava em trabalhos de educação popular pelo método Paulo Freire. Presa na cadeia pública de Barbalha e na Escola de Menores Jesus Maria José, em Juazeiro do Norte, no ano de 1964, escola transformada em quartel pelas forças da repressão política. “ Em 2008, foi indenizada pelo Estado do Ceará, por ter sua vida destrocada e ter sofrido a humilhação da prisão” (QUEIROZ, 2010. p. 103, 104).

Para Parente (2010), a Igreja cearense foi um ponto de irradiação dos valores do conservadorismo, um reflexo direto da postura do Vaticano. Superou o potencial mobilizatório do PCB. Mesmo com a mudança de postura em relação à ditadura, no final da década de 70, quando alguns padres aderiram à Teologia da Libertação e a própria Igreja critica a ditadura, “sua vocação política foi sempre de colaboração com a ordem social e política” (2010, p. 84).

Nesse quadro de domínio político e ideológico, conservador, de incipiente organização da sociedade civil, via entidades clasistas como a União dos Trabalhadores do Cariri - UTC, os sindicatos e as entidades estudantis, há que se perguntar: como foi a reação? Esses grupos reagiram à ditadura? Ocorreu algum movimento contrário ou ocorreu uma acomodação incondicional ao regime? Em tal moldura da época, mesmo que apenas uma única voz ousasse levantar-se contra o golpe e o regime militar, já seria digno de nota e registro.

CAPÍTULO 3



Stênio Diniz: Prisão



RESISTÊNCIA, REFÚGIO E ROTA DE FUGA NO CARIRI CEARENSE

As forças de esquerda no Cariri antes do golpe

Neste capítulo, interessa trazer à baila a interpretação de determinados aspectos das consequências da instalação do regime militar na região do Cariri cearense. Nos primeiros dias, depois da deposição do presidente João Goulart, o alvo principal das perseguições e prisões foram os comunistas e as lideranças populares que davam apoio ao governo Jango. A repressão nesse primeiro momento foi seletiva. Na região sul do Ceará, a ação repressora caiu, principalmente, sobre os dirigentes do PCB, sindicalistas e não poupou da prisão simples simpatizantes.

Anterior a 64, ocorreu no Cariri a organização de entidades e movimentos que estavam em consonância com o clima de mobilização dos setores populares que havia no País. Em 1960, foi fundado o Sindicato dos Bancários do Cariri, categoria que teve vários de seus membros perseguidos pela ditadura. Para Emerson Monteiro, “Naquela época o Banco do Brasil era um dos principais núcleos da esquerda, sempre ia lá para saber das novidades”. Na década de 1960, foi formado o Sindicato dos Comerciários do Crato e de Juazeiro. Em 1946, foi fundada, pelo depois consagrado artista plástico cearense, Sérvulo Esmeraldo, a União dos Estudantes do Crato - UEC. Posteriormente foi fundado o Centro Estudantil de Barbalha - CEB, e o Centro Estudantil Juazeirense - CEJ.

A ação do PCB no Cariri, principal agrupamento de esquerda anterior ao golpe, deu-se essencialmente na cidade do Crato, ape-

sar da existência de um pequeno grupo em Juazeiro do Norte e de simpatizantes em Barbalha. Na tradição oral da cidade de Juazeiro do Norte, um episódio ilustra o quadro da época, na campanha de 1946, em uma reunião do PCB realizada na casa de um dos seus membros com o representante da direção estadual, quando esse colocou que o partido não acreditava em padre Cícero, as várias pessoas que estavam foram saindo de uma e uma. “Em Juazeiro, os caravaneiros comunistas deixaram às pressas a cidade a fim de não serem linchados” (MONTENEGRO, 1980, p. 146).

Poucos eram os adeptos do PCB, em Juazeiro do Norte, na véspera do golpe de 1964. O presidente do partido no município era o proprietário de uma granja, Luiz de França (informação verbal)³¹. Nas eleições de janeiro de 1947, o PCB lançou uma candidatura a deputado na região do Cariri, Lauro Cabral de Oliveira Leite. Esse foi um dos fotógrafos que fotografou Lampião em sua vinda ao Juazeiro. No interior do Estado, essas eleições já demonstravam um forte discurso anticomunista, pregado, principalmente, por membros do clero.

Em 1948, ano da criação da Juventude Comunista do Crato pelos jovens José de Brito Filho, Adovaldo Dantas Brasil, José Fleury de Aquino e Francisco Quezado Cruz, na qual lançaram campanhas que tiveram grande poder de mobilização, como a campanha do litro, que consistia na busca de doações de garrafas para a construção da casa do estudante carente³², inaugurada em 1956.

Em 1959, a juventude comunista do Crato fundou a Frente Estudantil Nacionalista - FEN, em contraposição à União dos Estudantes do Crato - UEC, que estava submissa às escolas da Diocese do Crato, o Diocesano e o Santa Tereza, onde estudavam

31 Entrevista realizada pelo autor com o líder estudantil e dirigente do PCB em Crato, José de Brito Filho, realizada em março de 2018, na cidade do Crato.

32 A Casa do Estudante do Crato, patrimônio da União dos Estudantes do Crato - UEC, era situada na Rua Carolino Sucupira, atrás da Universidade Regional do Cariri, o prédio foi demolido, no seu terreno hoje abriga um prédio de saúde de uma ordem da Igreja Católica e um estacionamento. Em um episódio não bem explicado, o último presidente da UEC, em 2008, teria vendido o terreno a um empresário local, dias depois é assassinado e seu corpo encontrado na Serra do Araripe. O empresário se apossou do terreno sob o silêncio das autoridades locais.

os filhos das elites. A FEN levantou a bandeira de construção de uma escola pública, em nível secundário, para o município do Crato, uma vez que as duas existentes no município eram da Igreja católica e pagas, o que dificultava, no tocante aos filhos dos trabalhadores, a continuidade de seus estudos.

Em seu depoimento, o presidente da FEN, Elói Teles, traz-nos que, assim como a Campanha do Litro realizada pela UEC, foi grande a mobilização para a construção do Colégio Estadual. “Ficamos sabendo que o Vice-governador Wilson Gonçalves estava no Crato, aí organizamos uma passeata até a casa dele, onde entregamos um abaixo-assinado pedindo a construção do Colégio Estadual” (depoimento ao autor). Mais de 1000 pessoas participaram da passeata. Essa resultou na formação da primeira escola pública em nível médio na região, o Colégio Estadual Wilson Gonçalves. Para José de Brito, a ideia da organização da passeata ocorreu na mesa de reunião da Frente Estudantil Nacionalista.

Para o historiador Fábio Queiroz, ao lado da FEN, diversas instituições estiveram na linha de frente desse movimento, mas nenhuma delas, provavelmente, teria a força específica necessária para mover a juventude que ganhou na defesa da sua reivindicação. Desse modo, os comunistas cumpriram uma tarefa fundamental em uma conquista que moveu setores expressivos da população cratense (QUEIROZ, 2010).

A Frente Estudantil Nacionalista exerceu considerável influência política na cidade do Crato. Organizava passeatas, editava o jornal *O Nacionalista*, disputava com a Igreja a direção da UEC, e teve ao longo da sua existência, de 1959 a 1964, três presidentes: José de Brito Filho, Francisco Veloso de Alencar e Elói Teles de Moraes. Também participavam da FEN: José de Figueiredo Filho, Gilberto Pinheiro, José Pinto Teixeira Mendes, Audísio Teles Pinheiro, José Cléber Callou, João Mouzinho de Queiroz, Pedro Rocha Jucá, Valdir Oliveira, José de Paula Bantim, Francisco Pedro de Oliveira, Geraldo Alves Formiga, Wellington Alves de Sousa e José Valdesley Alves. Analisando esse

período, o líder comunista na cidade do Crato, Zé de Brito, oferece o seguinte depoimento:

De 1955 a 1964 foram nove anos de intensa agitação no meio estudantil, com pichamentos, discursos, passeatas, boletins, publicação de jornais e utilização das amplificadoras cratense e Cariri divulgando as principais reivindicações dos estudantes (*apud* TEMÓTEO, 2013, p. 146).

O PCB em Crato tinha ligação com seu núcleo dirigente na capital do Estado, cujos dirigentes partidários se deslocavam até a cidade para fazer reuniões. Outra campanha importante contou com a participação dos comunistas cratenses, a da eletrificação e da criação do estado do Cariri. Os comunistas também participavam da União dos Trabalhadores do Cariri, hegemônica pelos trabalhistas, e do dia a dia das associações e sindicatos. No caso dos sindicatos rurais, os comunistas, impedidos de aí atuar, criaram a sua própria estrutura organizativa, formando associações de agricultores, cumprindo papel decisivo, nessa tarefa, o militante comunista José Leandro, preso na sequência dos acontecimentos de abril de 1964 (QUEIROZ, 2010). Elói Teles permaneceu preso em Crato de 15 de abril a 8 de junho de 1964; os militares queriam o livro de atas da Associação dos Agricultores (TEMÓTEO, 2013, p. 296).

Geraldo Formiga, secretário do PCB, destacou a participação ativa dos estudantes na campanha pela eletrificação do Cariri: “o movimento foi organizado por várias entidades, mas coube aos estudantes a realização do movimento; fazíamos fogueiras na praça Siqueira Campos como forma de protesto” (FORMIGA, 2018).

Nas eleições de 1962, os comunistas, impedidos de participar diretamente das eleições, atuavam de forma semiclandestina, pois em 07 de maio 1947 o registro do partido havia sido cassado e todos os seus parlamentares perderam o mandato. Em Crato, segundo Geraldo Formiga, faziam parte do agrupamento comunista, José de Brito Filho, ele, Rui de Brito, Ivan de Brito, Jaime Carimbé, Elói Teles entre outros. Em reunião anterior à eleição de 1962, deram a incumbência ao secretário do partido

da entrega de um documento em que os comunistas solicitavam ao candidato do PSD, Pedro Felício, que, caso fosse eleito prefeito, construísse chafarizes e lavanderias públicas, porque era uma dificuldade para as mulheres que iam ao pé da serra lavar roupas. O prefeito eleito cumpriu o compromisso assumido com os comunistas. Nessas eleições, disputou pela UDN o odontólogo Derval Peixoto, representante das tradicionais famílias do Crato - “Nós não podemos nem tomar chegada porque ele de tão reacionário, nem recebia a gente” (informação verbal)³³. O candidato vitorioso foi o professor Pedro Felício, na coligação que envolvia os partidos PSD, PTB, PTN, MTR. Em seus depoimentos, tanto José de Brito como Geraldo Formiga ressaltaram que a postura do prefeito Pedro Felício com a instalação do regime militar não foi de perseguição, ao contrário, quando houve as prisões em 1964, os presos receberam a sua visita e sua solidariedade. Na visita de Castelo Branco ao Crato, em 1964, Temóteo (2013) assinala que o discurso de saudação do prefeito Pedro Felício foi de cautela e constrangimento; dois meses antes, no final de expediente no seu local de trabalho, recebera a visita de um oficial militar a exigir-lhe sua declaração se era a favor ou contra o novo regime. A declaração contrária significaria a perda do mandato eleito de forma democrática. O discurso de saudação do dia do bicentenário da cidade foi lacônico e demonstrou certo constrangimento, com poucas louvações de apenas quatro parágrafos nos quais saudava o novo mandatário, não como presidente, mas como “Sr. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco” (TEMÓTEO, 2013, p. 78-79).

Como forma de se contrapor ao jornal *A Ação*, editado pela Igreja católica, nos anos 1960 foram editados no Crato os jornais alternativos, como *O Ideal*, *O Nacionalista*, *O Jornal Bancário e O Debate*, cujos editores foram José de Brito Filho, Wellington Alves de Sousa, José Valdesley Alves e Valderiz Brasileiro. Essas publicações transmitiam os valores ideológicos e culturais que estavam em efervescência no período. O jornal *O Nacionalista*

³³ Entrevista realizada pelo autor em março de 2018, na cidade do Crato, com o secretário do PCB anterior ao golpe de 1964, Geraldo Alves Formiga.

vinha sempre com a epígrafe: *A Petrobras é intocável*. Segundo Wellington Alves de Sousa, “nesse jornal a gente batia forte contra o capitalismo norte americano, que ainda hoje continua, talvez pior, destruindo democracias e mesmo hábitos milenares, o mundo inteiro sabe disso” (TEMÓTEO, 2013, p. 182). Já o Jornal editado pelo Sindicato dos Bancários apresentava os seguintes dizeres no rodapé: *Panela vazia é tambor da revolução; e, Um fuzil, dois fuzis, mil fuzis: é a revolução no Brasil* (VALDERIZ *apud* TEMÓTEO, 2013, p. 196).

Para Geraldo Formiga, na época, a cidade do Crato era muito conservadora, dominada pela monocultura. Quem mandava eram as grandes famílias proprietárias, mas esses movimentos, mesmo com poucos adeptos, incomodavam os poderosos.

Com a intervenção militar de 1964, essas organizações foram desmanteladas, as principais lideranças, sindicalistas, intelectuais e comunistas foram presas. Por outro lado, a forte propaganda anticomunista feita pela Igreja católica e pelos conservadores beirava o delírio. O monsenhor Montenegro pregava aos alunos do Colégio Diocesano que havia uma lista de pessoas a serem assassinadas pelos comunistas, caso esses chegassem ao poder e que seu nome constava nesta relação; em Juazeiro do Norte, o padre Murilo de Sá Barreto dizia que os comunistas prometeram fazê-lo dançar o xaxado com Amália Xavier, em cima do rosário, o que representava uma profanação ao povo católico e devoto de Juazeiro. Nesse quadro de boataria e disseminação do medo, essas e outras ações levaram o amplo apoio da sociedade caririense ao golpe militar.

Mas, mesmo assim, vozes dissonantes levantaram-se contra o poder do arbítrio. José de Brito Filho, dirigente comunista em Crato e bancário, foi à Goiás na busca de integrar-se ao movimento de resistência dirigido pelo governador do Estado, voltou frustrado, pois, no resto do País, nos primeiros dias após a intervenção, a esquerda não teve uma resistência articulada. Rui de Brito, irmão de Zé de Brito, saiu do Crato em direção ao Recife para se incorporar às Ligas Camponesas, com o intuito de trazer

o movimento para o Cariri. Fica hospedado na casa de Francisco Julião, mas retorna ao Crato, sendo sumariamente demitido do Banco do Brasil, enquanto outros sindicalistas foram presos e transferidos para outras agências. Ozéas Duarte, que estudou no colégio Diocesano em Crato no final dos anos de 1950 e no início dos anos de 1960, mudou-se para Fortaleza, sendo um dos dirigentes estaduais do PCB e depois um dos organizadores do PCdoB no Ceará, afirmou: “estávamos despreparados para a resistência. Em uma semana todas as lideranças antigolpistas do Ceará já estavam encarceradas. Fui preso no dia 7 de abril de 1964” (informação verbal)³⁴.

No Cariri, o alvo das primeiras prisões realizadas, em abril, foram os membros do PCB e sindicalistas. Zé de Brito aponta o monsenhor Montenegro como um dos principais delatores. Para Juazeiro do Norte foram levados os presos políticos das outras cidades, Crato e Barbalha. Os considerados mais “perigosos” foram transferidos para Fortaleza. Geraldo Formiga conta-nos que na prisão em Juazeiro do Norte se aproximou de um senhor de cerca de 70 anos e perguntou qual o motivo de sua prisão: “Em 1938, numa quermesse, em Juazeiro do Norte, um cidadão lá arrematou uma galinha e ofereceu ao general Juarez Távora. E eu para não ficar de baixo arremetei outra e ofereci a Luís Carlos Prestes. Por isso é que estou preso”. Isso demonstra que não foram apenas os dirigentes do Partido Comunista e dos sindicatos que foram detidos. Apesar de esses serem os alvos principais, muitas pessoas foram detidas para prestarem depoimentos pelo simples fato de serem simpatizantes das ideias da esquerda. De Juazeiro do Norte foram presos Dário Maia Coimbra, Walter Barbosa e João Mariano, os dois primeiros apenas simpatizantes, não eram orgânicos no partido.

Para Elói Teles, mesmo com a repressão e a severa vigilância à qual estavam submetidos com a instalação da ditadura e um Estado policialesco, ocorreram ações de grande ousadia para época. Na primeira visita de Castelo Branco ao Crato, foi forma-

34 Depoimento de Ozéas Duarte (FUNDAÇÃO MAURICIO GRABOIS, 2013, p. 321).

do um grupo de pichadores, que, ao longo do trajeto de passagem do general, pichou palavras de ordem contra a ditadura. Elói lembra os versos que compôs na sua segunda prisão, quando, em novembro de 1964, foi levado com outros nove presos políticos (figura a seguir) do Crato para o 10º GO (Grupo de Obuses), na qual dividia uma cela com Barros Pinho, em Fortaleza escreve: “cadeias, prende meu corpo revoltado, mas não prende o meu pensamento que estais solto” (depoimento ao autor). No documento abaixo, contém os autógrafos dos presos políticos conduzidos da cidade do Crato para Fortaleza.

Figura - Relação dos presos políticos feitos pelo DOPS na cidade do Crato, 1964.

6980 - *Francisco de Assis de Sá*
 6981 - *Ricardo de Sá*
 6982 - *Francisco de Sá*
 6983 - *Leônidas de Sá*
 6984 - *João de Sá*
 6985 - *Francisco de Sá*
 6986 - *João de Sá*
 6987 - *João de Sá*
 6988 - *Emanuel de Sá*
 6989 - *Wellington de Sá*

Autógrafo do Sr. "Pierro Político"
 recebido em Crato Ce e chegou
 à Fortaleza - Ce no dia 15-11-64 às
 11 horas e fichado no DOPS
 (DOPS) no dia 16-11-64 às 15 horas

10º GO - *[assinatura]*

Fonte: Arquivo Público do Ceará.

Estudantes e intelectuais na resistência ao golpe no Cariri

Segundo Emerson Monteiro, com as prisões e perseguições, o clima que se seguiu depois do golpe foi de apreensão, angústia e medo. O movimento que havia antes de 1964 foi completamente desarticulado, muitas pessoas foram embora e os funcionários mais atuantes do Banco do Brasil foram transferidos. Mesmo assim, lentamente, ocorreu a organização da resistência. Em 1966, Monteiro foi presidente do Grêmio Farias Brito, do Colégio Diocesano do Crato, junto com Pedro Antônio Lima Santos, José Gonçalves Esmeraldo, Humberto Tavares e Clenilson Macedo, editaram o jornal *Nossa Opinião*, que circulou apenas com duas edições com artigos veementes em defesa da democracia. “O Monsenhor Montenegro me chamou e disse que se fizesse mais um desses jornais, seria expulso da Escola” (MONTEIRO, 2018).

No mesmo ano, participou do Movimento Contra a Ditadura³⁵ (MCD). Tratava-se de um movimento organizado clandestinamente, tendo como núcleo a Faculdade de Filosofia do Crato e seus membros pertenciam a JUC e a AP. O movimento organizou-se em células, cada uma com cinco membros, apenas o coordenador sabia o nome dos membros como forma de manter a segurança. A maioria das reuniões era realizada em um fusca para traçar os planos de ação. Haroldo Lima, um dos coordenadores nacionais da AP, esclarece que, desde o primeiro momento, a AP organizou a resistência contra o golpe. O grupo de resistência no Cariri tinha contato com a organização nacional, o que fica claro no depoimento de Monteiro:

35 Segundo Haroldo Lima, em 1965, a AP aprovou em reunião nacional com a presença de Betinho e Aldo Arantes uma resolução política abertamente a favor do socialismo e pela derrubada revolucionária do governo militar. Em 1966, a AP criou o MCD – Movimento Contra a Ditadura e lançou a palavra de ordem “Vote nulo, abaixo a ditadura!” (Entrevista realizada pelo autor com Haroldo Lima, um dos fundadores da AP, em 16 de junho de 2009 na cidade do Crato).

Me lembro de um encontro que tivemos com o presidente do diretório da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Ele usava um nome fictício, e ele dando notícias que o Brasil estava se organizando e que aqui precisávamos preservar nossa integridade, que nós não estávamos sós. Depois recebemos a visita do presidente do diretório da Universidade Federal do Paraná. Ele foi preso em Juazeiro, e fomos orientados a passar 15 dias ausentes de qualquer circulação para evitar prisões (informação verbal)³⁶.

O Presidente do diretório da Faculdade de Medicina ao qual se refere tratava-se de José Luiz Guedes, presidente da UNE de 1966 a 1967, depois do AI-5, volta ao Cariri para fazer o trabalho como militante da AP na clandestinidade. Uma das estratégias utilizadas pelo MCD de enfrentamento contra a ditadura foram as denúncias através das pichações. Em 1966, foi preso em Recife o líder estudantil Aécio Gomes de Matos, natural do Crato, presidente do diretório da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Recife e destacada liderança do movimento estudantil pernambucano. Como forma de dar apoio e denunciar sua prisão, foi organizada uma pichação pela madrugada com os dizeres “Liberdade para Aécio”. “Na época trabalhava no Jornal *A Ação*³⁷ e estampamos na primeira página ‘Liberdade para Aécio’” (idem).

Outra pichação que recebeu grande divulgação foi na abertura da Exposição de 1967, onde se pichou “Povo Armado Derriba a Ditadura”. Tal façanha resultou na prisão de Luiz Romão,

36 Entrevista realizada em março de 2018, na cidade do Crato, com Emerson Monteiro Lacerda, que foi presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Diocesano do Crato e participou do Movimento contra a Ditadura na cidade do Crato.

37 Emerson Monteiro fez parte do jornal “A Ação”, pertencente à Diocese do Crato de 1966 a 1967. A equipe do jornal era composta por Vicelmo, Pedro Antônio Lima Santos, Armando Lopes Rafael, Orlando Moura e Huberto Esmeraldo Cabral; o diretor do jornal era o Padre José Honor de Brito. Emerson Monteiro com apenas 17 anos, em sua coluna retratava as angústias de sua época, lembra-se que em um determinado momento houve uma greve do jornal por conta da censura de alguns artigos. A coluna escrita por Armando Lopes Rafael reproduzia a concepção ideológica da TFP, Tradição, Família e Propriedade, grupo que o conhecido defensor da monarquia simpatizava.

que já havia sido preso em 1964. A pichação foi feita pelos jovens José Vicente e Paulo César Frota que não faziam parte de nenhuma organização. Mesmo assim, essa ação demonstrou o crescente descontentamento das classes médias com a continuidade da ditadura.

O ano de 1966 marcou o início da retomada do movimento estudantil no Estado do Ceará, no qual três forças políticas dirigiam as entidades estudantis, o PCdoB, a AP e os trotskistas (PORT). Com a abertura do diretório central dos estudantes da Universidade Federal do Ceará, o PCdoB elegeu os presidentes da entidade em duas gestões: João de Paula Monteiro (1967/1968) e José Genoíno Neto (1968/1969). Foram anos de intensa efervescência, com greves, passeatas e conflitos com a polícia (RAMALHO, 2002). No mesmo ano, ocorreu em Fortaleza o congresso do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará – CESC. Estavam representando o Crato, Emerson Monteiro pelo Colégio Diocesano, Aglézio de Brito, pela UEC e José Terto como presidente do Grêmio do Colégio Estadual. Nesse período alguns membros dos grupos de esquerda decidiram pela luta armada contra a ditadura (FARIAS, 2007).

O Grupo Universitário de Teatro e Arte - GRUTA, fundado por Cláudio Roberto Pereira de Abreu, era o braço cultural do DCE da Universidade do Ceará, hoje UFC, e montou várias peças de teatro e atividades culturais, realizando caravanas de estudantes pelo interior do Estado. Em 1966, a apresentação foi feita no Crato, mas proibida em Barbalha, dado ao forte conservadorismo dominante naquela urbe. Emerson Monteiro relata que o Palácio do Comércio ficou lotado nas duas noites de apresentações; mais de 150 pessoas vieram de trem de Fortaleza ao Crato; foram apresentadas as peças *Liberdade, Liberdade*, de Flávio Rangel e Millôr Fernandes, *Gruta Canta Brasil e Gruta Canta Zumbi*. Essas manifestações cumpriram um papel mobilizatório de, por meio da arte, manifestar o sentimento contrário à ditadura.

Marcos Cunha, coordenador do grêmio do Colégio Diocesano nos anos de 1967 e 1968, teve dois irmãos expulsos da escola pela produção dos jornais *Visão Jovem* e *O Realista*, os quais continham uma descrição da obra *O Cavaleiro da Esperança* de Jorge Amado, que retrata a biografia de Luís Carlos Prestes e resultou na detenção por um dia e que fosse dada explicação ao tenente Ariovaldo Carvalho, responsável pela repressão e a vigilância ideológica. Em 1968, após a morte do estudante Edson Luiz, no Rio de Janeiro, com os grandes protestos subsequentes contra a ditadura, como a passeata dos 100 mil no Rio, 50 mil em Recife e 20 mil em Fortaleza, ocorreu um grande encontro das lideranças estudantis da região, realizado no seminário Sagra-da Família, pertencente aos padres alemães. Segundo Emerson Monteiro, o clima era de apreensão e cautela, as manifestações pelo Brasil afora tinham sido reprimidas e o evento teve dois objetivos: o primeiro era tirar os delegados para o congresso da UNE, que foi realizado clandestinamente em outubro de 1968, em um sítio em Ibiúna-SP; o segundo, fazer a passeata contra a ditadura responsável pela morte do estudante Edson Luiz. Em seu depoimento, Marcos Cunha esclareceu que a UEC participou do encontro, o seu presidente era Almir Pinheiro Pimentel, mas a organização veio da UNE de Fortaleza. Terminado o encontro, os estudantes desceram em passeata pela rua Dr. João Pessoa, passando pela Praça Siqueira Campos, indo à Praça da Sé. Entre os muitos estudantes presentes estavam Rosemberg Cariry, Almir Pimentel, Emerson Monteiro, Audir de Araújo Paiva, Paulo de Tasso Teixeira Mendes, José Terto (*apud* TEMÓTEO, 2013).

Entre 1966 a 1968, circulou no Cariri, o jornal *Tribuna de Juazeiro*, criado por Aldemir Sobreira, sua esposa, a professora Maria dos Remédios e a intelectual Sílmia Sobreira. Segundo Queiroz (2010), “Sílmia é uma figura-síntese, síntese de uma resistência, em substância, levada a cabo, no vale do Cariri, por ativistas sociais e por uma intelectualidade de origem comum: a classe média”. Sílmia era professora de francês da Faculdade de Filosofia do Crato e também do Colégio Estadual Wilson Gonçal-

ves, com sólida e refinada formação intelectual, havia concluído o mestrado na França, onde morou por dois anos. Foi no colégio Imaculada Conceição, em Fortaleza, que se vinculou à Juventude Estudantil Católica - JEC, e em Recife à Juventude Universitária Católica - JUC. Foi a participação nessas organizações que despertou em Sílmi a o seu senso crítico e a preocupação com os problemas sociais. Ao retornar ao Cariri, logo após o golpe de 1964, passou a atuar como professora da Faculdade de Filosofia do Crato. Em seus artigos, no *Tribuna de Juazeiro*, está um dos maiores libelos escritos na região contra a ditadura. De forma sofisticada, nos textos dialogava com autores progressistas, falava dos problemas da região e de mundo:

"Ia escrevendo inspirada em ocorrências do momento, seja no Cariri ou mais longe. Nunca Aldemir deixou de publicar o que eu escrevesse nem me fez recomendação que me limitasse. Na verdade, fui ficando mais prudente, por exemplo, em vez de afirmar, fazia perguntas (informação verbal)"³⁸.

Como penas lançadas ao vento, os artigos escritos por Sílmi a serviram como estímulo e combustível para alimentar as vozes resistentes ao poder do arbítrio. Um dos artigos foi reproduzido e distribuído como panfletos por estudantes. O artigo abaixo demonstra a forma e o conteúdo como a intelectual se comunicava.

Como criticar a ordem social presente, nossa inserção em um mundo capitalista de escaladas, como criticar o fato de ajudarmos às nações ricas a ficarem mais ricas à custa da nossa pobreza crescente, nossa inconsciência e nosso sono que, desde o século passado, nos colocam às margens das reformas que nunca houve nem com a independência, nem com a República, nem em 1930, nem em 1964? Quem dirá que nunca houve revolução por-

38 Entrevista enviada por Sílmi a Sobreira ao Fábio José C. de Queiroz, professor da URCA, no dia 8 de setembro de 2009. Consta de perguntas sobre o cenário cultural e político do Cariri nos anos 1960-70.

que nunca houve reforma de estrutura e que mudança de cúpula sem participação popular não é revolução? Quem dirá sem risco que capitalismo não é sinônimo de democracia e pode ser até mesmo seu contrário? Quem denunciará a utilização desonesta dos sentimentos religiosos do povo que, dopado com o ópio de uma falsa religião, passa a defender o que pode ser tudo menos um valor cristão? Quem dirá que “a marcha da família com deus pela família e pela liberdade” foi organizada por uma empresa publicitária (TRIBUNA DE JUAZEIRO, 1967, p. 2).

Nas próprias páginas do jornal *Tribuna de Juazeiro* é abordado o clima de ameaça pelo Estado policialesco na pacata e conservadora Juazeiro do Norte dos anos 60:

Não sei se essas pessoas que acabo de citar vivem assediadas de amigos imprevistos que, com ares de mistério, voz abafada e olhos inquietos lhes dizem, como se estivessem interpretando o papel de 007: cuidado que vocês estão sendo vigiados pelo SNI. Ora, meu deus do Céu, cuidado com o SNI, por quê?

Parece que a TRIBUNA DE JUAZEIRO está ficando cada vez mais importante, pois pelo que nos dizem esses amigos tão preocupados com a sorte do nosso jornal, toda a máquina de defesa nacional, a 10ª Região Militar, o Exército, a Polícia vive agora em função da TRIBUNA DE JUAZEIRO e de seus “perigosos” redatores (Idem.).

O aumento da repressão, o fechamento do jornal, em 1968, o contato de Sílmia com os membros da AP, não a levaram para a clandestinidade. Decidiu fazer a crítica ao regime nos marcos da institucionalidade. Nos anos 70, foi candidata a vereadora pelo MDB em Juazeiro do Norte, não sendo eleita: “os quase 200 votos que tive foram de colegas professores e estudantes”. Em 1974, foi sequestrada e presa junto com Eudoro Santana, levados ao Recife, foram vítimas de tortura. Segundo Spinelli, a tortura “[...] suit un rite bureaucratique, ordonné, systématique. Elle

n'a jamais été hors de contrôle des responsables politiques. La torture était une politique d'État et se cachait derrière la figure kafkaïenne du 'système'" (SPINELLI, 2016, p. 73)³⁹.

Na cidade do Crato, a crítica mais dura ao regime era feita através de crônicas lidas por Josio Alencar Araripe. Advogado e comerciante, durante anos escreveu “ palavra sem medo “, no noticiário da Rádio Educadora. Foi o primeiro presidente do MDB no Crato. Nutria simpatia aos ideais comunistas.

O engenheiro Eudoro Santana nasceu na cidade de Quixeramobim e foi líder estudantil da Juventude Universitária Católica - JUC, no início dos anos 60. Como ativista estudantil, participou da direção do Centro Acadêmico do curso de Engenharia Civil da UFC. Foi vice-presidente da União Estadual dos Estudantes, presidente do Diretório Central dos Estudantes, e foi o primeiro estudante da UFC a participar do Conselho Universitário, além de ter representado várias vezes o Ceará junto a União Nacional Dos Estudantes - UNE. Em 1964, já como engenheiro concursado da Petrobras, morando em Salvador, foi demitido e teve seus direitos políticos cassados. Em seu depoimento, Eudoro lembra que quem contribuiu para a sua libertação da primeira prisão foi o governador do Estado Virgílio Távora. Em seguida, recebeu a proposta de fazer parte do Projeto Asimow, um projeto da UFC, em parceria com a Universidade da Califórnia, com o objetivo de estruturar empresas no Brasil. Passou a morar no Cariri, primeiro no Crato, depois Juazeiro e Barbalha. Era engenheiro, responsável pela empresa de cerâmica CECASA, em Barbalha, e a da LUNA S.A., em Juazeiro. O então estudante Mariano Freitas lembra-se do seu casamento com Ermengarda Sobreira, realizado na igreja em Fortaleza, ao qual muitos militantes da AP se fizeram presentes. Para Mariano, era comum o casamento entre os militantes das organizações revolucionárias. A casa de Eudoro Santana, em Crato, situada um pouco acima do Crato Tênis

39 [...] “segue um rito burocrático, ordenado, sistemático. Não se tratou de algo que tenha saído fora do controle dos responsáveis políticos. A tortura era uma política de Estado e se escondia por trás da figura kafkiana do « sistema »”.

Clube, era local de encontro dos que faziam parte do Movimento Contra a Ditadura, assegura Emerson Monteiro. Já como diretor de muitas empresas na Região, Eudoro mantinha contato direto com os dirigentes da AP: “meu contato não era com os membros da estadual, mas diretamente com os membros da nacional” (informação verbal)⁴⁰.

Ao reviver a memória sobre o período da ditadura, Ermengarda Sobreira chama atenção para importância da preservação da memória, para ela tão importante como o voto, e destaca a fala da socióloga Martine Kunz, viúva do Cláudio Pereira, fundador do GRUTA:

Sei que recontar uma história é importantíssimo para combater a cultura do esquecimento. É notável a capacidade humana para esquecer! Tentei buscar marcas da memória: de gestos, de vozes, de imagens, tal a minha vontade de contribuir. Quem sabe, a confluência de memórias, de lembranças, às vezes conflitantes com outras, tornarão a minha memória, exclusiva e falha, revigorada pela memória de muitos na elaboração de uma obra coletiva? E assim se faça a justiça histórica dos fatos? A memória deveria ser obrigatória tanto quanto o voto. Ela não é só consolo e reflexão de cada um de nós, ela é resistência de todos, arma de defesa do povo e participação cidadã (MARTINE KUNZ apud SOBREIRA, 2017).

Na sua fala, mostra-se uma mulher politizada e engajada nas lutas sociais do seu tempo. Para Marcos Cunha, Ermengarda era presença constante nas reuniões dos movimentos da época e cumpriu um papel destacado na organização contra a ditadura. Como mãe e esposa, sofreu a violência da repressão ao ver o seu marido arrancado do lar, com filhos crianças e levado para os cárceres dos presos políticos. Após a prisão do esposo, passaram

40 Entrevista realizada pelo autor com Eudoro Walter de Santana, militante da AP, preso político em 1964. Fortaleza, maio de 2017.

a ser taxados de subversivos pelos setores conservadores da região. Nos depoimentos de Eudoro e Emengarda, um tema fica evidente na fala de uma mulher, pessoa engajada na luta política: o forte conservadorismo da cúpula do clero regional.

"Por causa da nossa formação religiosa - primeiro na direção da JUC – Juventude Universitária Católica e depois na Ação Popular - AP-, tínhamos um bom relacionamento com setores progressistas da Igreja. Vivíamos um cenário local de injustiças, repressão, falta de liberdades. A cúpula eclesiástica do Cariri defendia os “ideais revolucionários” dos militares no poder, mantendo-se numa posição retrógrada e até abrigando delatores. Conseguimos organizar um núcleo de alguns poucos padres, um punhado de jovens leigos, grupos de pastoral, que teimava em resistir aos desmandos do governo e à hipocrisia da Igreja, escorando-nos em Paulo Freire, Eduardo Galeano, D. Hélder Câmara, Gutierrez, Teillard de Chardin, Camilo Torres e, principalmente, numa leitura popular dos Evangelhos. Alimentava-nos a poesia de Tiago de Melo, as Utopias do Zé Vicente, as epístolas de Tiago apóstolo, os chamamentos de Vandrê, de Victor Jara...."⁴¹

Após o endurecimento do regime, com a edição do A-I5 em dezembro de 1968, considerado o golpe dentro do golpe (SIRKIS, 1980), o autoritarismo e a repressão generalizaram-se contra todas as manifestações contrárias ao regime. Foi o auge do terror. O estado brasileiro montou um “sofisticado” sistema de repressão que resultou em prisões, torturas e assassinatos. As organizações que vinham resistindo ao golpe – especialmente nas grandes cidades, palco das grandes lutas – como a UNE, e os vários grupos de esquerda, como o PCB, PCdoB e AP, passaram a ser literalmente cassados pela ditadura. Muitos militantes, artistas, intelectuais e líderes políticos foram exilados; outros grupos decidiram ficar e enfrentar a ditadura mediante várias estraté-

⁴¹ Depoimento de Ermengarda Sobreira enviado por e-mail ao autor. Em 02/11/2017

gias, seja a guerrilha urbana e rural ou a participação “institucional permitida”, participando das eleições no MDB.

Como consequência direta do AI-5, foi cassado o deputado federal eleito com os votos do Cariri, o Padre Antônio Vieira, conhecido como o defensor do jumento. Na realização dos comícios no período eleitoral, chegava montado em um jumento. Intellectual e grande orador, denunciava a indústria da seca, o clientelismo e apropriação dos recursos destinados a combater o flagelo pelas elites locais.

O papel desempenhado pelo casal Eudoro e Ermengarda, após o AI-5, foi de localização dos militantes que estavam na clandestinidade, com indicação de trabalho, moradia, estudo para os filhos, e montagem de uma rota de fuga para os que estavam sendo perseguidos. Na França, a irmã de Miguel Arraes, Violeta Arraes, dava abrigo aos que foram ao exílio. A casa da mãe de Miguel Arraes, governador cassado, de Pernambuco, em Crato, era constantemente vigiada por agentes do exército. No Cariri, o principal papel de apoio aos militantes que procuraram refúgio, coube a Ermengarda Sobreira e Eudoro Santana. O que ficou claro na fala de Sobreira, “Antes de 68, fundamos a JUC na Faculdade de Filosofia do Crato. Depois, criamos uma loja de artesanato no Juazeiro, para servir de apoio aos clandestinos que por lá passavam. Era a Biboka, administrada por 5 amigos.”

Com o fim das grandes mobilizações de massa, especialmente a estudantil, as organizações de esquerda perderam uma das principais fontes da qual retiravam seus quadros, muitos militantes eram recrutados pelos grupos de esquerdas nas passeatas (RIDENTI, 2010). O AI-5 fechou o cerco contra essas organizações que, empurradas para a clandestinidade, afastadas da luta de massa, passaram a disputar entre si as formas de como seria a resistência, acerca das quais as concepções variavam de acordo com a linha ideológica de cada organização – se guerrilha urbana, guerrilha rural ou guerra popular prolongada. FARIAS (2007) realça que dois grupos se destacaram na ação armada no

Ceará durante a ditadura: a Ação Libertadora Nacional (ANL) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que recebeu a adesão do cratense José Roberto Castro de Pinho, o qual participou de muitas ações, passando nove anos na clandestinidade. Houve ainda as ações da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) e da Frente de Libertação Nordeste (FLNE). O autor coloca como emblemática a atuação do Partido Comunista do Brasil, que instalou vários campos de treinamento guerrilheiros, visando apoiar a guerrilha do Araguaia.

De acordo com os depoimentos, não houve ações concretas da luta armada contra a ditadura no Cariri cearense. Geraldo Formiga afirma que um único treinamento militar que participou consistiu em, no topo da serra do Araripe, treinar tiros de forma muito precária – opinião também compartilhada pelo dirigente estadual do PCdoB, Oswald Barroso (informação verbal)⁴² – e cita um plano de assalto ao Banco do Brasil, revelado pelo funcionário da VARIG, de nome Patrício Medeiros. Formiga afirma que, mesmo sendo contra essa ação em prol da guerrilha, a qual não chegou a ser realizada, ela resultou em sua prisão por 45 dias em Fortaleza.

Eudoro Santana deixa clara a sua posição contra a estratégia da luta armada e, da mesma forma como Sílmia Sobreira, preferir atuar na institucionalidade, foi um dos organizadores do MDB no Ceará. Segundo Oswald Barroso, Eudoro permaneceu aliado aos grupos que lutavam contra a ditadura.

Poesia, teatro e música: a arte contra a ditadura militar no Cariri

Para Ridenti (2010), os artistas tiveram participação política ativa, principalmente nos movimentos sociais de 1968, em

42 Entrevista realizada pelo autor em março de 2018, em Juazeiro do Norte-Ce., com Oswald Barroso, teatrólogo, líder estudantil nos anos 60, dirigente regional do PCdoB nos anos 70, preso político.

São Paulo e Rio de Janeiro. “Os teatros sempre se abriram para militantes dos movimentos de oposição ao regime convocarem a plateia para participar de manifestações públicas contra a ordem vigente” (p. 72). As artes não poderiam deixar de expressar a diversidade e as contradições da sociedade brasileira da época, incluindo, por exemplo, a reação e o sentimento social ante o golpe de 1964 (p. 73).

De acordo com Queiroz (2010), no Cariri cearense, dada a fragilidade orgânica dos nacionalistas e dos comunistas na região, a resistência à ditadura deu-se pelos setores das classes médias urbanas assalariadas. Os canais de expressão política e os sinais de resistência e resignação aparecem na poesia, nas páginas de jornais, no teatro, na letra das músicas, nos festivais. O golpe militar de 1964 fez da resistência cultural um polo de aglutinação e agitação dos opositores ao regime. A função contestadora da arte foi cumprida por uma camada significativa de artistas e intelectuais caririenses contra a ordem burguesa.

Dado o objeto desta pesquisa e sua delimitação temporal, não cabe aqui uma análise das amplas e variadas formas de expressão da arte local. Mas procuraremos apenas evidenciar e esclarecer os principais momentos da relação entre a resistência cultural e o autoritarismo.

A poesia

Na poesia popular, três nomes se destacam: Patativa do Asaré, Zé de Brito Filho e Abraão Batista. Esses poetas populares utilizaram o verso publicado em forma de cordel para expressar o descontentamento com o regime autoritário, e defender a justiça social (QUEIROZ, 2010).

Em seu depoimento, Abraão Batista conta-nos que, por conta de sua poesia, o prefeito de Juazeiro, Humberto Bezerra, o demitiu do contrato de professor do município e ainda o delatou como comunista: “Fiquei super indignado com a atitude do

Humberto Bezerra. Nunca fui e não serei comunista, fui voluntariamente a Fortaleza me defender perante o comando militar” (Depoimento ao autor).

O exemplo mais emblemático e significativo na poesia popular de resistência e crítica ao autoritarismo encontra-se na figura de Patativa do Assaré. Segundo Gilmar de Carvalho – um dos principais pesquisadores da obra poeta, “Patativa esteve, em regra, ao lado dos comunistas, fossem os “oficiais”, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou de orientações distintas do “partidão”. Destaca a sua colaboração “nos jornais alternativos que vicejam depois do golpe de 1964”, sua colaboração nos jornais da UNE, com o pseudônimo de Alberto Mororó, assim como mais tarde no “palanque da anistia” e das “diretas já” (CARVALHO, 2000, p. 9).

Segundo Ermengarda Sobreira, “Patativa colaborou com o jornal da AP. Ditava as poesias que Eudoro anotava e enviava”. Desde o primeiro momento do golpe, o poeta do Assaré demonstra sua consciência social e um aguçado senso crítico. Perceptível no verso:

Com atenção eu apelo
Para o supremo juiz
Por causa de um só Castelo
Nunca mais castelos fiz.
Me prometeu um tesouro
Todo lindo, todo franco
E em vez de um castelo de ouro
Me deu um Castello Branco (*Apud* CARVALHO, 2008: 39).

Por conta do verso “Caboclo Roceiro”, publicado no jornal *Tribuna de Juazeiro*, em 1967, o poeta sofreu uma ameaça de prisão que graças à influência de familiares, não se concretizou (CARVALHO, 2008, p. 40). No poema, Patativa chama a aten-

ção que os infortúnios e a situação em que viviam os camponeses não eram causados pelos céus; o verso objetivava a conscientização dos trabalhadores.

Tu pensas, amigo, que a vida que levas,
De dores e trevas, debaixo da cruz
E as crises cortantes quais finas espadas,
São penas mandadas por Nosso Jesus.
Tu és, nesta vida, um fiel penitente,
Um pobre inocente no banco do réu.
Caboclo, não guardes contigo essa crença,
A tua sentença não parte do céu
(PATATIVA, 1989, p. 99, 100).

Rosemberg Cariry, cineasta e amigo de Patativa do Assaré, conta-nos que quando ia com o poeta para Fortaleza, chegou, inclusive, a ser vítima de preconceito:

Chegaram a tirar onda conosco chamando-nos de guia de cego. No início teve preconceito, e nos acusavam de querer levar o Patativa para a esquerda, mas era o contrário. O Patativa tinha uma forte consciência social, era muito politizado, era ele que nos influenciava. Ele era o nosso Garcia Lorca⁴³ (informação verbal)⁴⁴.

O teatro

Renato Dantas, ator e diretor de teatro em Juazeiro do Norte, tinha 15 anos quando eclodiu o golpe em 64, conta-nos que

43 Federico García Lorca (1898-1936) foi um poeta e dramaturgo. Considerado um dos grandes nomes da literatura espanhola, revolucionário e comunista, foi fuzilado na cidade de Granada, Espanha, no dia 18 de agosto de 1936, por ordem de oficiais da ditadura do general Francisco Franco.

44 Entrevista realizada com o ativista cultural Rosemberg Cariry, no dia 13 de setembro de 2017 na cidade de Barbalha.

o primeiro grupo de teatro formado no período da ditadura e que rompia com a tradição dos anteriores grupos que focava na temática religiosa, e tinha uma ação contestatária, foi o Grupo Desafio, formado por Maria dos Remédios, Aldemir Sobreira, Diana Moreira, Pedro Sérgio, Ricardo Monteiro, Valmir Paiva e Vera Lúcia Almeida. Em 68, por conta do teatro e da edição do jornal *Tribuna de Juazeiro*, Maria dos Remédios e Aldemir Sobreira foram “convidados” a se exilarem do Cariri.

Outro fato marcante, em 1968, foi a apresentação do teatro de José Celso Martinez em Crato, anfitriado pela AP, em 68, na sua passagem pelo Cariri foi apresentada a peça do Brecht, "Os pequenos burgueses". “Foi uma experiência e tanto! A peça foi encenada na quadra Bicentenário, de portões abertos.” (Ermenegarda Sobreira)

Aí entra o Desafio, em 67, 68, esse grupo que mudou as cabeças, eles trabalham “Um homem é um homem” do Brecht, bonito como um deus; começou a se ensaiar “Morte e Vida Severina”, mas as famílias não deixaram porque alguém foi dizer que os meninos eram comunistas, e desfez esse grupo justamente (*Apud* QUEIROZ, 2010, p. 217).

Para Renato Dantas, o Grupo Desafio e os artigos escritos por Sílvia Sobreira fizeram-no pensar diferente sobre a realidade da época. Quando estudante, em sua sala de aula no Colégio Salesiano, em Juazeiro do Norte, apenas um estudante era contrário à ditadura, que havia estudado em Recife e presenciado a forte repressão. Pouco a pouco, Renato Dantas foi adquirindo consciência e percebendo a situação do país: “Gostava de assistir os espetáculos do grupo Desafio, eles misturavam músicas de protestos e poesias que abordavam situações de desigualdades sociais”. Foi através da poesia, dos artigos da Sílvia, da música, que o ator e diretor juazeirense passou a ter consciência de que a sociedade é dividida em classes sociais, que existem os do-

minantes e os dominados, e que havia os explorados. “O texto da Sílvia, O Natal do Não, em 1968 foi o que despertou minha consciência para o que de fato existia no Brasil. Minha cabeça se abriu” (informação verbal)⁴⁵.

Em 1972, foi criado o Grupo Construção 10, uma homenagem à música de Chico Buarque. O grupo era formado por Renato Dantas, Gil Grangeiro, Lourdes Callou, Eduardo, Ricardo Brasileiro e Cícero. O Grupo Construção 10 durou até 1973, depois surgiu o Grupo Teatral Centelha (GTC), quase o mesmo elenco e cujas temáticas eram o regional e o social. Segundo Anchieta Carlos de Moraes:

Êxodo, de Renato Dantas, pode ser definida como o ápice do teatro juazeirense pela veracidade em mostrar os problemas sociais do nordestino como consequência da falta de chuvas. A estréia do referido trabalho em Juazeiro do Norte obteve sucesso absoluto, sendo também apresentado em Barbalha e Fortaleza. O Construção 10 ainda mostrou: “Tiradentes”, “Abolição da Escravidão” e a peça “Utopia” de Luís Carlos de Lima (Apud QUEIROZ, 2010, p. 221, 222).

Em sua análise sobre o teatro juazeirense na ditadura militar, Queiroz (2010) interpreta que, mesmo que a contestação ao regime não tenha ocorrido de forma explícita, temáticas que enfocavam a liberdade e a mudança social traziam à tona uma leitura crítica da realidade e, de alguma maneira, era uma forma de questionar o cotidiano do País ao jeito de resistência. Por outro lado, o historiador questiona como esses grupos de artistas, em Juazeiro, tinham uma postura crítica e de combate ao autoritarismo no plano nacional e um posicionamento de conciliação ao mandonismo local (p. 221).

45 Entrevista realizada pelo autor com o ator e diretor de teatro de Juazeiro do Norte, Renato Dantas, em 23 de maio de 2018, na cidade do Crato-Ce.

A Canção

Na década de 1970, na cidade do Crato, ocorreu uma maior efervescência cultural, com a realização de festivais de canção, edição de jornais alternativos, chamados geração mimeógrafos, mostra de artes, filmes, discos, apresentação de performances teatrais nos espaços públicos, praças, faculdades. Relembrando o período, Rosemberg Cariri destaca dois momentos: o primeiro com a formação do Grupo Por Exemplo, feito principalmente por estudantes universitários que tinham estudado fora da região, tiveram contato com os movimentos culturais que ocorriam no País e no retorno à região decidiram realizar ações artístico-culturais sintonizadas com o que estava acontecendo no mundo. “Nesse momento não havia um engajamento político e nem uma filiação partidária, um ou outro membro com as organizações de esquerda, Jéfferson Albuquerque Junior, por exemplo, estava no Chile”. O engajamento militante iria ocorrer só no segundo momento no período da luta pela anistia.

O Grupo de Artes Por Exemplo reunia jovens da pequena classe média urbana local e artistas populares em torno de diversas atividades artísticas e culturais. Publicava-se uma revista mimeografada chamada Por Exemplo. Rodavam-se os primeiros filmes Super-8, documentários e de ficção. Ocupávamos os espaços públicos, a Faculdade de Filosofia, a praça, com performances artísticas, shows musicais, encenações teatrais. Tínhamos um intercâmbio, ao mesmo tempo em que era promovido um substancioso intercâmbio entre a região do Cariri e capitais dos Estados Nordesteiros, notadamente com as cidades de Recife e Fortaleza. Esse grupo eclético, no qual me incluo, reunia nomes como Bile Soares, Hugo Lenard, Jackson Fantin, Walderedo Gonçalves, Múcio Duarte, Pedro Ernesto, José Roberto França, Abdoral Jamacaru, Emerson Monteiro, Jefferson de Albuquerque Jr., Luiz Carlos Salatiel, Pachelly Jamacaru, Vera Lúcia Maia, Luiz Karimai, Ivan Alencar, Cleivan Paiva,

Bá Freyre, Zé Nilton, José Wilton (Dedê), Stênio Diniz, José Bezerra (Deca), Valmir Paiva, Geraldo Urano, Socorro Sidrin e Célia Teles, entre outros. A principal marca do Grupo de Artes Por Exemplo era a diversidade das tendências, que se identificavam no objetivo de projetar a cultura do Cariri cearense para o País. Patativa do Assaré participava ativamente dos happenings, espetáculos e recitais do grupo (Entrevista de Rosemberg Cariry ao blog “Coletivo Camarada”, 26/01/2010).

O Grupo de Arte Por Exemplo realizou, a partir de 1974, O Salão de Outubro, que se firmou como um espaço privilegiado de reunião das vanguardas artísticas e das manifestações ditas populares. Congregando poetas, artistas plásticos, escritores, cantores, compositores e cineastas, tinha como objetivo promover mostras de trabalhos e espetáculos, bem como exercitar o intercâmbio com outros centros artísticos. Rosemberg Cariry esclarece que o ponto marcante dos salões de outubro foi a junção dos elementos da cultura e da tradição local com as vanguardas artísticas. Era a junção do “regional” com o “universal”; “vinha artistas de todo o nordeste e se apresentavam em pé de igualdade com os artistas do Cariri, fazíamos a ponte entre os artistas da contra-cultura com os artistas populares sem distinção, pra gente tudo era cultura” e “ainda tínhamos ligação com os artistas de São Paulo, Rio, Salvador, os grandes centros da cultura”. Ao artista popular Alexandre Lucas, Cariry avalia a atuação do grupo nesse período:

Havia uma forte influência da contracultura norte-americana, do rescaldo cultural da década de 60, do underground, dos movimentos de contestação, do teatro de Augusto Boal, do Grupo Oficina, do teatro do absurdo de Corpo Santo, das leituras dos movimentos de vanguarda pós-revolucionários soviéticos, da revista Rolling Stones, dos movimentos de contracultura norte-americanos e europeus - tudo isso junto com cégos cantadores, reisados de mestre Aldenir e do Mestre

Dedê de Luna, coco do Mestre Carnaúba, poemas de Patativa, Cine Clube da Fundação Padre Ibiapina e programas radiofônicos de Elói Teles. Patativa do Assaré, Cego Oliveira, Zé Gato, Banda de Pífanos dos Irmãos Aniceto, Azuleika, João de Cristo Rei, Mestre Tico, Correinha, Severino Batista do Berimbau de Lata, Mestre Nino, Zé Ferreira, Ciça do Barro Cru, Cícera Fonseca, Mestre Noza, Chico Mariano do Mamulengo, Mestre Bigode, Zé Oliveira, Pedro Bandeira, Cego Heleno e outros artistas populares tomavam parte ativamente dos eventos artísticos, sendo convidados para participações especiais em performances, happenings, recitais e shows. Junto com Deca e Geraldo Urano, fizemos peças de teatro experimentais, happenings, recitais, apresentações bem vanguardistas no Festival da Canção. Agitávamos o Cariri. Para o Salão de Outubro, de Fortaleza, chegavam nomes como Caio Silvio, Graccho Sílvio, Ana Maria Roland, Ferreirinha, Ângela Linhares, durante a realização do Salão. Na geléia geral brasileira, misturava-se tradição e vanguarda, regional e universal, popular e erudito, como é o caso da Escola de Música do Padre Ágio e a orquestra do Belmonte. O Em São Paulo, Hermano Penna já conquistara importantes prêmios com seus filmes, e Jefferson de Albuquerque Jr. se profissionalizara no cinema. Tiago Araripe compunha com Tom Zé, fazia parceria com os concretistas Irmãos Campos e participava de um grupo de pop-rock brasileiro chamado Papa Poluição, que tinha, em sua formação, músicos cearenses e baianos, todos radicados em São Paulo. Tiago Araripe ligou-se, posteriormente, com o pessoal da Lira Paulistana (idem).

Os festivais da canção realizados nos anos 70, na cidade do Crato, tiveram grande repercussão, influenciando toda uma geração. O primeiro foi realizado em 1971, O Festival da Canção do Cariri e surgiu de uma ideia de dois jovens compositores, participantes do Movimento de Juventude do Crato - MOJUCRA, Luiz Carlos Salatiel e Geraldo Lima Batista (TEMÓTEO, 2013, p. 115), inspirados pela onda de festivais de música que proliferava nos

principais centros do país e motivados pelos históricos festivais de música acontecidos no Rio de Janeiro e São Paulo, que lançaram vários dos principais nomes da Música Popular Brasileira (MPB) na segunda metade dos anos de 1960, como Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Edu Lobo.

Segundo Napolitano (2004), o auge dos festivais transmitidos pela TV foi entre os anos de 1965 a 1968, de certa forma uma oposição ao iê-iê-iê e à jovem guarda. Para o autor, o triunfo da MPB era, ao mesmo tempo, um triunfo político, termômetro da popularização de uma cultura de resistência ao regime militar (p. 205).

Conforme Dias (2010), apesar da ditadura ainda em vigor, “a juventude carirense buscava compatibilizar o prazer de viver com a necessidade de resistir ao ainda enrijecido *establishment* nacional”, usou outras armas e estratégias “que não fossem pinçadas de um manual de guerrilha”. A arte foi uma das alternativas encontradas pelos jovens do Grupo de Artes Por Exemplo. Seus membros, na sua maioria, eram oriundos do Movimento de Juventude do Crato (MOJUCRA), braço da Pastoral de Juventude da Diocese do Crato.

Nos festivais da canção do Crato, surgiram nomes de músicos e compositores que hoje são referências da arte como os irmãos Abdoral e Pachelly Jamacaru, Cleivan Paiva, Luiz Carlos Salatiel, José Flávio Vieira, Luís Fidélis, Stênio Diniz, Rosemberg Cariry, Jefferson Júnior, José Nilton de Figueiredo e Geraldo Urano. A buscar no baú da memória as lembranças dos festivais, assim Dias (2010) se expressa:

Por ser criança, durante as primeiras edições do Festival, minha visão de mundo era incrivelmente superdimensionada. Considerava o Crato uma cidade cosmopolita, o centro do mundo, por possuir emissoras de rádio, um arranha-céu, que era (e ainda é) a agência do Banco do Brasil, praças, sorveterias, clubes com piscina e um evento de música que atraía centenas de pes-

soas e hippies andrajosos que aqui chegavam também em busca da natureza privilegiada proporcionada pela Chapada do Araripe. Acompanhei as primeiras edições do Festival através das transmissões feitas pela Rádio Educadora do Cariri, direto da Quadra Bicentenário, onde se realizava o evento. Na verdade, eu acompanhava somente o início. Por ser tarde da noite eu geralmente era vencido pelo sono. Interessava-me, principalmente, a participação de Tobinha, um dos meus irmãos mais velhos, no Festival, como membro do grupo “Cia. Ilimitada”, que sempre se classificava para a noite final. Foi nessa época que ouvi pela primeira vez falar dos nomes de Abidoral Jamacaru e Luiz Carlos Salatiel, como também ouvi algumas músicas que foram de pronto incorporadas à minha memória, como Grito de uma Geração, do grupo Cactus, liderado por Salatiel e que venceu a primeira edição do Festival, em 1971; Margem virgem e Lá de dentro, ambas de Abidoral Jamacaru, Gitirana e Arapuá do mato, do Cia. Ilimitada; Praça da Sé, de Derval de Carvalho e Bandeira Branca, de José Nilton de Figueiredo. Na primeira vez que fui ver o Festival in loco, acho que em 1975, quando tinha nove anos, assisti à apresentação de uma canção de Geraldo Urano, defendida por Cleivan Paiva. Geraldo passou todo o tempo da apresentação sentado à beira do palco, lendo um gibi e bebendo uma Coca-Cola. No final, saiu dançando por toda a extensão da quadra, sob o frenético frevo tocado pela banda. Aquilo mexeu comigo (p. 134).

Ainda segundo Dias (2010), o Festival da Canção do Cariri marcou a memória da região e é tido como uma referência do que aconteceu de mais inovador na época, mesmo com o clima de repressão e de censura que pairava na época - algumas músicas chegaram a ser censuradas (TEMÓTEO, 2010). Os jovens compositores, músicos e intérpretes tinham no evento uma rara oportunidade de expressar seus pontos de vista e exercer os experimentos de liberdade de criação tão em voga naquele contexto histórico de rebeldia e de contestação (DIAS, 2010, p. 135).

O artista Abidoral Jamararu conta-nos que lentamente foi adquirindo uma consciência política: “Nós queríamos fazer uma revolução na forma e no conteúdo, nosso comportamento, a forma de nos vestirmos era uma maneira de se colocar contra a Igreja e o que estava posto”. O artista caririense, em vez do fuzil, usou o violão e sua arte, em sua fala demonstra o sentido da consciência da contestação da sua prática artística. Jamararu esclarece que não pertencia e nenhum grupo político: “Sempre tive ideias de esquerda, mas à esquerda era muito chata, só se preocupava com a política” (informação verbal)⁴⁶.

Marques (2014), que entrevistou dezenas de participantes dessa geração e conclui que “Definitivamente, a produção local estava atrelada, como demonstraram vários de meus entrevistados, a uma ‘vocalização cosmopolítica’ dessa geração e uma vontade de antenar-se com o que ‘acontecia no mundo’” (p. 48).

O segundo momento da ação dos artistas da região do Cariri na ditadura militar, pontuado por Rosemberg, surge no momento das greves operárias do ABC paulista e da luta pela redemocratização. Nesse período, destaca-se: a ida de 45 artistas da região que participaram da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, ocorrida em Fortaleza em 1979. A reunião, que teve como tema “Cante Lá Que eu Canto Cá”, em homenagem a Patativa do Assaré, representou o início do reconhecimento do poeta caririense, nacionalmente, o reconhecimento de uma fortuna crítica escrita aos moldes da cultura sertaneja; e a criação da revista *Nação Cariri*.

Se no primeiro momento, com a ação do Grupo Por Exemplo, tinha-se como objetivo divulgar a produção da região, com o movimento e a revista *Nação Cariri*, que, segundo Rosemberg, nasce sob o signo da resistência dos índios cariris, tinha-se como objetivo reunir as pessoas da região que estavam espalhados pelo Brasil e lutar pela redemocratização. Nessa fase, observa-se

46 Entrevista realizada pelo autor com o artista Abidoral Jamararu, em março de 2018 na cidade do Crato.

o claro engajamento político do produtor cultural que adere ao PCdoB: “Além da publicação e divulgação da cultura popular do Cariri, ligávamos aos movimentos artísticos literários que estavam acontecendo na América Latina e na África, traduzíamos e publicávamos obras da vanguarda, dos poetas da Nicarágua no período da resistência e das lutas nacionalistas e libertárias da África”. Também contribuíram com o *Nação Cariri* os artistas de Fortaleza, Oswald Barroso, Rogaciano Leite e Floriano Martins. Nesse período, Rosemberg Cariry começa a participar dos primeiros festivais internacionais de cinema. Para ele, o cinema cearense começa a ter outra projeção.

Os grupos com ação clandestina no Cariri

Promulgado por Artur Costa e Silva, o Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, marcou a fase mais cruel e sanguinária da ditadura civil militar. Dentre as determinações concedidas ao Presidente da República: o poder de suspensão dos direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro, o poder de cassação dos mandatos de deputados federais, estaduais e de vereadores, bem como colocar em recesso, por tempo indeterminado, as Câmaras dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, direcionando para o executivo federal (militares) as atribuições e funções dos poderes legislativos durante o período de recesso; determinava a censura aos meios de comunicação de massa, jornais, revistas, livros, a produção cultural e artística, peças de teatro e músicas, além da proibição de qualquer manifestação popular de caráter político. Com isso, intensificaram-se as ações de um terrorismo de Estado praticado pelo governo militar, com prisões arbitrárias, torturas, perseguições e morte. Auge do terror, o AI5 foi considerado o golpe dentro do golpe (SIRKIS, 1980).

Organizações como a UNE e os vários grupos de esquerda, como o PCB, PCdoB e AP, que vinham resistindo ao golpe - espe-

cialmente, nas grandes cidades, palco das grandes lutas - foram literalmente cassados pela ditadura. Muitos militantes, artistas, intelectuais e líderes políticos foram exilados; outros grupos decidiram ficar e enfrentar a ditadura, empurrados para a clandestinidade.

Carlos Augusto Diógenes Pinheiro, estudante de engenharia civil, líder estudantil, em 1968, e dirigente do PCdoB no Ceará, conta-nos que com o AI5, o DCE da UFC foi fechado, sua colação de grau marcada para o dia 14 de dezembro de 1968 foi suspensa e só pôde ter acesso ao seu certificado de conclusão do curso, depois da anistia em 1979. As principais lideranças do movimento estudantil foram perseguidas; ele, Genoíno, João de Paula e Pedro Albuquerque procuraram sair do Ceará. Patinhas, como é conhecido Carlos Augusto, viveu na clandestinidade até o final de 1979, trabalhou como camponês e topógrafo nos estados da Bahia e Rondônia e passava-se por sergipano: “o pessoal olhava para mim e dizia, você é cearense. Não tem pescoço”. Sobre essa experiência de clandestinidade, Carlos Augusto conta-nos:

Poxa, esse negócio era meio esquisito. Mas não no contexto político daquela época, de estudantes, de profissionais liberais que estavam sendo perseguidos e sabiam que, uma vez presos, seriam torturados ou até mortos. Então, como opção de vida, a pessoa tinha que ir para a clandestinidade, para o campo. Não passava pela cabeça do PCdoB naquela época que o regime militar ia cair através de uma transição no colégio eleitoral (FUNDAÇÃO MAURICIO GRABOIS, 2013, 79).

Se com o AI-5 as principais lideranças estudantis e da esquerda do Ceará saíram do Estado, a região do Cariri cearense, segundo os depoimentos coletados, foi o local de refúgio e atuação de dois grupos organizados nacionalmente, a Ação Popular – AP e o Partido Comunista do Brasil – PCdoB. De 1969 a 1974, militantes e dirigentes de outros estados foram “deslocados” para o trabalho no sul do Ceará.

Mesmo antes de 1968, no seio dos vários grupos da esquerda, era grande o debate teórico e ideológico de como seria a luta contra a ditadura e que tipo de socialismo deveria ser implantado no Brasil. Segundo Carlos Augusto, a direção nacional do PCdoB elaborou o documento *Guerra Popular: o caminho da luta armada no Brasil*. “José Genoíno andava com esse documento debaixo do braço” (FUNDAÇÃO MAURICIO GRABOIS, 2013, p. 75).

Uma turma da AP foi para Cuba fazer treinamento militar, mas não aderindo ao modelo cubano de revolução baseado no foquismo⁴⁷, passou a estabelecer relações com o Partido Comunista da China (PCCH). Vários dirigentes foram fazer curso nesse país e, sob a influência das ideias de Mao Tsé-Tung, aderiram ao modelo chinês de guerra popular prolongada. *O Documento Amarelo* – título dado em razão da cor da sua capa - elaborado por Aldo Arantes, apontou como se daria, no Brasil, a guerra popular prolongada. O texto continha as orientações de como deveria ser o partido de novo tipo, marxista, leninista e maoísta, bem como a forma de se implantar o trabalho de organização, nomeada de linha de massas, à integração na produção⁴⁸ como

47 Estratégia da luta guerrilheira baseada nas elaborações de Che Guevara e radicalizada por Régis Debray. Por esse esquema um grupo de homens e mulheres abnegados poderia iniciar a luta armada em regiões geograficamente favoráveis, e pelo exemplo impulsionar o desencadeamento de guerra popular. Tendia em subestimar o papel do partido e a necessidade de um trabalho preliminar entre as massas populares. No Brasil as correntes foquistas realizaram suas ações preponderantemente nas grandes cidades, onde foram dizimadas pela repressão.

48 Explicando melhor, “integração com a massa” era uma política ousada de Ação Popular, inspirada no Pensamento de Mao Tsé-Tung. Consistia no envio de estudantes, saídos das universidades, para viver e trabalhar com operários e camponeses. Tinha como objetivo não apenas reforçar a luta desses trabalhadores, como ainda “reeducar” os estudantes, numa experiência de vida não pequeno-burguesa. Os militantes tinham três meses para se deslocarem para bairros e comunidades populares e mais três, para se “integrarem na produção”, ou seja, pegar na chave de fenda ou na enxada. Tal política, se não levava a uma mudança ideológica, como se queria, amadurecia os deslocados, enquanto gente, e os ajudava a aprender o Brasil e seu povo (Depoimento de Oswald Barroso, 2018).

diretriz da atuação imediata para o pessoal da AP. Ao voltar da China, de codinome Dorival, Jair Ferreira de Sá passou a ser o principal dirigente da organização. Foi formada uma comissão militar que tinha como dirigente Haroldo Lima que percorreu o país procurando identificar áreas onde pudessem desenvolver a luta armada (ARANTES *apud* FUNDAÇÃO MAURICIO GRABOIS, 2013, p. 31, 32).

Sobre a aplicação, na prática, da formulação política da AP, Haroldo Lima esclarece:

Fizemos nosso plano de ação estratégica e estabelecemos as áreas que seriam prioritárias. Introduzimos as Z1 e Z2, zonas prioritárias e zonas secundárias. A zona 1 ficava na Chapada Diamantina, na Bahia, um local de difícil acesso naquela época. Passamos então a deslocar militantes para essas regiões e suas redondezas,... foi minha ideia de procurar áreas montanhosas fundava-se na leitura de Mao-Tsé-Tung (informação verbal)⁴⁹.

Segundo Haroldo Lima, teve início, em 1968, o processo de integração na produção, cuja principal diretriz era ampliar a ligação com as massas, seguindo a orientação do PC da China de incorporar amplas massas no processo revolucionário. Anos mais tarde, ao avaliar uma amostragem de 120 pessoas e 17 áreas em que houve a integração, o dirigente da AP afirmou:

...vimos que nelas havíamos crescido, o pessoal ganhou mais experiência. É claro, houve erros e injustiças, companheiro bom não conseguia cumprir a tarefa e nós simplesmente tirávamos do partido. Ficaram ressentimentos. Mas muitos se tornaram liderança de massa (FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS, 1984, p. 194).

49 FUNDAÇÃO MAURICIO GRABOIS, 2014, p. 195.

A região do Cariri cearense foi uma dessas áreas em que ocorreu essa experiência da AP. Haroldo Lima foi o primeiro a pesquisar a região e, em seu depoimento, conta-nos:

Foram anos difíceis, estávamos todos sendo perseguidos, na clandestinidade. Mudei de nome e trabalhei na empresa de Eudoro, a Luna S.A, passei a morar no Juazeiro; aos domingos gostava de colocar um chapéu de palha, ir ao horto e conversar com os romeiros do Pe. Cícero. Depois fui para a Bahia trabalhar como camponês nas fazendas de cacau. No AI 5 já estava na Bahia (informação verbal)⁵⁰.

O segundo dirigente da AP a ser deslocado para o Cariri foi José Luiz Guedes, estudante de medicina de Minas Gerais, que havia sido presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE de 1966 a 1967, tendo feito curso de treinamento militar em Cuba. Ele e sua esposa, Nair Guedes, trabalharam como camponeses na época da integração da produção, na região de Trombas do Rio Formoso, na bacia do Tocantins, conhecida como a região de trombas. No mesmo período que Haroldo Lima estava no Cariri, Guedes conta-nos que estava fazendo uma pesquisa da área da chapada da Diamantina: “Haroldo nos convenceu que no Nordeste teríamos o contato com milhares de pessoas” (informação verbal)⁵¹. Depois desse périplo, o anterior presidente da UNE volta ao Cariri.

No Cariri, a nossa intenção foi concretizada, era para integrarmos-nos ao movimento operário, porque nós já tínhamos um trabalho no movimento camponês, e necessitávamos de novos companheiros, que já tinham a sua dinâmica, nos canaviais, e, em menor escala, no Cariri. Mas dessa vez eu cheguei na região como Isaac Andrade de Mendonça, em um caminhão de romeiros,

50 Conversa informal com Haroldo Lima, em março de 2009, em Juazeiro do Norte

51 Idem.

aproveitando a época das romarias. A nossa linha era fazer tudo da forma mais adequada. O objetivo político que era a luta contra o regime, o fortalecimento da organização, e para a segurança, nós nunca tivemos um trabalho que desconsiderasse a segurança, pelo contrário, nós estávamos armados para nos defender, mas também armados para nossa segurança. Eu cheguei como romeiro e o primeiro lugar que eu fui foi lá no padre Cícero, a estátua lá, aliás estava pegando a foto, inclusive com a presença da minha mãe, minha mãe foi como Vilmar, e morou naquelas casas populares acima da igreja de São Francisco, que é um conjunto de casas populares. Nós compramos a casa que inclusive eram casas modernas, isso em 69. Permanecemos no Juazeiro até a nossa mudança para o Crato, porque passado um período de integração nós passamos a trabalhar na Cecasa, a cerâmica tinha 600 operários, e eu fui um desses operários, como supervisor das prensagens. Eu fui supervisor das duas sessões de prensagens, que é a fase da fabricação do ladrilho que é a fase fria depois que sai do forno. Também fui vendedor. (informação verbal)⁵².

No seu depoimento, Luiz Guedes destaca o trabalho realizado pelo grupo da AP na região. Além da CECASA, que era localizada em Barbalha, o trabalho de organização e conscientização foi estendido à outra grande fábrica de cerâmica em Crato, a Norguaçu, aos locais de moradia e com os trabalhadores rurais do setor canavieiro; sua esposa Nair Guedes trabalhava como locutora do Movimento Educação de Base. “O trabalho de base em Juazeiro do Norte era feito através da alfabetização de adultos, apesar de se ter o MOBREAL imposto pela ditadura, os companheiros da AP usavam o método de Paulo Freire” (informação verbal)⁵³. Os militantes da AP que vieram de outros estados trabalhar no Cariri foram: Gabriel Azevedo, de Petrolina, que era irmão do cantor

⁵² Entrevista realizada pelo autor em maio de 2016, por telefone, com José Luiz Guedes, presidente da UNE no período 1967/1968.

⁵³ Idem.

Geraldo Azevedo; um camponês da Zona da Mata, Gerônimo; e Rui Soares Frazão, que era do Maranhão e do Comitê Central, morava em Campina Grande era responsável pelo acompanhamento do trabalho na região. Para driblar as forças da repressão, atuava como vendedor ambulante nas feiras. Foi preso, torturado e assassinado em Petrolina, seu nome consta na relação dos mortos pela ditadura militar.

O trabalho, como vendedor da CECASA, dava certa mobilidade ao Luiz Guedes, que usava o nome frio de Isac Andrade de Mendonça. Eudoro Santana, diretor da CECASA, lembra-se do trabalho do Guedes:

Colocamos ele como vendedor, ele tinha uma lambretinha, mas não vendia nada, eu sabia que ele estava fazendo o trabalho político, para ele não ficar sem venda nenhuma as pessoas que iam comprar direto na fábrica colocávamos como venda dele (informação verbal)⁵⁴.

Sobre a ação política da AP, mesmo sob a severa vigilância da ditadura, Luiz Guedes esclarece:

É,... primeiro ou recrutava pessoas do próprio segmento ou fazendo outros tipos de trabalho como esse que a Nair fazia, o educacional, e você recrutava pessoas das várias atividades do comércio, pra fazer esse recrutamento, nós não chamávamos de recrutamento e para fazer esse paralelo era filiação. As pessoas tornavam-se militantes da AP, e aí passavam a ser multiplicadoras. Nós enraizamo-nos através de vários instrumentos, não só o fabril, no campo nas várias atividades do campo aí do Cariri, onde se tinha atrás da CECASA que ficava entre Barbalha e Missão Velha, então atrás você tinha uma área canavieira e nós tínhamos muita facilidade de entrar, porque muitas vezes os familiares dos operários trabalhavam no campo, nessas áreas que eram as áreas canavieiras (informação verbal)⁵⁵.

54 Entrevista com Eudoro Santana (Nota 33).

55 Entrevista com Luiz Guedes (Nota 43).

Os militantes da AP de outros estados, também, tiveram contato com os militantes locais. Segundo Luiz Guedes, o contato com a professora e intelectual juazeirense Sílmi Sobreira foi intenso: “ela era muito amiga da minha esposa, ajudamos na campanha do pai dela a prefeito no início dos anos 1970”.

Ermengarda Sobreira, conta-nos como foi a sua relação com os militantes que viviam na clandestinidade no Cariri.

Luís Guedes, Haroldo Lima, Rui Frazão, Vladimir Pomar eram nossos amigos. Para Vladimir Pomar conseguimos uma escola (escolinha Juju), no Juazeiro, dirigida por uma grande amiga e onde nossos filhos estudavam. Tivemos que contar a situação de clandestino dele por uma questão de ética e a diretora aceitou muito bem. (Célia Moraes)

Rui Frazão encontrava-se com a esposa na minha casa. Haroldo e a esposa Solange eram nossos grandes amigos ainda em Salvador. Para todos, éramos os fiadores das casas que alugavam. Luis Guedes foi o que mais se aproximou de nós, com a esposa Nair e os filhos, porque trabalhava conosco. A Dra. Dulcilene Landim era a dentista da família do Guedes e tivemos que contar a ela a situação para que não fosse cobrado o tratamento. Na CECASA, criamos o Sindicato da Construção Civil, com a assessoria do PCdoB. (informação verbal)

O grupo do PCdoB que ficou no Cariri, dada a forte repressão sobre essa organização, teve uma atuação discreta e limitada. No plano dos comunistas, a região servia como local de passagem para o Maranhão e refúgio para os que eram perseguidos pelas forças da repressão. Desde 1968, o PCdoB já vinha organizando a guerrilha do Araguaia e deslocava militantes para o sul do Pará. O filho do dirigente comunista Pedro Pomar, ex-deputado constituinte de 1946, assassinado na Chacina da Lapa em 1976, Wladimir Pomar era o membro do Comitê Central responsável por acompanhar as áreas secundárias para preparar as massas para as lutas revolucionárias e dar suporte ao movimento do

Araguaia. Wladimir Pomar que trabalhou na região do Cariri esclarece:

Em 1968, após a decisão sobre a Guerra Popular, recebemos ordens de nos deslocar para o sul do Pará, indicando que essa área era a que havia sido escolhida como área central. A própria Comissão Militar instalou-se lá, embora em grupos diferentes (informação verbal)⁵⁶.

Oriundo da AP, Dilermano Nogueira Toni, líder estudantil mineiro, em 1968, do curso de economia, decide entrar no PCdoB e diz como foi deslocado ao Juazeiro do Norte com o nome de João Alagoano:

De Maceió, o partido me mandou para o Ceará, e fui morar em Juazeiro do Norte. Lá, passei todo o ano de 1973, trabalhando como marceneiro. Ficamos sob a direção de Wladimir Pomar que era do Comitê Central do PCdoB. Wladimir disse, outro dia, que o PCdoB resolveu mandar militantes do Nordeste para o Ceará, e depois do Ceará para o Maranhão, a fim de tentar constituir um apoio à Guerrilha do Araguaia. Portanto, eu fiz parte deste movimento (TONI, 2013)⁵⁷.

Em seu depoimento, Dilermano Toni afirma que por questão de segurança não dizia que era do Partido Comunista, nem militante político, procurou viver discretamente e que sua casa servia como rancho deromeiros em épocas de romarias. Atuavam na célula do partido, em Juazeiro do Norte, Maria Neuma

56 Entrevista concedida ao historiador Bounicore. Disponível em: <http://www.grabois.com.br/portal/entrevistas/142160/2011-10-27/wladimir-pomar-fala-sobre-a-luta-armada>. (Acesso em: 13/06/2018).

57 Entrevista realizada pelo autor com Dilermando Toni. Líder estudantil mineiro em 1968, ele viveu na clandestinidade em Juazeiro do Norte em 1973, trabalhando como marceneiro, economista, é membro do Comitê Central do PCdoB. Em março de 2013, em Fortaleza-Ce.

Soares Coelho, sua esposa, Joaquim Washington Luiz Oliveira que, depois da ditadura, foi vice-governador do Maranhão, e um camponês de Pernambuco que usava um nome frio de Gerônimo. A atuação desse grupo se consistiu basicamente do mapeamento do território - eles elaboraram um mapa da cidade. Toni e Washington Luiz trabalhavam como marceneiros na Rua Santa Luzia, vizinhos ao Mardônio, cujo pai era comunista e trabalhava no foto Londres, em Fortaleza. Toni fala do medo da prisão:

Fiquei como clandestino morando na Rua Santa Luzia, em Juazeiro, vizinho à marcenaria, tinha muitos meninos na casa vizinha. Um dia fiquei assustado, a mãe dos meninos começou a chamá-los pelo nome: “Pra dentro Lênin! pra dentro Stalin! Pra dentro Guevara!”. Fiquei com medo, pensei, pronto, moro vizinho a outro comunista, agora vão me descobrir e me prender. Curioso, perguntei ao pai: amigo, por que você colocou esses nomes tão estranhos nesses meninos, Lênin, Stalin, Guevara? - Olha, meu pai era comunista em Fortaleza, trabalhava na foto Londres, os meninos iam nascendo e ele ia colocando os nomes; não gosto de política, mas sou contra essa ditadura (informação verbal)⁵⁸.

Em entrevista ao historiador Augusto Bounicore, Wladimir Pomar analisa criticamente sua atuação no Ceará:

Mas as quedas sucessivas de outros quadros do Comitê Central levaram a Comissão Executiva a me propor a ida para o Ceará, de modo a preparar uma área secundária para a guerrilha. A discussão sobre isso foi pesada, porque voltei a reafirmar que não faria o mesmo tipo de preparação da área central, e que tomaria como centro do trabalho a atividade de organização dos camponeses e de construção do Partido, como condição básica para qualquer ação militar. E também exigi que minha condição de membro do CC fosse resguardada, para garantir o mínimo de segurança, e que o trabalho

⁵⁸ Entrevista com Dilermando (Nota 42).

na área respondesse diretamente à Comissão Executiva e não ao Comitê Regional, em cuja direção estava o Zé Duarte.

Essas condições acabaram sendo aceitas. Até então não havia partido organizado na região de Crateús, ou sudoeste do CE. Havia apenas dois ou três companheiros, cuja militância era muito dispersa, mas havia um trabalho muito interessante de comunidades de base da Igreja e relações estreitas com lideranças camponesas. O CR destacou mais dois companheiros para irem comigo e se sentiu no direito de ter algum controle sobre o trabalho lá.

Esse trabalho teve início no período da seca de 1969/70, o que permitiu ao pequeno grupo do Partido adotar uma tática que deu certo na relação com os camponeses e com muitos quadros da Igreja e nos permitiu, num período de um ano ou um pouco mais, chegar a ter bases do partido em quase todos os municípios da área e chegar a cerca de 160 militantes, com certa segurança. No entanto, à medida que a Comissão Militar pedia para o início da luta armada no Araguaia, mais ela pressionou para que nos preparássemos militarmente e procurássemos desenvolver ações de propaganda armada. O acordo inicial foi rompido e eles colocaram o Comitê Regional para realizar a mesma pressão.

Quando realizamos uma conferência do Partido na área, o Zé Duarte e o Zecão (Sérgio Miranda) participaram como representantes do Comitê Regional, e o Zé Duarte não só pressionou no sentido das ações armadas, como abriu a minha condição de membro do Comitê Central. Ou seja, não só estimulou à aventura alguns companheiros que achavam mais importante dar tiros do que construir uma base política sólida, como quebrou uma importante regra da clandestinidade. O resultado foi nova crise nas relações comigo e a exigência que eu abandonasse o Comitê da área de Crateús.

Assim, quando a luta armada no Araguaia foi desencadeada, logo depois, eu não estava mais naquela área. Infelizmente, os acontecimentos se atropelaram, com novas quedas, e mais uma vez, apesar das discrepân-

cias, fui chamado para mediar uma parte das negociações para o ingresso da Ação Popular (AP) no Partido e, logo depois, para assumir o trabalho de reorganização do pessoal da AP disperso no Nordeste. Eles tinham alguns quadros no sul do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Maranhão e a ideia era deslocá-los para o Maranhão, na perspectiva de construir alguma base de apoio ao Araguaia.

Da região do Crateús, Wladimir Pomar foi para o Cariri, com o objetivo de unificar os membros da AP com o PCdoB, unificação que ocorreu de fato em 1973 e que era uma orientação já recebida na China pelos dirigentes da AP que foram fazer curso nesse país. Oswald Barroso, militante da AP cearense, que foi para Recife no início dos anos 70, como dirigente regional do PCdoB, destaca que a AP era maior do que o PCdoB e que essas organizações mantiveram as estruturas separadas até a incorporação. Muitos cearenses foram para a Guerrilha do Araguaia, como Bergson Gurjão e José Genoíno (informação verbal)⁵⁹.

Oswald Barroso conta-nos que chegou em Recife no início de 1972 e no Nordeste o PCdoB era organizado da seguinte forma:

Ficou dividido em dois comandos: um que ia de Alagoas ao Ceará, Nordeste I; e outro composto por Piauí e Maranhão, Nordeste II. Fiz parte da direção regional junto com Luciano Siqueira e Alanir Cardoso. Fiquei morando em bairros populares de Recife. Os demais encarregados das viagens para dar assistência aos comandos locais, no interior e demais cidades dos estados, em que o partido estava organizado. A tarefa principal, além de manter o partido organizado e preservar seus militantes, era enviar quadros (militantes com preparo de direção) para o Araguaia, onde estava sendo preparada uma guerrilha. As notícias sobre o partido, orientações e feitos, eram transmitidas pela Rádio Tirana, da Albânia, em programa especial sobre o Brasil, com audiên-

⁵⁹ Entrevista realizada pelo autor com Oswald Barroso (Nota 35).

cia obrigatória para todos os militantes. A se tirar por tal noticiário, o PC do B continuava a preparar, em todo o país, especialmente no Araguaia, a revolução que derrotaria a Ditadura Militar e implantaria um regime nacionalista, democrático e popular. Havia áreas que nos chamávamos de estancamento que o partido deslocava os militantes para garantir a segurança, difícil saber todos os nomes, só quem sabia era o comitê central do partido, mas muitos foram deslocados para o Cariri⁶⁰.

No Cariri, Wladimir Pomar trabalhou como engenheiro na CECASA, e fez o trabalho político de aproximação das duas organizações. Os militantes da AP que estavam no Cariri, depois de muitos debates e do congresso de deliberação da AP, decidem ingressar no PCdoB. Sobre isso nos fala José Luiz Guedes:

O Wladimir veio pelo partido, eu recebi o Wladimir no Cariri exatamente em uma situação de muito risco pra ele, pro partido, onde o partido foi totalmente apertado, então era importante ir para novas áreas Wladimir morou na minha casa um bom tempo com minha família, ele foi supervisor do departamento de mecânica, de manutenção, se não me engano, sendo o mesmo muito inteligente ajudou muito, primeiro o Wladimir ficou escondido lá em casa, onde tinha um sótão, porque ele tinha conhecido um médico que foi preso e nós não o conhecíamos, e ele fez um trabalho com esse médico, aí por isso como ele tinha encontrado com esse médico no Cariri, então tivemos que guardá-lo durante um tempo, para sondarmos o território (informação verbal)⁶¹.

Secretário do Partido Comunista, em Crato, antes de 1964, Geraldo Formiga conta-nos que sabia da existência da preparação da Guerrilha do Araguaia, mas afirmou que nenhum militante do Cariri aderiu a esse movimento, pois achavam que seria facilmente derrotado (FORMIGA, 2018). A ação dos militantes

60 Idem

61 Entrevista com Luiz Guedes (Nota 43).

do PCdoB no Sul do Pará foi descoberta em 1972. O exército brasileiro realizou três expedições militares para conseguir exterminar os 69 integrantes do PCdoB que estavam na região e decidiram resistir (FILHO, 1997). Além do aniquilamento da guerrilha, outras organizações já haviam sido desmanteladas. Os militantes que atuavam e davam suporte em outras áreas estavam todos na alça de mira da repressão.

Em 1973, o PCdoB deslocou do Recife para Juazeiro do Norte Alanir Cardoso e sua esposa Maria das Neves, militantes incorporados da AP. A escolha de Juazeiro do Norte deu-se pela facilidade do acesso pelo fluxo dos caminhões deromeiros nas romarias. A intenção desse grupo era dotar a região com uma área de retaguarda para apoio das ações guerrilheiras, com a construção de um hospital de campanha e o fornecimento de alimentos. Alanir e sua esposa viviam da venda de confecções para driblar a repressão. Em 1974, foram presos Judas Tadeu de Lira, Gabriel Azevedo (professor da Faculdade de Filosofia), Solange Almeida de Sousa e Valdir de Araújo Dantas.

No ano de 1974, além do aniquilamento da Guerrilha do Araguaia, os militantes da AP e do PCdoB, que atuavam em outras localidades, sofreram uma brutal repressão com prisões, torturas e assassinatos. Segundo Oswald Barroso, as regras de segurança eram rígidas nesses grupos. Apenas um único dirigente deveria saber o local de moradia de um militante. Na madrugada do dia 19 de abril, em porte de metralhadora, a polícia invadiu sua casa no Bairro do Jordão, na periferia de Recife. Ele não sabia que dias antes havia sido preso Fernando Fiúza, o único membro do partido que sabia de seu local de moradia. Em posse desse dirigente, preso no Maranhão, havia o nome e o local de muitos militantes do Nordeste.

Passei 43 dias preso nos porões da 2^a. Companhia de Guarda, da 7^a. Região Militar, a tortura tinha o objetivo de destruir não só fisicamente, mas moralmente. Os choques elétricos com fios presos aos testículos, às

orelhas, à boca e outras partes do corpo, eram as torturas mais duras de se aguentar. Como estratégia de não ser morto nem deletar ninguém, eu surtei, literalmente surtei, fui transferido para o Quartel do Corpo de Bombeiros, o relaxamento da prisão ocorreu em outubro de 1975 (informação verbal)⁶².

Também, em abril de 1974, na cidade do Crato, foi preso na praça da estação o dirigente do Regional Nordeste 1 do PCdoB, Luciano Siqueira: “ fui levado para o Juazeiro e depois para Fortaleza em um carro com quatro homens. No piso traseiro do carro, dois homens foram me pisando até Fortaleza. Depois da transferência para Recife, reconheci mais de 30 companheiros presos” (informação verbal)⁶³.

No dia 28 de abril de 1974, em Juazeiro do Norte, foram sequestrados e levados para Recife, Sílvia Sobreira, professora e intelectual juazeirense e Eudoro Santana. No mesmo local⁶⁴ em que já estavam Oswald Barroso e Luciano Siqueira, os dois presos políticos oriundos do Cariri passaram treze dias sendo torturados.

Não fui levada para interrogatório nos primeiros dias, depois começaram só por perguntas, depois, uma vez só, pequenos choques elétricos, depois um álbum de fotos para identificar alguém, mas onde, para bem ou para mal, não reconhecia ninguém. Nessa noite (os interrogatórios eram à noite), o carcereiro recebeu instrução para me deixar em pé, algemada à grade (SÍLMIA SOBREIRA, 2010).

62 Entrevista realizada pelo autor com Oswald Barroso (Nota 35).

63 FUNDAÇÃO MAURICIO GRABOIS, 2014, 256, 257.

64 Em Recife ficava a sede do IV Exército, onde se instalara um dos segmentos mais sanguinários do DOI-Codi. Ali, pouco antes, morrera sob tortura Odijas Carvalho de Sousa, dirigente estudantil do PCB, preso juntamente com sua esposa, Maria Yvone de Sousa Loureiro. Na mesma leva, foi preso e torturado um conjunto de militantes do PCB, entre os quais, os cearenses Mário Albuquerque e Lília Guedes, de famílias bem conhecidas nos meios estudantis de Fortaleza (Entrevista com Oswaldo Barroso – Nota 35).

Sílmia Sobreira, ao sair do cárcere e retornar ao Cariri, recebeu em sua casa o pároco de Juazeiro do Norte, Murilo de Sá Barreto, amigo da família, após a visita de solidariedade, relatou que ela estava transtornada física e moralmente e com a pele acinzentada pelos choques recebidos. A prisão e a tortura às quais foram submetidos uma professora e um empresário, pessoas da chamada sociedade local, teve uma grande repercussão na região. Em 1975 Sílmia abandona o magistério e entra na área de psiquiatria (QUEIROZ, 2010).

O tratamento mais duro recebeu Eudoro Santana, sendo essa sua quarta prisão no regime discricionário. “O Eudoro não foi poupado”, disse Sílmia. A tortura física e moral foi o principal recurso utilizado nos interrogatórios dos presos políticos na ditadura militar. Sobre o papel de Eudoro, o historiador Queiroz (2010) conclui:

Sem dúvida, o papel cumprido por Eudoro Santana - organização política de opositores ao regime, localização profissional de militantes empurrados para ilegalidade e criação de uma rota de fuga para perseguidos políticos - lhe valeu os maiores suplícios. A intensidade dos choques que recebeu acumulou tal grau de eletrificação ao seu corpo que, ao primeiro contato com a torneira d'água para matar a sede, registrou-se um impacto que o empurrou contra uma parede próxima. As descargas sucessivas produziram efeitos sobre o corpo de tal modo que - mesmo findada a aplicação da tortura - ele haveria de transportá-las ainda por uma espécie de tempo suplementar (QUEIROZ, 2010, p. 299).

Em 1974, todas as organizações de esquerda que resistiam ao golpe foram completamente desbaratadas. No município de Barbalha foi eleito prefeito Fabriano Livônio Sampaio, mesmo com as firmes acusações de haver participado de torturas. Fabriano foi Tenente do Exército brasileiro, pela cidade de Olinda. Seus correligionários e parentes negam até hoje sua participação

na tortura em uma clara disputa de memória entre os apoiadores e opositores ao regime militar. No entanto seu nome aparece na relação dos torturadores no documento *Brasil Nunca Mais*. Com a informação do professor João Quartim de Moraes, no blog <http://blogdocappacete.blogspot.com>, vê-se uma lista de torturadores do período militar, entre eles figurando o Sr. Fabriano Livônio Sampaio (acesso em 05/02/2010). Sobre o ex-prefeito de Barbalha, lê-se: “Tenente do Exército; servia no Grupo de Artilharia de Costa Motorizada em Olinda (PE)” (QUEIROZ, 2010, p. 302).

Com o cerco repressivo e a ajuda de Eudoro Santana, José Luiz Guedes consegue sair do Brasil e foi para a França, onde ficou até anistia em 1979. De volta a Minas Gerais, foi eleito deputado federal nas eleições de 1982. Na época, os parlamentares do PCdoB utilizavam a sigla do PMDB. Nessa eleição, também foram eleitos deputados federais, Haroldo Lima – BA, Aurélio Perez – SP e Aldo Arantes – GO (informação verbal)⁶⁵.

65 Entrevista com Haroldo Lima (Nota 41).

CAPÍTULO 4





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Responder as perguntas, guia dessa pesquisa, de como ocorreu a resistência à ditadura militar e quais grupos atuaram na região do Cariri cearense, representou um verdadeiro trabalho investigativo, a montagem de um quebra-cabeças, haja vista a pouca produção histórica e sociológica sobre o tema na Região. A cada texto lido e depoimento coletado, percebi o quanto é rico e amplo o campo de investigação. A cada fala, uma nova revelação, que se agregava a outra e mais outra, como uma teia em que cada ponto se conecta a outro, diante do investigador social que busca interpretar os seus significados, como advertia POLLAK (1989) que, ao analisar a memória dos judeus nos campos de concentração nazista, elaborou o conceito de *memória subterrânea*, dadas ao silêncio ou ao esquecimento em face do trauma vivido. Mas elas aguardam um momento para emergir ao espaço público, contra a história oficializada. A História não é apenas um amontoado de fatos agrupados de maneira lógica e racional, mais do que isso, ela carrega significados.

No caso do Cariri cearense, o que se observava na produção das ciências sociais sobre a ditadura militar, na região até pouco tempo, foi uma verdadeira lacuna, um silêncio, um tema tabu, cuja evocação vinha carregada de memórias traumáticas, ressentimentos, acusações, tortura, morte e uma disputa simbólica da memória entre os apoiadores e os opositores do regime sobre os anos de chumbo na região. Organizada por Jurandir Temóteo, a primeira obra publicada sobre o período foi em 2013, uma coletânea de depoimentos que se somava aos pouquíssimos trabalhos acadêmicos. O que prevalecia era o discurso de não ter havido repressão na região, de que o poder ditatorial e repressivo teria ocorrido apenas nos grandes centros do país. No entanto, ao vasculhar os dados e suscitar a emergência da memória dos que viveram esse período, após coletadas, indicaram justamente o contrário. Cabe lembrar Peter Burke, quando diz que a função

do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer.

As articulações patrocinadas pelo complexo IPES / IBAD, empresários, o apoio estrangeiro e a difusão da Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra, alcançaram todos os rincões do País, como pontuou Dreifuss (2006). Foi feita toda uma campanha de manipulação da opinião pública, especialmente, das classes médias, que foram utilizadas como massa de manobra da elite orgânica. As elites políticas locais do Cariri cearense seguiram a orientação dos seus estratos superiores, repetiram as ações e modelos de outras localidades, realizaram passeatas da *Família com Deus pela liberdade* e mobilizaram a sociedade civil para saudar o novo regime como o responsável em pôr fim ao comunismo e à corrupção. A bandeira do anticomunismo foi o elemento unificador da Igreja com as elites locais. A constatação da manipulação da opinião pública ficou clara empiricamente no depoimento do Renato Dantas, quando afirma que em sua sala de aula, apenas um aluno era contra o golpe militar. Majoritariamente a sociedade carirense apoiou o golpe, tendo no clero local um dos principais responsáveis pela formação das mentalidades. Era o próprio clero que divulgava o que hoje se chama “Fake News” - notícias falsas - histórias que beiravam um delírio bizarro. Essa pregação ideológica dos setores conservadores deixou marcas profundas no imaginário político. Na atualidade, percebe-se que a ameaça da perda do status quo por parte de fração das classes superiores ante um projeto de inclusão social e distribuição de renda levou os grupos dominantes, ligados aos interesses do mercado a usarem a mesma estratégia, de manipular a opinião pública e atacar a democracia brasileira.

A Igreja católica, no Cariri, foi uma das pilastres de apoio ao golpe. A maioria do clero da região aliou-se aos poderosos coronéis e às oligarquias, com o fito de saudar e legitimar o golpe. Com amparo no jornal “A Ação”, desenvolveu-se febril cruzada

anticomunista, que, não raro, repetia-se nas pregações e caminhadas, organizadas pela Igreja, com o propósito de combater o “perigo vermelho”.

A região do Cariri, mesmo não estando no centro da luta de classes no Brasil, contando com um operariado ainda nascente e uma incipiente organização de trabalhadores e do “partidão”, o PCB, mas com uma vida urbana adiantada para os padrões da época, também, entra na rota da repressão da ditadura.

Já nos primeiros dias após o golpe, onze pessoas foram presas na cidade do Crato e levadas a Fortaleza, sendo submetidas a maus tratos e à tortura. Na lista macabra, constam: sindicalistas, líderes estudantis, médico, funcionários públicos, comerciantes. Posteriormente, foram feitas novas prisões. As lideranças estudantis, que vinham de um momento de intensa mobilização, como nas campanhas, por exemplo, do litro e da construção do colégio estadual do Crato, foram silenciadas e passaram a ser vigiadas. A casa da dona Benigna, mãe do governador cassado de Pernambuco, Miguel Arraes, situada em Crato, era vigiada pelas forças da repressão.

A quebra das regras democráticas e intervenções autoritárias aparecem constantemente na história do Brasil. O ocorrido no Estado Novo de 1937 voltou a repetir-se, em 1964, sob o mesmo pretexto: a ameaça comunista. Essas frequentes saídas dos momentos de crise e ebulição social pelas vias autoritárias surgem como uma regra na história do Brasil; a aversão e a negação da democracia pelas frações das classes dominantes, de certa forma, referenda a fala do professor João Quartim de Moraes de que “quando o dinheiro não consegue manter o dinheiro no poder, a burguesia não hesita em se servir do fascismo com instalação de estados de sítio, ditaduras, torturas e execuções sumárias.” (QUARTIN MORAES, 1999, p. 18). Os interesses do capital mostram-se incompatíveis com os interesses democráticos.

Os tentáculos do Estado repressivo, instalado em 1964, chegaram também ao Cariri. Já no primeiro mês do golpe, em abril

de 1964, não apenas comunistas, mas simpatizantes, trabalhistas, nacionalistas, defensores da ordem democrática e da legalidade do governo de João Goulart foram presos, demonstrando que, guiados pela ideologia de segurança nacional, que o inimigo a ser abatido era o inimigo interno – as forças de esquerda – os militares já vinham preparando-se, havia algum tempo, com uma abrangência a todos os rincões do país. Se com o golpe, as forças que davam sustentação ao governo foram incapazes de reagir, por outro lado, o golpe fortaleceu o mandonismo local. Exemplo clássico foi o caso da Família Bezerra de Meneses e o seu líder Aduino Bezerra, militar e principal apoiador do golpe na região. Sua condição de militar e a proximidade com o seu antigo professor das Agulhas Negras, Jarbas Passarinho, além de dividendos econômicos como pontuou Lemenhe (1995), garantiu o monopólio do poder local por duas décadas, 1960 e 1970, e o levou ao governo do Estado do Ceará, indicado pelos generais.

Destroçado o pequeno número de adeptos do Partido Comunista na região, lentamente, foram configurando-se de variadas formas de resistência ao Estado ditatorial. Essa resistência, seguindo as observações de Queiroz (2010), foi realizada por estudantes, intelectuais e artistas, provenientes das classes assalariadas urbanas. Em 1968, o ano em que ocorreram as grandes manifestações contra a ditadura, como a passeata dos 100 mil no Rio e a de 20 mil em Fortaleza, na cidade do Crato, desafiando a repressão, centenas de estudantes ousadamente promoveram, além de um grande encontro estudantil, uma grande passeata.

As artes foram, também, o canal de expressão de uma geração que viveu o sonho, a utopia, a repressão, a violência, a frustração, o medo e o desejo de vincular-se ao que estava acontecendo no mundo. Jovens que saíam para estudar em outros centros traziam as novas influências e informações, e serviam para a região como uma correia de transmissão do que estava havendo no mundo, algo que demonstrava a característica cosmopolita do Cariri cearense. José Martiniano de Alencar era estudante do

seminário de Olinda, quando trouxe ao sul do Ceará os ideais libertários da revolução de 1817. Junto com a sua mãe, Bárbara de Alencar, e sua família enfrentaram o absolutismo. Mesmo com a censura, a resistência ao arbítrio pós 1964, fez-se perceber nos artigos de jornais, na poesia, nas letras das músicas dos festivais de canção, realizados na década de 1970, nas peças e performances teatrais feitas pelos grupos locais e os que vinham de fora.

O “golpe dentro do golpe” de 1968 foi o início da fase mais sanguinária da ditadura, do aniquilamento dos opositores, dos cárceres repletos de presos políticos e da tortura como método de interrogatório. Em 1974, todos os grupos da esquerda de resistência à ditadura estavam desbaratados e quando os militantes das duas organizações – AP e o PCdoB – elegeram a região do Cariri como local de atuação, ambas estavam sob forte cerco repressivo. A entrada na vida clandestina, o sacrifício pessoal, o abandono da família para uma vida de privações e risco à sobrevivência, só se justificava pela atitude revolucionária de adesão a um projeto de transformação social. Foi esse sonho utópico que moveu esses jovens militantes, que, mesmo em situação completamente desfavorável, decidiram enfrentar o poder ditatorial. Para muitos militantes da época, não havia outra alternativa: ou lutar ou morrer moralmente.

Apesar de serem organizações diferentes, a AP e o PCdoB foram ideologicamente influenciadas pelas ideias de socialismo do líder chinês Mao Tse-Tung. A própria orientação de junção dos grupos partiu do Partido Comunista da China - PCCH, de que a luta revolucionária só seria possível com a adesão de expressivas parcelas da população, a guerra popular prolongada, sendo a área rural o local privilegiado para a eclosão do movimento. Ao traduzir esses ensinamentos para o Brasil, antes mesmo do AI5, o PCdoB já deslocava militantes para a região do Araguaia e escolheu outras áreas de apoio para o movimento revolucionário. Militantes foram deslocados para o Maranhão e depois para o sul do Pará.

O Cariri era local de passagem, rota de fuga e local de abrigo para muitos militantes perseguidos, o que Oswald Barroso, dirigente da regional Nordeste, nomeava de áreas de “estancamento”, para as quais os militantes eram deslocados e estariam seguros, dada a maior repressão das outras áreas. Fato confirmado pelo Dilermano Toni, a ação do PCdoB na região foi discreta e clandestina. Ação maior tiveram os membros da AP que, mesmo com todos os cuidados, desenvolveram a estratégia de “integração produtiva”. Papel destacado, nesse processo, coube ao casal Eudoro Santana e Ermengarda Santana, como nas suas palavras, “ foram tangidos para o Cariri pela força da ditadura”, localizaram os militantes que viviam clandestinamente na região, conseguiram moradia, trabalho, estudo para os filhos e traçaram rotas de fugas aos perseguidos. Para Oswald Barroso, a experiência da “integração produtiva” teve um efeito positivo, auxiliou o processo de conscientização dos setores populares e fez com que jovens oriundos das classes médias tivessem o convívio e o aprendizado com o povo brasileiro. Essa experiência só não avançou mais porque foi completamente destruída pelos militares.

No entanto, a história não tem fim, se em 74 prevaleceu o luto pelas mortes e a tortura deflagrada contra os grupos contrários ao regime autoritário, no final dos anos 70, a semente do desejo de liberdade brotou nos movimentos pela Anistia, no ressurgimento dos movimentos sociais da região, sindicatos, entidades estudantis, na fundação dos partidos de esquerda, PT e o PCdoB e nas manifestações ocorridas na região pelas Diretas Já.

Mas isso será uma outra história.

CAPÍTULO 5



DEPOIMENTOS

- Elói Teles de Moraes era radialista, folclorista, preso político em 1964, líder estudantil nas décadas de 1950 e 60, pertencia ao PCB em Crato-Ce. Concedeu essa entrevista de trinta minutos na rádio Educadora de Crato em outubro de 1998.
-

- José de Figueiredo Brito Filho, ex-bancário e funcionário público, advogado, cordelista, ex-líder estudantil, foi um dos fundadores da Juventude Comunista na cidade do Crato; preso político, em 1964. Entrevista realizada em Crato-Ce, em março de 2018.
-

- Haroldo Borges Rodrigues Lima, de 1961 a 1963, participou do grupo constituído por Herbert José de Souza, o Betinho, Aldo Arantes e outros. Fundou a Ação Popular (AP), movimento que, posteriormente, fez forte oposição ao regime militar, incorporando ao PCdoB em 1972. Depoimento cedido na cidade de Juazeiro do Norte-Ce, em 16 de junho de 2009. Atualmente é membro do Comitê Central.
-

- Dilermando Nogueira Toni. Líder estudantil mineiro, em 1968, viveu na clandestinidade em Juazeiro do Norte, em 1973, trabalhando como marceneiro. Economista, é membro do Comitê Central do PCdoB. Depoimento cedido em Fortaleza, em março de 2013.
-

-
- Eudoro Walter de Santana. Engenheiro, empresário, ex deputado estadual, foi membro da Ação Popular, preso por quatro vezes na ditadura, deu abrigo aos grupos que lutavam contra a ditadura no Cariri. Entrevista realizada em Fortaleza em maio de 2017.
-

- Ermengarda Sobreira. Assistente Social. Esposa de Eudoro Santana, fundou a JUC na Faculdade de Filosofia do Crato. Junto com o seu esposo montou uma rede de apoio às pessoas que viviam na clandestinidade no Cariri cearense. Depoimento enviado por e-mail em 02 de novembro de 2017.
-

- Rosemberg Cariry. Cineasta e ativista cultural, iniciou sua militância no movimento estudantil em Crato, nos anos de 1960, nos anos de 1980 filia-se ao PCdoB. Depoimento realizado em Barbalha em 13 de setembro de 2017.
-

- Francisco Renato Sousa Dantas. Ator e diretor de teatro de Juazeiro do Norte. Entrevista realizada em Crato em 23 de maio de 2018.
-

-
- Raimundo Oswald Cavalcante Barroso. Professor, escritor, teatrólogo, iniciou a militância no movimento estudantil no curso de Ciências Sociais da UFC, nos anos 1960. Militante da Ação Popular e depois do PCdoB, era da direção regional do PCdoB do Nordeste, quando foi preso em 1974. Entrevista realizada em Juazeiro do Norte em março de 2018.
-

- Emerson Monteiro Lacerda. Advogado e escritor, participou do movimento contra a ditadura na cidade do Crato. Entrevista realizada, em Crato, em março de 2018.
-

- Geraldo Alves Formiga. Líder estudantil nos anos 1960, foi secretário do PCB em Crato antes do golpe de 1964. Entrevista de 50 minutos realizada em Crato em março de 2018.
-

- Sílvia Sobreira. Intelectual e professora da Faculdade de Filosofia do Crato, presa política da ditadura militar, iniciou sua militância na JUC. Entrevista enviada por e-mail ao historiador Fábio José C. de Queiroz, professor da URCA. Consta de perguntas sobre o cenário cultural e político do Cariri nos anos 1960-70. Realizada dia 08 de setembro de 2009.
-

-
- José Luiz Guedes. Ex presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE, de 1966 a 1967. Mineiro, após o AI-5, passa a morar clandestinamente e realizar atividades no Cariri cearense. Com o cerco repressivo foi para o exílio na França. Entrevista realizada por telefone em maio de 2016.
-

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de: **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo: **Igreja, sindicato e a organização dos trabalhadores**, Dissertação de Mestrado, Fortaleza: UFC, 1991.

ALVES, Maria Helena Moreira: **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1984.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes: **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha: **Pacto Revelado: psicanálise e clandestinidade política**. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

ARAÚJO, Maria do Carmo de: **Fundamentos sócioeconômicos e jurídico-político do poder local no Ceará**. Fortaleza: Universidade Aberta – Jornal O POVO, 21.out.1984

ARAÚJO, Iara Maria de: **Os novos espaços produtivos: relações sociais e vida econômica no Cariri cearense**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, UFC. Fortaleza: 2006.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante. **A terra da mãe de Deus**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

BENEVIDES, Maria Vitória. **64, um golpe de classe?** São Paulo: Lua Nova,5B, 2003.

BOBBIO, Noberto. **Direita e Esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento:** as Múltiplas Escalas entre o Local e o Global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL: NUNCA MAIS, 32. Ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001.

BRÍGIDO, João. **Ceará** (Homens e Fatos). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BURSZTYN, Marcel. **O país das alianças:** elites e continuísmo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Marretas, Molambudos e Rabelistas:** a revolta de 1914 no Juazeiro. São Paulo: Maltese, 1994.

CARONE, Edgard. **O PCB:** 1943 a 1964. V. 2. São Paulo: Difel, 1982a.

_____. **O PCB:** 1964 a 1982. V. 3. São Paulo: Difel, 1982b.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** uma discussão conceitual. Dados vol. 40, nº2. Rio de Janeiro, 1997.

CASTRO E SILVA, Temístocles. **Antes e depois de 31 de Março.** Fortaleza: Imprensa oficial do Ceará, 1970.

_____. Adauto Bezerra, Fortaleza: ABC Editora, 2001.

COMBLIN, Padre Joseph. **A Ideologia da Segurança nacional:** o poder militar na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização brasileira, 1980.

CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade da cultura:** Crato (1889 1960). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 1999.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar:** Brasil, 1964-1985. Rio de Janeiro, Record (1994).

CUNHA, Diogo. Estado de exceção, igreja católica e repressão: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, Recife: Editora Universitária/UFPE, 2008.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos guerreiros cariris:** representações e identidades do Cariri cearense (1855-1980) – Campina Grande, UFCG, 2014.

DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **A conquista do estado:** ação política, poder e golpe de classe, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2006.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1975.

FARIAS, Airton de. **Além das armas** - guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A reconstrução da realidade nas ciências sociais**. In: IANNI, Octávio (org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FICO, Carlos. **Além do golpe** – versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar, Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, José Nilton de. **Formação das comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe**. Crato: A Província, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FUNDETEC, **Diagnóstico industrial da área de proteção ambiental da Chapada do Araripe**. Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri, Crato, 1998.

FUNDAÇÃO MAURICIO GRABOIS. **Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964 – 1985)**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

_____. **Operação Nordeste.** In: O Nordeste e a Saga da SUDENE/Celso Furtado. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1975.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura Envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas,** 6 edição. São Paulo: Editora Ática, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006,

Jornal A Ação, Crato-Ce, 1964 a 1974.

IBGE - MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE/MONOGRÁFIA MUNICIPAL: 1967.

LEMENHE, Maria auxiliadora. **Família tradição e poder: o (caso) dos coronéis.** São Paulo: Edições UFC, 1995.

Jornal A Ação, Crato-CE, 07 de março de 1965, nº 1078.

Jornal A Ação, Crato-CE, 01 de outubro de 1966, nº 1.

LISTA DOS TORTURADORES DA DITADURA. Disponível em: opoob . Acesso em 02/01/2010.

MAIA JUNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário** (Fortaleza, 1962-1969), Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade** - reinventando o sertão nordestino na década de 70, São Paulo: Annablume, 2004.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: a revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATIAS, Aurélio. **O Poder Político em Juazeiro do Norte: Mudanças e Permanências** - As eleições de 2000. Juazeiro do Norte: Gráfica Nobre, 2008.

MELO, Demian Bezerra de. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. **Formação do império americano -:** da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional**, in: 1964: visões críticas do golpe. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Fórmula para o caos**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTENEGRO, Abelardo F. **História dos partidos políticos cearenses**. Fortaleza, Ceará, 1980.

MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará, 1945-1985**. Fortaleza, Stylus, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. **Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro** (1966/1978), in: O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004), Daniel Aarão Reis Filho et al. (orgs.), Bauru, SP: EDUSC, 2004

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. In: Projeto História, n 10. São Paulo: PUC, 1993.

NUNES, A. C. P. **Atração de Investimentos como Instrumento de Política Industrial: O caso do Ceará no período 1985 – 2002**. São Paulo, SP. Fundação Getúlio Vargas - Dissertação de Mestrado, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964- 1969)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 6^a Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **A Fé e a Razão na Política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Edições UFC/UVA, 2000.

PAZ, Renata Marinho. **Para onde Sopra o Vento: a Igreja Católica e as romarias de Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**, In: Estudos Históricos N^o 3 – Memória. São Paulo, Vértice, 1989.

POMAR, Wladimir. **Araguaia o partido e a guerrilha –: documentos inéditos**. Pinheiros-SP: Editora Brasil Debates, 1980.

QUARTIM DE MORAES, João. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2000.

_____ **Liberalismo e fascismo: convergências**. Crítica Marxista, n. 8, 1999.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti. **O dezoito de brumário da burguesia brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2015.

_____ **Contrarrevolução burguesa no Brasil: anotações históricas acerca do golpe de Estado de 1964**. Crato: RDS, 2014.

_____ **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação Militarista - 1964-1985**. Tese de doutorado. Pós-graduação Sociologia UFC. Fortaleza, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAMALHO, Bráulio. **O movimento estudantil no Ceará de 1928 a 1968**. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVA, Josier Ferreira. **O Círculo Operário como expressão do catolicismo social na promoção do ensino e da cultura em Barbalha**. (1930 a1964) Tese de Doutorado, UFC, Fortaleza, 2009.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários**, 14^a Ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

SPINELLI, José Antônio. **Dictature et mémoire**: soledad no Recife et la reconstitution litteraire de l'histoire. In: OLIVIERI-GODET, Rita (dir.). Cartographies littéraires du Brésil actuel: Espaces, acteurs et mouvements sociaux. Bruxelles: Ed Peter Lang, 2016, p. 71-83.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova. 1975

TEMÓTEO, Jurandy. **Anos de Chumbo**: o movimento Político/ Estudantil e a Ditadura Militar no Crato. Crato-Ce: A Província, 2013.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Antonio Spinelli, pela orientação e a boa amizade construída no decorrer do trabalho.

A minha companheira, Indra Nogueira Nunes, que estimulou a escolha do tema.

A minha mãe, Joana Matias, que me amparou e deu o carinho do lar para a redação final.

Ao professor da URCA, Fábio José Queiroz, companheiro de muitas lutas, pela sua inestimável contribuição para o ingresso no mestrado e desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas e amigos que leram atentamente o texto e sugeriram modificações: Wellington Gonçalves Teixeira, Emerson Monteiro, Ermengarda Sobreira e Inácio Arruda.

À historiadora Rose Elke Debiasi, da UFSC, pelas sugestões ao texto.

Aos colegas do mestrado em Ciências Sociais da UFRN, pelo excelente convívio.

À Mar Moreira de Melo e Marcus Vinícius Emilio de Melo Moreira, do Blue Hostel, pela boa acolhida em Natal.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.



Cícero Aurelisnor Matias Simião é professor da Educação Básica do Estado do Ceará. Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA), especialista em História e Sociologia pela URCA/UFC. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Autor do livro *O Poder Político em Juazeiro do Norte: mudança e permanências, as eleições de 2000*, edição 2008; além de capítulos de livros e artigos. Ministrou a disciplina de Sociologia nas universidades URCA e UVA. Em Juazeiro do Norte, sua cidade natal, foi Coordenador Escolar do Liceu de Juazeiro; Diretor Escolar do Centro de Educação de Jovens e Adultos, CEJA e Secretário Municipal de Esporte e Juventude, no período 2009-2012. Atualmente Prof. Aurélio é diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Ceará.

**Mesa Diretora
2019-2020**

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Daniel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputada Aderlânia Noronha
2ª Secretária

Deputada Patrícia Aguiar
3ª Secretária

Deputado Leonardo Pinheiro
4º Secretário



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

João Milton Cunha de Miranda

Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo

Coordenador

Rachel Garcia e Valquiria Moreira

Assistentes Editoriais

Luzia Rolim

Assessora de Comunicação

Cleomarcio Alves (Marcio), Edson Frota, Francisco de Moura,

Hadson França e João Alfredo

Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni

Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios

Equipe de Revisão

Maria Marluce Studart Vieira, Marta Lêda Miranda Bezerra e Milena

Saraiva Leão Vieira

Equipe Auxiliar de Revisão

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, CEP 60170-900, Fortaleza, Ceará,
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500